

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

BETÂNIA MAGELA PEREIRA SILVONI

**FONTES E ARQUIVOS HISTÓRICO-EDUCACIONAIS: O Grupo
Escolar Osório de Moraes – Coromandel-MG (1932 a 1961)**

UBERABA
2013

BETÂNIA MAGELA PEREIRA SILVONI

**FONTES E ARQUIVOS HISTÓRICO-EDUCACIONAIS: O Grupo
Escolar Osório de Moraes – Coromandel-MG (1932 a 1961)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação, previsto no Regulamento do Programa.

Linha de Pesquisa: Cultura e Processos Educativos

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

UBERABA
2013

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Silvoni, Betânia Magela Pereira.

S39f Fontes e arquivos histórico – educacionais: o grupo escolar Osório de Moraes – Coromandel – MG (1932 a 1961) / Betânia Magela Pereira Silvoni. – Uberaba, 2013.

111 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2013.

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

1. Documentação. 2. Arquivos. 3. História. 4. Grupo escolar – Osório de Moraes. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 025

Betânia Magela Pereira Silvoni

**FONTES E ARQUIVOS HISTÓRICO-EDUCACIONAIS: O GRUPO
ESCOLAR OSÓRIO DE MORAIS – COROMANDEL – MG (1932-1961)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação da Universidade
de Uberaba, como requisito final para a
obtenção do título de Mestre em
Educação.

Aprovada em 20/03/2013

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luciana Beatriz de Oliveira
Bar de Carvalho (Orientadora)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Betânia de Oliveira Laterza
Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia –
UFU



Prof. Dr. Gustavo Araujo Batista
Universidade de Uberaba - UNIUBE

Dedico este trabalho à minha mãe e aos meus
filhos pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, o meu agradecimento vai para aquele que espiritualmente me proporcionou saúde e disposição para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa. Obrigada, Jesus Cristo!

A minha querida e estimada mãezinha, dona Tinoca, jóia de inestimável valor.

Aos meus filhos, Bruno, Daniel, Willian e Rafaela, razão de minha existência.

Aos meus irmãos, Amarildo e Júnior.

A minha mais nova amiga, professora Marisilda Sacani Sancevero, que muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

A minha diretora e colega, Lázara do Carmo Parreira, pelo incentivo e pela amizade.

Aos meus colegas de curso, pela cumplicidade, companheirismo e amizade.

À Direção da Escola Estadual Osório de Moraes e demais colaboradores que oportunizaram esta pesquisa nesse espaço.

À Sônia, eterna cunhada, amiga, companheira que sempre se fez presente em todos os momentos. Suas palavras de incentivo foram cruciais e determinantes para a conclusão deste curso.

Ao Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista e à Prof^a. Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro por terem prontamente aceitado o convite para participar da banca examinadora.

A todos que fazem parte do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba- UNIUBE, em especial a minha orientadora, Prof^a. Dr.^a Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, que acreditou em mim e estimulou-me durante a trajetória do curso.

RESUMO

Este estudo trata-se de uma pesquisa na área da História da Educação, a qual tem como objeto de estudo os arquivos escolares do Grupo Escolar Osório de Moraes, situado em Coromandel, no Vale do Rio Paranaíba, região Centro Oeste Mineira (Triângulo Mineiro). O recorte temporal compreende o período de 1932 a 1961, pois 1932 é ano de criação e instalação do primeiro Grupo Escolar no município de Coromandel. Nesse mesmo ano, acontece também a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que surge como uma nova esperança para a defesa da escola pública no contexto brasileiro. Quanto ao ano de 1961, este foi considerado por ser um marco educacional no país - ano da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A escolha do objeto da pesquisa justifica-se pelo fato de Coromandel apresentar uma grande defasagem de material historiográfico neste campo de pesquisa. O Grupo Escolar Osório de Moraes, foco deste trabalho, no auge dos seus 80 anos, ainda não conta com nenhum trabalho acadêmico, em relação a sua história, em nível de dissertação. Neste contexto, esta pesquisa representa um estudo teórico e documental no campo da História da Educação, com a finalidade de realizar uma análise teórico-metodológica que possa sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância da preservação das fontes históricas e dos arquivos escolares. Assim, estabelecemos como objetivo geral realizar um levantamento de fontes primárias e secundárias sobre a História da Educação no município de Coromandel, visando contribuir para a preservação da memória educacional da cidade, com vistas à constituição de um banco de dados a ser disponibilizado no futuro, criando condições para que a pesquisa na área de História da Educação se desenvolva a partir desses acervos. Como objetivos específicos, a pesquisa busca colaborar para a preservação das fontes documentais escolares mais antigas, oportunizando à Secretaria de Educação e Cultura, condições para organização do acervo documental da Escola Estadual Osório de Moraes, para que este possa ser fonte de pesquisa que possibilite, aos estudiosos da área, a análise e compreensão da História da Educação deste município; bem como digitalizar e disponibilizar o acervo documental encontrado. Portanto, sob a nossa ótica, enquanto pesquisadora, considerando os arquivos escolares como patrimônio documental altamente valioso para a cidade de Coromandel e, a partir da constatação inicial de carência a respeito do tema, acreditamos que a presente pesquisa poderá contribuir para o preenchimento desta lacuna histórica. Sendo assim, como contribuição, ao término da pesquisa, pretendemos oferecer à própria escola e também à Casa da Cultura de Coromandel, uma cópia desta

dissertação de Mestrado, a fim de que as referidas instituições possam incluí-la em seus acervos.

Palavras-Chave: Levantamento documental. História. Coromandel. Arquivos. Grupo Escolar.

ABSTRACT

This dissertation deals with History of Education, and has as object the study of the school archives in Osório de Morais Elementary School, located in Coromandel, in the River Paranaíba region, West center of Minas Gerais (Triângulo Mineiro). The chosen period of time covers from 1932 to 1961, since 1932 was the year of the creation and the beginning of the first Elementary School in Coromandel. In addition, in that same year there appeared the publication of the New School Pioneers Manifest, which came to be a new hope for the defense the public school in the Brazilian context. In regard to the year 1961, it was highlighted because it was the reference in education in this country, as it was the year of the publication of the first Law and Norms of Education in Brazil (LDB). The choice of the object of this research is explainable by the fact that Coromandel presents a great deficit of historic and graphic material in this research area. Osório de Morais Elementary School, which turned out to be our great source of our study, in the 80 decade, has not yet had any academic work in the level of dissertation. In this context, this research turns out to be a theoretical and documentary study in the field of history of education, having as objective to fulfill a theoretical and methodological analysis which might touch the school community in regard to the importance of preserving the historical sources and school archives. This way, we have as general objective the educational memory of Coromandel with the purpose of organizing of a bank of data to be available in the future for other projects of research in history of education. As specific goals, this research tried to keep the preservation of the oldest documentary sources, offering to local Secretary of Education and Culture, conditions to organize the documentary archive of Osório de Morais Elementary School, so that it may be used as source of future research. It will allow others to research in the field of history of education as well as to transcribe the documentary archives. To our mind, as a researcher, and considering the school documental archives worth to Coromandel, as well as the lack of works in this field, we believe that this research will be enriching to the local history of education. In summary, as a contribution, we intend to give a copy of this dissertation to Culture House in Coromandel and another one to the Master Program of UNIUBE, so that both may add to their archives.

Keywords: Survey. History. Coromandel. Files. School Group.

LISTA DE SIGLAS

AABB	- Associação Atlética do Banco do Brasil
AARPAA	- Associação dos Amigos do Rio Paranaíba e seus Afluentes
AGCRJ	- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
APM	- Arquivo Público Mineiro
APAE	- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
ARQ-RIO	- Rede Municipal de Arquivos
BR	- Batalhão Rodoviário
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAA	- Centro de Cultura Anglo-Americano
CEMIG	- Companhia Energética de Minas Gerais
CODEMA	- Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
COMARQ	- Conselho Municipal de Arquivos
CONARQ	- Conselho Nacional de Arquivos
CONSEP	- Conselho de Segurança Pública
DEM	- Democratas
EAD	- Educação a Distância
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
FAFI	- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio
FCC	- Faculdade Cidade de Coromandel
FM	- Modulação de Frequência
HISTEBR	- História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	- Instituto Estadual de Florestas
IFMT	- Instituto Federal de Mato Grosso
IMA	- Instituto Mineiro de Agropecuária
IPG	- Instituto de Pós-Graduação
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG	- Minas Gerais
MP	- Ministério público
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PHS	- Partido Humanista da Solidariedade

PIB	-	Produto Interno Bruto
PMDB	-	Partido Democrático Brasileiro
PP	-	Partido Progressista
PRM	-	Partido Republicano Mineiro
PSC	-	Partido Socialista Cristão
PSD	-	Partido Social Democrático
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	-	Partido Social Liberal
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PV	-	Partido Verde
RS	-	Rio Grande do Sul
SAI/APM	-	Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TV	-	Televisão
UAB	-	Universidade Aberta do Brasil
UFJF	-	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOP	-	Universidade Federal de Ouro Preto
UFU	-	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	-	Universidade de Brasília
UDN	-	União Democrática Nacional
UNICAMP	-	Universidade de Campinas
UNIUBE	-	Universidade de Uberaba

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	- Edifício que abriga o Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.....	32
Figura 02	- Fachada do Arquivo Público de Belo Horizonte.....	37
Figura 03	- Mapa original do itinerário de Saint-Hilare.....	46
Figura 04	- Mapa do possível caminho aproximado percorrido por Saint-Hilare pelo município de Coromandel- MG.....	47
Figura 05	- Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana em 1933.....	48
Figura 06	- Grupo Escolar Estadual Osório de Moraes.....	49
Figura 07	- Diamante Getúlio Vargas.....	50
Figura 08	- O “movimento de vaivém e de encontro dos amigos”.....	52
Figura 09	- Gerson Coutinho da Silva (Goiá).....	56
Figura 10	- Grupo Escolar Osório de Moraes – Registros da fachada antiga.....	65
Figura 11	- Grupo Escolar Osório de Moraes – Registros da fachada atual	65
Figura 12	- Grupo Escolar Osório de Moraes – Registros referentes ao passado e presente.....	67
Figura 13	- Instalação física do arquivo do Grupo Escolar Osório de Moraes.....	68
Figura 14	- Estado em que capas dos livros de fontes documentais foram encontradas.....	69
Figura 15	- Abertura do livro de Termo de Visita.....	70
Figura 16	- Termo de Visita do Sr. Antonio - Bispo de Uberaba.....	70
Figura 17	- Livro de Visitas da Escola.....	72
Figura 18	- Livro de Visitas da Escola.....	73
Figura 19	- Livro de Acontecimentos da Escola.....	74
Figura 20	- Livro de Atas da Escola.....	76
Figura 21	- Livro de Atas da Escola.....	77
Figura 22	- Edições do Jornal, O Coromandelense - 1943.....	79
Figura 23	- Edições do Jornal, O Coromandelense - 1943.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 01 – ARQUIVOS, FONTES E DOCUMENTOS: base para a História da Educação em âmbito Nacional, Estadual e Local	22
1.1 As Fontes ou Documentos da Pesquisa para a História da Educação.....	24
1.2 As fontes para a história nas Instituições Escolares.....	27
1.3 Arquivos e fontes da cidade do Rio de Janeiro.....	31
1.4 Arquivos e fontes da Capital Mineira - Belo Horizonte.....	36
1.5 O cenário coromandelense e a criação do Grupo Escolar Osório de Moraes.....	39
CAPÍTULO 02 - O MUNICÍPIO DE COROMANDEL HISTÓRIA E MEMÓRIA: limites e possibilidades	44
2.1 Contexto histórico do município em estudo.....	44
2.2 Redescobrimdo a evolução do município: sua emancipação política.....	48
2.2.1 <i>Cenário demográfico</i>	53
2.2.2 <i>Cenário Educacional</i>	53
2.2.3 <i>Cenário Cultural</i>	55
2.2.4 <i>Cenário econômico e político</i>	57
CAPÍTULO 03 – O ACERVO DOCUMENTAL DO GRUPO ESCOLAR OSORIO DE MORAIS (1932 a 1961): SUBSTRATOS DE MEMÓRIAS NA PESQUISA	60
3.1 O Surgimento dos Grupos Escolares: Pesquisa Histórica.....	61
3.2 O Arquivo Histórico do Grupo Escolar Osório de Moraes: uma experiência de pesquisa.....	64
3.2.1 <i>A Diagnose: Problemática da Pesquisa</i>	66
3.2.2 <i>A Importância do Conhecimento Histórico: Resgate da História</i>	69
3.3 O Grupo Escolar Osório de Moraes: um novo modelo escolar para o ensino Coromandelense.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

E meticulosa tecitura é esta, a de historiar uma instituição educativa na sua complexidade, definindo-lhe um quadro espacio-temporal, reconhecendo-lhe uma ação sociocultural, material, simbólica, organizacional, antropológica, descobrindo-lhe, pois, um sentido.

Justino Magalhães

Esta pesquisa, voltada para o campo da História da Educação, visa desenvolver um estudo sobre os arquivos escolares, tema que vem crescendo e ganhando espaço a cada dia e que chama a atenção de muitos pesquisadores consagrados da área. Embasando-nos na literatura, percebe-se que, no campo da História da Educação, os pesquisadores apresentam preocupação no sentido de se preservar e organizar os arquivos escolares, pois estes são compreendidos como locais de memória, fontes essenciais para o estudo da cultura escolar. O acervo documental de uma escola sinaliza uma trajetória educacional que faz parte da memória de um povo. Neste sentido, podemos afirmar que os arquivos escolares são excelentes fontes de pesquisa em História da Educação e apresentam uma infinidade de elementos que oportunizam ao pesquisador adentrar no mundo fascinante da pesquisa.

Antes de darmos prosseguimento nesta pesquisa, achamos por bem, discorrer sobre a nossa trajetória profissional e acadêmica até chegarmos a este campo de pesquisa.

Iniciei minha vida profissional na educação, como professora, em 1994, com uma turma de alunos do Pré-escolar. Na área educacional, atuei como professora, gestora educacional, coordenadora de Centro de Educação Infantil e supervisora pedagógica. Em 2009, em um processo seletivo, fui selecionada para trabalhar na Tutoria Presencial do Curso de Pedagogia (EaD), oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora, onde me encontro até os dias atuais.

Nesta caminhada epistemológica para a construção da minha identidade pessoal e profissional, procurei e procuro estar em permanente construção do aprendizado. No ano de 1996, concluí o curso Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio (FAFI) e para complementar, busquei alguns cursos de especialização e de capacitação, todos, voltados para a área educacional. No ano de 2009, ingressei no curso de Licenciatura em

Pedagogia, pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E uma das disciplinas mais marcantes do curso foi História da Educação, com a qual me identifiquei bastante.

Em 2011, surgiu o interesse e a necessidade de uma formação mais elevada no que tange ao campo da educação. Então, procurei pensar no futuro, considerando que minha formação não estava completa, uma vez que sempre manifestei o interesse pelo saber. Com muita determinação e com a certeza de que cursar uma Pós-Graduação *Stricto Sensu* seria um projeto possível de se consolidar, dei início à construção do meu Pré-Projeto de Pesquisa, voltado, evidentemente, ao campo de História da Educação, intitulado, *a priori*, como Fontes e Arquivos Histórico-Educacionais em Terras Mineiras do diamante, Coromandel - de 1932 a 1961.

Com o Pré-projeto concluído, foi preciso focar nos estudos para garantir uma vaga no Mestrado em Educação e, ao constatar a minha aprovação, fiquei imensamente feliz e orgulhosa por fazer parte da oitava turma de Mestrado da UNIUBE. Ao iniciar o primeiro semestre letivo, muitos foram os momentos de inquietação e, porque não dizer, aflição. Viagem longa, cansaço mental; sentimentos e sensações, os quais não consigo descrever.

No segundo ano de curso, com o projeto de pesquisa feito, apresentado, reconstruído, era o momento de elaborar a dissertação e definir o título do trabalho. Apesar de este trabalho ter sido construído a quatro mãos, muitas vezes, a solidão imperava. Minha orientadora, Professora, doutora, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, foi minha fada madrinha durante todo o meu percurso de pesquisa. Educadora, exemplar, de competência ímpar, fazia-me crescer dia a dia, pontuando e valorizando tudo aquilo que eu escrevia. Suas críticas construtivas soavam para mim como um elixir revigorante, uma injeção de ânimo para o andamento da pesquisa.

Embora encontrando muitas dificuldades pelo caminho, com todos os contratemplos, exaustão física e mental, posso afirmar que cursar o Mestrado foi um dos momentos mais significativos na minha vida. Ao término deste trabalho, os sentimentos, agora são outros; sensação de vitória, acompanhada de sentimentos múltiplos e a certeza de que este curso constituiu a concretização de um sonho, o qual havia sido protelado por muito tempo.

Retomando ao trabalho e, como já mencionado, a escolha por essa temática como eixo de pesquisa no Mestrado em Educação, deve-se ao interesse pela disciplina de História da Educação, o qual surgiu, quando de minha participação no Curso de Graduação em Pedagogia. A pesquisa que ora empreendemos tem como objeto de estudo os arquivos do Grupo Escolar Osório de Moraes, situado na cidade de Coromandel, no Vale do Rio Paranaíba, região Centro Oeste Mineira (Triângulo Mineiro). Esta escola foi criada pelo

Decreto 10.254, de 22 de fevereiro de 1932, publicado no “Minas Gerais”, em 23 de fevereiro de 1932 e instalado em 8 de agosto de 1932. O recorte temporal abrange o período de 1932 a 1961. Escolhemos o ano de 1932, por ser o ano de criação do Grupo Escolar Osório de Morais, primeira escola pública da cidade. Também, neste mesmo ano, acontece a publicação do Manifesto Pioneiro da Educação Nova¹, que surge como uma nova esperança para a defesa da escola pública no país. Já no que se refere ao ano de 1961, foi pensado por ser um marco educacional no país, ano da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Para a construção bem como a elucidação deste trabalho, utilizamos da Metodologia Bibliográfica, estudo teórico e documental, por meio de uma seleção de obras dos autores que trabalham no campo da História da Educação. Como objetivo geral, foi estabelecido o seguinte: realizar um levantamento de fontes primárias e secundárias sobre a História da Educação no município de Coromandel para a preservação da memória educacional da cidade, com vistas à constituição de um banco de dados a ser disponibilizado no futuro e, assim, criar condições para que a pesquisa na área de História da Educação se desenvolva a partir desses acervos.

Como objetivos específicos, buscamos colaborar para a preservação das fontes documentais escolares mais antigas, oportunizando à Secretaria de Educação e Cultura condições para organização do acervo documental da Escola Estadual Osório de Morais,

¹ Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. O texto do manifesto dizia que "se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país". Segundo o documento, a causa principal dos problemas na educação está na "na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação". Os 26 educadores entendiam que "nunca chegamos a possuir uma *cultura própria*, nem mesmo uma *cultura geral* que nos convencesse da *existência de um problema sobre objetivos e fins da educação*". O grupo defendia novos ideais de educação e lutavam contra o empirismo dominante. Para tanto, defendiam "transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares". A educação nova, segundo o texto do manifesto, propunha "servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social". Ou seja, o objetivo era ter um "ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação". Os educadores de 1932 que assinaram o manifesto diziam que a escola tradicional estava instalada para uma concepção burguesa, deixando o indivíduo numa autonomia isolada e estéril. O documento defendia ainda: educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório. A democracia no Brasil era um dos pontos importantes abordado no manifesto de 1932. A educação era vista como instrumento de reconstrução da democracia, permitindo a integração dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o governo federal deveria defender bases e princípios únicos para a educação, mas sem ignorar as características regionais de cada comunidade". Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=279>>. Acesso em: 13 out. 2012.

para que este possa ser fonte de pesquisa que possibilite a análise e compreensão da História da Educação deste município aos estudiosos da área; digitalizar e disponibilizar o acervo documental encontrado, com a finalidade de realizar uma análise teórico-metodológica e, assim, sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância da preservação das fontes históricas e dos arquivos escolares. Objetivamos, ainda, ao término da pesquisa, oferecer à própria escola e também à Casa da Cultura desta cidade, uma cópia desta dissertação de Mestrado, a fim de que as referidas instituições possam incluí-la em seus acervos.

Neste trabalho de pesquisa, buscamos fundamentar evidências ligadas à história do Grupo Escolar Osório de Moraes de Coromandel, no intuito de respondermos as seguintes questões: Qual a importância da preservação de acervos documentais à compreensão da educação do grupo escolar Osório de Moraes? Quais os principais acontecimentos que incentivaram a instalação do grupo? Quais foram os aportes político-educacionais daquela época? Como se deu o surgimento e desenvolvimento de Coromandel? Como se caracteriza a realidade da educação pública até meados de 1932? Como são organizados os arquivos do grupo escolar? Existem instrumentos de pesquisa que proporcionam a manutenção e preservação destes arquivos? De que forma o Grupo Escolar Osório de Moraes vem preservando seus arquivos ao longo do tempo?

Quanto à escolha do objeto da pesquisa, esta se justifica pelo fato de Coromandel apresentar uma grande defasagem de material historiográfico neste campo, o que ocasiona pouca opção a respeito do assunto. O Grupo Escolar Osório de Moraes, no auge dos seus 80 anos, ainda não conta com nenhum trabalho acadêmico, sobre sua história, em nível de dissertação. Fizemos uma vasta pesquisa na banca de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre a temática escolhida e constatamos que não há nenhum registro de trabalhos acadêmicos voltados para os arquivos escolares de Coromandel. E ao se constatar essa carência, decidimos por contribuir para com o preenchimento desta lacuna histórica. Neste sentido, propomos produzir um trabalho que vise conhecer a história desta escola, suas origens e seu significado no tempo. E o ponto de partida que elegemos ser fundamental para se desenvolver esta pesquisa foi a realização de um estudo historiográfico, por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental.

Não poderíamos deixar de definir o conceito de grupo escolar, haja vista que este representa, no contexto histórico, um marco na Educação Nacional e, para defini-lo, consultamos o Glossário História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEBR) – Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP):

No território brasileiro os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas. Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular. Segundo Saviani (2004), os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano, já que no meio rural ainda predominou as escolas isoladas por muito tempo. O Grupo Escolar foi uma escola eficiente para a seleção e a formação das elites. A questão do ensino para as massas populares só esteve presente na reforma paulista de 1920. Os grupos escolares também eram conhecidos como escolas graduadas, já que possuíam turmas seriadas. O ensino primário era ministrado em quatro anos, com um programa enciclopédico com matérias que proporcionavam uma educação integral - a educação física, intelectual e moral. Previa a utilização do método intuitivo, o qual usava diversificados materiais didáticos, laboratórios e museus. Exigia-se uma rígida disciplina dos alunos (assiduidade, asseio, ordem, obediência, etc.). O tempo escolar passou a ser controlado através do calendário. Havia também práticas “ritualizadas” e “simbólicas”, como os exames finais, as exposições escolares, as datas cívicas e as festas de encerramento do ano letivo. A escola graduada foi também responsável por gerar novos “dispositivos de racionalização administrativa e pedagógica”, necessários para o desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente nos processos de urbanização e industrialização. Foi ainda um projeto cultural a favor da nação, o qual educava mais do que instruía. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm>.

Em relação às pesquisas bibliográfica e documental, de maneira geral, muitos autores as consideram sinônimas. Porém, Appolinário (2009), em seu Dicionário de Metodologia Científica, expõe que, para diferenciá-las, deve-se buscar conhecer as estratégias de coleta de dados de cada uma destas tipologias.

O autor observa que:

Normalmente, as pesquisas possuem duas categorias de estratégias de coleta de dados: a primeira refere-se ao local onde os dados são coletados (estratégia-local) e, neste item, há duas possibilidades: campo ou laboratório. [...] A segunda estratégia refere-se à fonte dos dados: documental ou campo. Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, diz-se que a pesquisa possui estratégia documental [...]). Quando a pesquisa não se restringe à utilização de documentos, mas também se utiliza de sujeitos (humanos ou não), diz-se que a pesquisa possui estratégia de campo (APPOLINÁRIO, 2009, p. 85).

Ambas as formas de pesquisa em questão (bibliográfica e documental) têm como objeto de investigação o documento.² Nas palavras de Chizzotti (1998, p. 109):

Documentação é toda informação sistemática, comunicada de forma oral, escrita, visual ou gestual, fixada em um suporte material, como fonte durável de comunicação. Documentação é a ciência que trata da organização do manuseio de informações. Consiste na coleta, classificação, seleção, difusão e na utilização de toda espécie de informação, compreendendo não só as suas técnicas de estocagem, conservação e de classificação, mas também suas técnicas de uso e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação. O documento é, pois, qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc. Quaisquer informações orais (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material. Os documentos são estocados em centros de documentação, bibliotecas, museus, bancos de dados, arquivos, etc., que se especializam na sua conservação e classificação. Os documentos escritos reúnem informações escritas primárias ou originais; ou informações secundárias (bibliografias de obras e referências) trabalhadas por centros de documentação, a partir de notícias bibliográficas ou de documentos primários, ou, ainda, informações terciárias obtidas a partir de bibliografias secundárias (bibliografia de bibliografias, catálogos, etc.).

No entanto, a concepção de documento nas pesquisas ultrapassa a visão restrita de material escrito e/ou impresso, podendo-se considerar também materiais não-escritos como filmes, fotos, pôsteres, vídeos, dentre outros. Figueiredo (2007) afirma que tais documentos, de acordo com o interesse do pesquisador, são fontes de informação, indicação e esclarecimento, utilizados para elucidar as questões em estudo.

Dado o exposto, torna-se um pouco mais evidente a distinção entre as pesquisas bibliográfica³ e documental⁴. Oliveira (2007, p. 69) apresenta uma importante discrepância entre estes dois tipos de pesquisa, sendo que a primeira remete ao estudo e análise de documentos de cunho prioritariamente científico – livros, periódicos, dicionários, dentre outros. Caracteriza-se como um “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer

² Para Cellard (2008, p. 296) “definir o documento representa em si um desafio”. Lançando-se a este desafio, Houaiss (2008, p. 260) define-o como: “documento: 1. declaração escrita, oficialmente reconhecida que serve de prova a um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerados processadores de texto”. Já Phillips (1974, p. 187) acredita que os documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

³ A pesquisa bibliográfica consiste em um processo de levantamento, leitura, exame, classificação e análise de material escrito, em forma de livro, revista, artigo científico, tese, periódico, dissertação, dentre outros. Tal modalidade de pesquisa é de certa forma, dependente de documentação referente a material de leitura, a qual pode ser acessado em endereços e sítios eletrônicos ou buscado em bibliotecas e demais acervos (OLIVEIRA, 2007 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 05).

⁴ A pesquisa documental é menos restrita, pois pode basear-se em fontes e documentos que não são de domínio científico nem passaram pelo rigoroso tratamento de validação da ciência (OLIVEIRA, 2007 apud SÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 05).

diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”, tendo por principal objetivo proporcionar aos pesquisadores um íntimo contato com os documentos que subsidiam o estudo. Para Oliveira (2007, p. 69) “[...] o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”. Já a pesquisa documental, segundo o autor, “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

Realizamos, também, um levantamento de fontes primárias e secundárias, da coleta de dados e uma precisa revisão literária de obras. Para tanto, utilizamos como fontes, atas de reuniões do Grupo Escolar, artigos de jornais, livros, dissertações e teses, fotos da escola, registros dos inspetores escolares quando de visitas à escola, livro de ponto; livro de Caixa Escolar, regulamento da Caixa Escolar; regimento da escola; atas da Câmara Municipal de Coromandel-MG e documentos fidedignos da Superintendência Regional de Ensino/SEE-MG. Assim, iniciamos este trabalho.

A discussão acerca dos arquivos do Grupo Escolar Osório de Moraes está aliada a um referencial teórico e bibliográfico voltado para a História da Educação. Como exemplo, podemos destacar: Certeau(2002), Furtado(2011), Lombardi(2004), Ragazzini(2001), Saviani(2004), Araújo(2002), Hilsdorf (2001), Vidal (2001), Carvalho (2002), Ribeiro (1987), Peixoto (1983) Souza (1988), Gonçalves Neto (1999), Faria Filho (2000) dentre outros.

Com relação ao estudo da História da Educação, vemos que esta não possui uma única e precisa definição. O termo em questão é abordado e discutido por muitos estudiosos do campo educacional, pois é preciso que se tenha claros e sólidos posicionamentos epistemológicos para se chegar a propor uma definição. Para Lombardi e Nascimento (2004)⁵, o mais adequado é considerar que a História da Educação está indicando que o objeto de investigação – a educação - é estudado a partir dos métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação histórica.

Neste contexto, em relação à compreensão da História da Educação, sob a ótica dos autores supracitados, podemos dizer que o estudo sobre os arquivos escolares torna-se um estudo relevante, uma vez que historiar uma instituição educativa seria trazer à atualidade redescobertas, as quais proporcionariam ao pesquisador e à comunidade o descortinar da história educacional local.

⁵ LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 151.

No que tange à Historiografia, este conhecimento histórico caracteriza-se pela especificidade da relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. De acordo com Saviani (2000), o homem só será capaz de romper com sua visão cíclica, quando este conseguir transformar a natureza em objeto de sua ação, passando a entendê-lo como:

[...] uma linha progressiva que se projeta para a frente, ligando o passado ao futuro por meio do presente. Surge aí a questão de se compreender a causa, o significado e a direção das transformações. A História emerge, pois, com um problema não apenas prático, mas também teórico. O homem além de um ser histórico, busca agora apropriar-se da sua historicidade. Além de fazer história, aspira a se tornar consciente dessa sua identidade (SAVIANI, 2000, p.8).

Nesta perspectiva, continua o autor, todo um conjunto de reflexões sobre a História vai se desenvolver a partir do século XVII e atingirá a sua máxima expressão teórica no século XIX.

Em relação à história dos arquivos escolares, propusemo-nos desenvolver uma pesquisa centrada em fontes escritas, por meio de um estudo detalhado e minucioso dos documentos e arquivos, os quais foram encontrados naquele estabelecimento de ensino. A instituição em questão, guarda consigo um relevante material historiográfico, um espaço portador de raras informações produzidas e acumuladas no decorrer de sua história.

É importante salientar que o estudo sobre a história das instituições escolares ganha espaço, após a implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº4.024/61), a qual passou a exigir das instituições escolares a organização e a preservação de seus arquivos. Entretanto, muitas escolas ainda resistem a não conservação de seus documentos, conforme afirma Furtado (2011). Assim se traduz muitas vezes a frustração do pesquisador, diante de muitos problemas de acesso à pesquisa.

No entender das pesquisadoras, Hilsdorf e Vidal (2004, p.179), a ausência de políticas institucionais de preservação e organização de fontes:

[...] é responsável por uma das mais sérias dificuldades com que se defrontam os pesquisadores brasileiros de história da educação, principalmente se considerarmos a pluralidade de fontes documentais solicitadas pelas novas linhas investigativas desenvolvidas nesse campo.

Mesmo sabendo que há uma discussão acerca das questões que norteiam a preservação dos documentos institucionais, ainda deparamos com poucas iniciativas concretas. Por esta razão, faz-se necessário realizar estudos que contemplem locais que reúnam documentos diversos. Furtado (2011, p. 152) relata que:

Diante de tais circunstâncias, as instituições escolares com os seus respectivos arquivos motivam profundas preocupações relativas à salvaguarda e preservação dos seus documentos, pois na maior parte dos prédios escolares, até hoje, os documentos estão abrigados e guardados em porões úmidos ou salas apertadas. Como lembra Zaia (2003), a ideia de que os arquivos públicos representam “lugares da memória”, posta no século XIX, ainda não chegou às escolas, uma vez que essas instituições ainda estão pouco atentas à historicidade de suas práticas. Zaia (2003) ainda esclarece que as Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis administrativamente pela maioria destas instituições, também não assumiram uma política de guarda e preservação.

Dessa forma, com base no exposto, estruturamos nosso trabalho em três capítulos, sendo o primeiro uma abordagem acerca das questões que versam sobre a história dos arquivos públicos em âmbito nacional, estadual e local, no período de 1932 a 1961, para o embasamento teórico-metodológico do referido trabalho. No que se refere ao âmbito nacional, decidimos dissertar sobre a cidade do Rio de Janeiro, visto que lá se encontram os maiores arquivos públicos deste país. Neste sentido, também elegemos a capital mineira, Belo Horizonte, onde se encontra o maior e mais antigo Arquivo Público de Minas Gerais. Para concluir esta pesquisa, trabalhamos com os arquivos do Grupo Escolar Osório de Moraes, na cidade de Coromandel, localizada no Triângulo Mineiro, sendo este o *locus* de nossa pesquisa.

No Capítulo 2, com o objetivo de contribuir a preservação da historicidade deste município, procuramos fazer uma contextualização histórica de Coromandel, bem como discutir a relevância da pesquisa histórico-educacional. Vale ressaltar que não ficamos “engessadas” ao marco cronológico definido e citado anteriormente, pois se assim o fizéssemos, correríamos o risco de deixar de registrar fatos e pessoas, os quais foram decisivos para o crescimento e desenvolvimento desta cidade.

No que se refere ao Capítulo 3, trabalhamos com o objeto específico da pesquisa, ou seja, os arquivos do Grupo Escolar Osório de Moraes. Nas Considerações Finais, apresentamos uma síntese do trabalho que ora empreendemos. Para melhor situar o leitor, colocamos, nos Anexos, alguns registros que evidenciam parte do acervo da escola.

CAPÍTULO 1 - ARQUIVOS, FONTES E DOCUMENTOS: base para a História da Educação em âmbito Nacional, Estadual e Local

Quem controla o passado, controla o futuro: quem controla o presente, controla o passado.

George Orwell-1984

Como foi explicitado, na Introdução deste trabalho, a proposta deste primeiro capítulo foi a de abordar as questões que versam sobre a história dos arquivos públicos em âmbito nacional, estadual e local. Para tanto, elegemos a cidade de Rio de Janeiro, já que é nesta metrópole que se encontra a maior biblioteca pública do Brasil. Esta informação encontra-se registrada na página da Fundação da Biblioteca Nacional, onde fizemos uma extensa pesquisa nos últimos meses. A segunda cidade, Belo Horizonte, onde se encontra o Arquivo Público Mineiro, instituição cultural mais antiga de Minas Gerais, conforme consta no *site* de Cultura do Governo de Minas Gerais. E a cidade de Coromandel, *locus* da nossa pesquisa.

Nesta perspectiva, fez-se necessário realizar um levantamento e uma abordagem sobre o significado de Arquivos Públicos, e sua importância para a sociedade local e acadêmica.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005, p. 26), este é definido como um “[...] conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Porém, o pesquisador Vasconcellos (1999, p. 42), já o define como um “[...] conjunto de documentos organicamente acumulados, cujas informações permitem a trajetória de vida de seu titular”.

No texto da Lei brasileira, nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, considera, em seu Art. 2º, arquivos como:

Conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja, o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Os Arquivos Públicos surgiram há muitos anos, de acordo com Côrtes (1996, apud OHIRA, [s.d.], p.1).

Os Arquivos surgiram nos séculos V e IV a C., como guardiãs dos registros do estado e para apoiar administrativamente o governo. Diante da necessidade de se recorrer a documentos, a civilização grega demonstrou a preocupação em guardar, junto à Corte de Justiça na Praça Pública de Atenas, leis, tratados, minutas de assembleia, documentos oficiais.

Esta citação evidencia que, desde aquela época, os governantes já apresentavam preocupação quanto à preservação dos Arquivos Públicos. E os documentos que foram surgindo com o passar do tempo sinalizam o registro da memória de um povo, a qual jamais poderá se perder, pois traduz um valor histórico inestimável à população.

Segundo Silva (2010, p. 1044):

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não oficiais. Um documento é histórico quando passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação) e passa a ser utilizado para pesquisa histórica (testemunho), sendo útil para a administração e a historiografia, no sentido mais crítico e científico. Dessa forma os arquivos são responsáveis pela guarda da produção administrativa que com o passar do tempo deixa de possuir apenas valor probatório e passa também a possuir um valor histórico constituindo se como fonte para memória de uma cidade, de um povo, de uma cultura.

Vale destacar a criação da Lei nº 12.527⁶ sancionada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. [...]. Assim sendo, a Lei que dá acesso à informação entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

Esta Lei significa um grande avanço no que se refere a consolidação democrática do Brasil, haja vista que um cidadão bem informado tem melhores condições de reivindicar os seus direitos. No Art. 5º, inciso XIV, no Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º, também trataram do acesso à informação pública. São estes os dispositivos que a Lei de Acesso a Informações regulamenta, estabelecendo requisitos mínimos para a divulgação de informações públicas e procedimentos para facilitar e agilizar o seu acesso por qualquer pessoa.

Com a aprovação da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, o Brasil dá mais um importante passo para a consolidação do seu regime democrático, ampliando a participação cidadã e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública. Ao regulamentar o artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, o Brasil, além de garantir ao cidadão o exercício do seu direito de acesso à informação, cumpre, também, o compromisso assumido pelo país ante a comunidade

⁶ Lei de Acesso à Informação Pública.

internacional em vários tratados e convenções. O Brasil já é referência em matéria de divulgação espontânea de informações governamentais. [...] Faltava-nos, no entanto, uma lei que regulasse o acesso amplo a qualquer documento ou informação específica buscados pelo cidadão. A Lei 12.527 representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. Qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações públicas, ou seja, àquelas não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos.

O acesso à informação pública tem sido cada vez mais reconhecido como um direito em várias partes do mundo e prova disso é que cerca de noventa países já possuem leis que o regulamentam.

O direito à informação pública já estava previsto na Constituição Federal 1988, e a Lei nº 12.527/2011 veio regulamentar as obrigações, procedimentos e prazos para a divulgação de informações pelas instituições públicas, garantindo de fato, a efetividade do direito de acesso.

1.1 As Fontes ou Documentos da Pesquisa para a História da Educação

Sabe-se que para se fazer uma pesquisa com informações precisas, faz-se necessário buscar pontos de apoio que fundamente este trabalho. Em se tratando de pesquisa no campo da História da Educação, é preciso recorrer ao uso de fontes, as quais servirão para fundamentar e dar legitimidade à pesquisa.

Deste modo, Prado (2010, p. 124) assim orienta os pesquisadores da área:

Para o bom andamento de uma pesquisa é necessário que o pesquisador tenha como foco os modos como vai lidar com as fontes primárias. Dependendo do tipo de aproximação que faça dessas fontes, o andamento de sua pesquisa corre o risco de tomar os mais diversos rumos, e nem sempre os que foram propostos no início do estudo. O trabalho de pesquisa exige uma atenção ampla com o material a ser trabalhado, no sentido de perceberem-se todas as nuances que o envolvem. Os acontecimentos históricos devem ser questionados, para que possam ser verificados segundo o entendimento do pesquisador que o inquire, quais são os caminhos e pontos que guarda. Sempre se deve analisar sob todos os ângulos possíveis o objeto colocado como centro de uma investigação, para evitarem-se os enganos. A prática de pesquisar comporta uma série de variantes e de determinantes em seu trajeto. Quando não existe o acesso a todos os documentos que possibilitem o desvendamento dos acontecimentos de modo detalhado, deve o pesquisador, direcionar-se à outros tipos de documentos e fontes que contribuam para a reconstituição de seus dados. A busca por indícios no entorno do contexto é parte implícita a uma pesquisa em história da educação.

Neste sentido, pode-se aferir que o pesquisador jamais irá conseguir trazer, à atualidade, fatos acontecidos em um determinado tempo. A realidade pura, tal como ocorreu, nunca será reconstruída; o que, de fato, o homem tem condições de se fazer seria uma representação do passado e não trazer o passado de volta, tal qual aconteceu.

Certamente, a elaboração de hipóteses, por meio de documentos, contribui para que o pesquisador caminhe em busca de respostas a estas hipóteses que poderão ser comprovadas ou não.

Certeau (2002, p. 34) esclarece que não podemos nos esquecer de “[...] que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”. Diante deste pensamento, é sabido que as hipóteses serão implícitas em toda e qualquer natureza de pesquisa, sendo assim, o pesquisador precisa tomar muito cuidado no sentido de evitar o registro de algo que não é verdadeiro, ou quiçá, hipotético.

É oportuno, neste momento, elencar alguns conceitos de fonte, tomando como referência pesquisadores consagrados que versam sobre esta temática.

Saviani conceitua (2004) fonte sob várias vertentes. Para ele, fonte significa o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Pode-se também indicar a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se buscam compreender. Além disso, fonte pode ser definida como algo que brota naturalmente, e referir-se a algo que é construído artificialmente. Pode ser também, ponto de origem, nascente que corresponde a manancial. O autor entende que, em se tratando de fontes históricas, estas são construídas ao longo do tempo, são produções humanas.

É preciso entender que as fontes ou documentos são elementos indispensáveis para a sistematização de todo conhecimento histórico, haja vista que é por meio delas que se consegue adentrar em um mundo fascinante de informações, as quais servirão de respostas ao objeto histórico estudado.

Neste contexto, Lombardi (2004, p. 155) afirma que “[...] os homens produziram (e ainda produzem) artefatos, documentos, testemunhos, monumentos entre outros, que tornam possível o entendimento do homem sobre sua própria trajetória”. Seguindo este raciocínio, o mesmo pesquisador observa:

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com

outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida (LOMBARDI, 2004, p. 155).

Nesta perspectiva, falar em fontes significa falar em indícios, vestígios, documentos, os quais foram se acumulando no decorrer do tempo e, é por meio destes vestígios que se conseguem buscar respostas às questões levantadas. Os pesquisadores Lombardi e Nascimento (2004), Saviani (2004) e Ragazzin (2001), comungam o mesmo pensamento, ao afirmarem que as fontes são requisitos extremamente relevantes, que levam e oportunizam o pesquisador a descortinar o passado.

Pode-se dizer, também, que as fontes permitem encontrar e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para Silva ([s/d], p. 3), ao se representar o trabalho historiográfico como uma ponte entre o presente e o passado, estabelece-se um balanceamento adequado entre a localização, a leitura e o emprego das fontes “[...] A relação do historiador com as fontes é uma das bases, um alicerce fundamental da pesquisa sobre a qual se edifica a pesquisa historiográfica”.

Ragazzin (2001) afirma que é tarefa do pesquisador fazer as devidas inferências no momento da seleção das fontes. A forma como se darão os questionamentos será primordial para se obter êxito na sua produção. Assim o autor reafirma sua ideia:

[...] a fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (RAGAZZIN, 2001, p. 14).

É por meio desta ponte que o historiador ou o pesquisador terá subsídios suficientes para desenvolver sua pesquisa, sendo importante o reconhecimento das fontes por ser o ponto de partida para a construção de uma pesquisa. Evidentemente que os documentos advindos do passado não foram elaborados em relação ao trabalho dos futuros historiadores, mas sim visavam atender às exigências ou necessidades específicas de um determinado momento histórico, conforme aponta Castanha (2006).

Por isso, pode-se considerar que nem tudo que se aglomerou, por meio da ação do homem, ao longo do tempo, continua preservado; muito se perdeu em decorrência de vários fatores e estes não mais poderão ser recuperados.

No entanto, as fontes em si, serão sempre um canal de informações, testemunhas que levarão o pesquisador a explicação de determinados momentos históricos.

1.2 As Fontes para a História das Instituições Escolares

De acordo com Saviani (2004), as fontes para a história das instituições escolares compreendem todos os registros, dos mais variados tipos que podemos encontrar e que, de algum modo, possam apresentar-nos indícios que nos permitam compreender a história das instituições escolares. Furtado, contribui com a seguinte afirmação:

As instituições escolares constituem independentemente de suas origens ou natureza, uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional de um determinado país. Juntamente com seus atores, as instituições escolares produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Desse modo, as escolas apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação (FURTADO, 2011, p.150).

Considerando que as instituições escolares são portadoras de importantes fontes de informações inerentes à História da Educação, cabe ao pesquisador apropriar-se destas informações e a partir do levantamento e catalogação das fontes, compreender e reconstruir o passado daquela instituição, na qual se pretende desenvolver a pesquisa. É importante destacar, também, que ao se fazer um levantamento das fontes, o pesquisador precisa tomar alguns cuidados para não cair nas armadilhas que as intempéries e uso inadequado de tais fontes podem trazer para o resgate da história (CARVALHO, 2002).

Em relação à relevância de estudos referentes aos arquivos escolares, sobretudo a sua conservação, organização, e ao grande valor das fontes neles encontradas para estudos da área, Ragazzini (2001, p. 26) explica que:

[...] é de grande importância o desenvolvimento de uma consciência e de uma prática documentária de individualização, catalogação e conservação dos documentos. As novas identidades da História da Educação foram muito discutidas, assim como as possibilidades de uma aproximação inovadora com a história da escola, contudo, enquanto permanecemos sem uma prática de documentação adequada, permaneceremos no âmbito das discussões acadêmicas ou do pioneirismo. Uma historiografia mais sofisticada requer uma inovação no uso das fontes e isto não será possível sem uma nova

prática de pesquisa, uma nova prática arquivista e uma nova sensibilidade documentária.

Em se tratando da história das instituições educacionais, o arquivo escolar é caracterizado como fonte essencial, pois nos permite a reconstrução da identidade histórica de uma determinada escola. Poderíamos dizer, também, que os arquivos são como lugares de memória, lugares de seus acervos e sempre abertos a novas leituras acerca do passado e do presente.

Estes lugares necessitam de tratamento adequado, com organização e descarte entendidos como procedimentos complementares, situados dentro de um processo técnico, no campo da arquivística, que exige, dessa forma, o diálogo entre historiadores e arquivistas. Tratando-se da especificidade dos documentos e arquivos escolares, o esforço deve ocorrer no sentido de transformar o arquivo morto em arquivo histórico, ou seja, organizado, catalogado, e funcionalmente integrado ao arquivo corrente, discutindo-se e criando-se, no âmbito da instituição educacional, critérios para conservação e descarte, planos de destinação da documentação, elaborados “para além da lógica administrativa” (VIDAL, 2005, p. 22), de forma a abranger outros âmbitos que ultrapassem a Secretaria da escola e a norma legal (GONÇALVES; RANZI, 2000, p. 4).

Neste contexto, é imprescindível que o pesquisador encontre dentro de seu *lócus* de pesquisa, documentos devidamente organizados por pessoas que conheçam os procedimentos técnicos e os materiais adequados para esta finalidade. Só assim, o pesquisador encontrará um espaço privilegiado e com maiores condições de desenvolver sua pesquisa.

Ainda, nesta abordagem sobre os arquivos escolares, destacamos que dentro das instituições escolares, de modo geral, os documentos são subdivididos em documentos correntes, intermediários e de valor permanente.

Assim, Medeiros (2003, p. 5) descreve:

O conjunto de documentos que estão em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituem objeto de consultas frequentes, são documentos correntes. Intermediários são aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Finalmente, os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados são documentos permanentes. [...]
Um regimento interno de uma escola, enquanto estiver em vigor, será documento corrente, pois será consultado frequentemente. Documentos escolares de alunos que concluíram primeiro ou segundo grau, durante algum tempo serão documentos intermediários, pois poderão ser consultados para informações. Históricos Escolares de alunos, após algum tempo como documentos intermediários serão preservados de forma permanente em razão do valor histórico, probatório e informativo.

Tais documentos são informações que foram construídas pelo homem ao longo dos anos e, que jamais poderão se perder, haja vista que só por meio deste aglomerado de documentos, o pesquisador terá condições de resgatar a história das instituições escolares.

Schumacher e Zotti (2007) afirmam que, ao se tratar de escolas, os arquivos não podem ser entendidos como um espaço físico determinado, mas como o conjunto de documentos que a escola produz, recebe e acumula ao longo de sua existência. Este conjunto de documentos pode ser representado pelo termo de posse, criação da escola, ata de aprovação de alunos, reprovação, livro de ponto, diários, ficha de alunos, dentre outros.

Segundo Furtado (2011), os Arquivos Públicos Escolares, a partir do século XX, começaram a ganhar importância e destaque e a se tornarem objeto de estudo no âmbito da história educacional, por possuírem fontes capazes de trazer à tona a memória histórica e cultural das instituições. Assim sendo, as instituições de ensino produzem ao longo do tempo uma amostra significativa dos registros de documentos; seus arquivos históricos escolares são fontes importantíssimas e inquestionáveis para a preservação da História da Educação brasileira, sobretudo para a sociedade, onde esta não perderá a sua memória.

Pode-se dizer então que as escolas se apresentam como espaço, fontes de informações importantes para pesquisas. Parafraseando Furtado (2011), pesquisas recentes vêm apontando a relevância das contribuições que os arquivos escolares oferecem para a organização e construção da história e da memória da educação.

Percebe-se, hoje, que a recuperação e preservação da memória assumem posição de destaque. Pode-se encontrar um número significativo de publicações inerentes ao trato nos Arquivos públicos escolares. O número de pesquisadores interessados por esta temática está crescendo e, desta forma, as instituições de ensino estão, cada vez mais, reconhecendo que só se preservará a memória de seu povo, se houver fontes fidedignas que comprovem e/ou testemunhem os fatos.

Neste sentido, pode-se dizer que os arquivos escolares são elementos cruciais quanto à reconstrução do passado, da sistematização do conhecimento histórico institucional, pois, por meio deles se consegue organizar, catalogar as informações encontradas, elencando dados fieis para o desenvolvimento do trabalho e, ainda se consegue perceber os avanços ou até mesmo os retrocessos que porventura tenham ocorrido no marco cronológico em questão.

Imbuídas nesta perspectiva, é que decidimos por realizar uma pesquisa acerca dos arquivos escolares. A escola eleita para se fazer a pesquisa do arquivo escolar foi o Grupo Escolar Osório de Moraes. Esta escolha se justifica pelo fato de este grupo ser a primeira escola pública de Coromandel-MG, além de sua importância no cenário local e regional. A

inexistência, até a presente data, de estudos científicos, de pouca opção de material historiográfico que tratam deste assunto, foi um dos motivos que também nos impulsionou a produção deste trabalho.

A oportunidade de historiar o Grupo Escolar Osório de Morais caracteriza como se fôssemos “garimpeiros” deslumbrados em busca de descobertas e interpretações diante de todo material historiográfico de pesquisa que encontramos.

Desse modo, ao averiguar os primórdios da educação coromandelense, sentimos a necessidade de pesquisar as fontes primárias, os arquivos e memórias da construção, implantação e funcionamento do Grupo Escolar Osório de Morais, no marco cronológico de 1932 a 1961.

Acreditamos que a relevância desta pesquisa concentra-se na possibilidade de contribuir para a preservação da memória histórico-educacional e dar conhecimento à sociedade de Coromandel sobre sua história e mais especificamente a História da Educação do município.

Tal como a História, a Educação passou pela discussão a respeito de fontes escritas, sonoras, iconográficas, pictóricas, audiovisuais, arquitetônicas, mobiliárias, dentre outras consideradas peças essenciais para se esclarecer as circunstâncias concretas dos fenômenos ocorridos em determinadas épocas e sociedades (MELO, 2010, p. 13).

Por meio da pesquisa, pudemos constatar que a criação dos grupos escolares estava sob circunstâncias não compreendidas em uma visão geral sobre o assunto, mas sob um olhar regionalizado. ARAUJO (2006) explicita que tal temática é difícil de ser encontrada no contexto histórico, e principalmente, explicada sob o viés da pesquisa reflexiva/crítica.

Nesse sentido, verifica-se a viabilidade deste trabalho, uma vez que existe uma demanda pela descoberta do passado, em seus elementos que conferem identidade ao cenário social vigente, suprimindo um espaço até então deficitário na 'cadeia historiográfica' do conhecimento educacional, bem como a evidência de que esta se justifica, prioritariamente, devido ao fato de sua realização traduzir-se em benefícios infindáveis à sociedade.

Vale ressaltar que mesmo no auge dos seus 80 anos, Coromandel ainda não conta com nenhum trabalho acadêmico voltado a esta temática; salvo publicações das professoras Machado⁷ (1982) e Valadares⁸ (2008).

⁷Professora aposentada da Escola Estadual Osório de Morais.

⁸Professora especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto de Pós-Graduação (IPG) da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). Graduada em Pedagogia.

1.3 Arquivos e Fontes da Cidade do Rio de Janeiro

A primeira cidade eleita para se fazer a pesquisa sobre os arquivos públicos foi Rio de Janeiro, a qual está situada no Sudeste do país, sendo a segunda maior metrópole do Brasil, só perdendo para São Paulo. Rio de Janeiro é a cidade brasileira mais conhecida no exterior. Segundo dados do IBGE⁹ (2010), a população desta cidade conta com um número de 6.320.446 habitantes, e uma área é de 1.200.279 km². Foi a capital do Brasil de 1763 a 1960, sendo mundialmente conhecida como Cidade Maravilhosa.

De acordo com Portella (2010), é nesta cidade que se encontra a Biblioteca Nacional, uma instituição que preserva o patrimônio bibliográfico e documental do Brasil. Possui a mais rica coleção de livros da América Latina, contando com um acervo estimado atualmente em 9 milhões de itens. É considerada pela UNESCO, como a oitava maior biblioteca nacional do mundo. Suas origens estão relacionadas à criação da Biblioteca Real, a segunda organizada pela casa real portuguesa - a primeira foi destruída pelo terremoto que atingiu Lisboa em 1755. Sob sua responsabilidade está a de coletar, guardar, preservar e difundir a produção bibliográfica brasileira. Hoje, ela é referência insubstituível para profissionais das humanidades, das ciências, das artes.

Reportando-nos às fontes desta pesquisa, evidencia-se que o surgimento do Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro iniciou-se no século XIX:

No século XIX, após a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, a Câmara Municipal passou a dividir suas atribuições com os intendentess gerais de Polícia. Essa mudança acarretou modificações na natureza e nas espécies documentais produzidas tanto pela Câmara quanto pela Intendência de Polícia. Contudo, toda a documentação continuou a ser guardada pelo Arquivo da Câmara¹⁰.

A seguir, na Figura 1, apresentamos a foto do edifício que abriga o Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.

⁹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

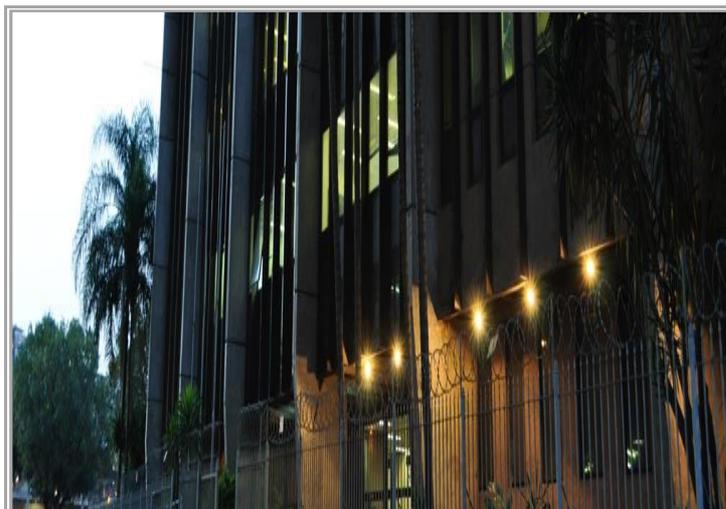


Figura 1 - Edifício que abriga o Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/o-arquivo-em-um-mundo-em-transformacao>>.

Desde aquela época até se chegar ao século XXI, inúmeros fatos ocorreram. Foram decretos e mais decretos até chegar, finalmente, a determinação de que o Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro - APCRJ - seria o órgão gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade, que por muitos anos passou por sucessivas mudanças de denominação, de subordinação e de localização, funcionando muitas vezes, precariamente, em instalações inadequadas.

Foi precisamente no século XX, sob o Decreto nº 2.053, publicado em 6 de março de 1979, que ocorreu o restabelecimento de sua denominação, mantendo-o subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação. A retomada da denominação Arquivo Geral pretendeu restabelecer as funções originais do órgão, que voltou a ser encarregado da gestão e da preservação de toda a documentação de valor permanente produzida pela municipalidade.

Entretanto, naquela época, não se obteve êxito no sentido de se restabelecer as competências originais do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ. De acordo com o *site* do órgão, seu histórico, assim, aconteceu:

De fato, porém, a pretensão de restabelecer as competências originais do AGCRJ não se concretizou naquela época. Apenas recentemente, o chefe do executivo municipal, por meio da Lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002, determinou que o órgão se tornasse o gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade. Por Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados entende-se o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo municipal, de forma a garantir a gestão, a preservação, o acesso aos documentos públicos municipais e a proteção especial a arquivos privados de interesse público

para a cidade. Assim sendo, a instituição, a partir de janeiro de 2003, com a publicação de um novo Decreto, de nº 22.615, que regulamente a Lei nº 3.404, o AGCRJ teve ratificada as suas competências de elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, no âmbito do Poder Executivo do município e de fazer a gestão documental dos órgãos e entidades da administração pública municipal. De forma a melhor cumprir com as novas responsabilidades, o Arquivo da cidade, pelo Decreto 22.614, de 30 de janeiro de 2003, foi transferido do departamento de Documentação e Informação Cultural, posteriormente extinto, para o Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura (Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro).

No ano de 2001, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foi criado o Projeto de Lei nº 334/2001 com o objetivo de criar o Conselho Municipal de Arquivos (COMARQ) e a Rede Municipal de Arquivos (ARQ-RIO), autorizando também ao Poder Executivo instituir a Fundação “Instituto Arquivo Municipal do Rio de Janeiro”, estabelecendo as diretrizes para o Sistema de Memória da Cidade.

O então prefeito, José Maia, aprovou o projeto considerando sua relevância e a necessidade de se fortalecer uma política pública municipal de arquivos públicos e privados. Também garantia ao cidadão acesso aos documentos sobre a Memória da cidade do Rio de Janeiro.

Abaixo, segue parte deste documento retirado do *site* http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/legislacao/projeto_lei_334.pdf:

PROJETO DE LEI Nº 334/2001 Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados, o acesso aos documentos públicos municipais e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO DECRETA

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Art. 1º É assegurado ao cidadão o direito de acesso pleno aos documentos públicos municipais, cuja consulta será franqueada pelo Poder Público, na forma desta Lei, ressalvados aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem da pessoa.

Art. 2º É dever do Poder Público Municipal a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e tecnológico e como elementos de prova e informação.

Art. 3º Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional e instituições municipais de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, bem como por pessoas físicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 4º Considera-se gestão de documentos públicos municipais o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento, em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.

Art. 5º Considera-se política municipal de arquivos o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo Municipal, de forma a garantir a gestão, preservação e acesso aos documentos dos arquivos públicos municipais, bem como a proteção especial a arquivos privados, considerados de interesse público e social para a Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 6º O Arquivo Municipal do Rio de Janeiro passa a ser o órgão gestor do Sistema de Memória da Cidade.

Em visita ao *site* da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro¹¹, percebemos que há uma gama de informações sobre o Arquivo Geral do município, dentre elas, a origem do AGCRJ e sua finalidade. Vale destacar a perda de grande parte dos documentos destruídos por um incêndio que aconteceu na madrugada do dia 20 de julho de 1790. O incêndio atingiu o edifício que abrigava o arquivo do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Dos inúmeros documentos que formavam o acervo da municipalidade carioca àquela época, restaram apenas alguns poucos.

Infelizmente, foi destruído para sempre uma parte significativa da memória colonial carioca, como se pode conferir abaixo:

A origem do AGCRJ remonta à época da refundação da cidade, por Mem de Sá, no morro do Castelo em 1567, quando foi constituído o Arquivo da Câmara Municipal. Esse Arquivo tinha como finalidade guardar a documentação gerada e acumulada pela Câmara, que, obedecendo à legislação portuguesa, desempenhava tanto funções legislativas quanto executivas na administração da “muito leal e heróica cidade do Rio de Janeiro”. No século XVIII, com o crescimento da cidade, a Câmara Municipal passou a deliberar sobre uma gama mais vasta de assuntos, passando a produzir um número maior de documentos versando sobre temas diversificados. Em 1790, um incêndio criminoso nessa Casa destruiu grande parte do acervo arquivístico. Entretanto, os vereadores determinaram que fossem feitas cópias dos documentos relativos à municipalidade, existentes em outros órgãos administrativos, conseguindo reconstituir uma parte da documentação perdida, especialmente os registros de terras, que foram o alvo principal do incêndio, já que continham informações sobre a propriedade de terrenos e de imóveis, em várias regiões da cidade.

Como todo arquivo, este precisa estar sob a responsabilidade de alguma instituição, ou sob os cuidados de um órgão público para que se faça sua devida conservação. Ainda no *site* do Arquivo Geral do Rio de Janeiro, constatamos que sua estrutura organizacional e suas funções estão assim distribuídas:

Ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sendo um arquivo de caráter público, compete a gestão e a preservação da documentação de valor permanente produzida na esfera do Poder Executivo municipal. Portanto,

¹¹Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro- Histórico
<<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/historico>>

suas principais funções são organizar, gerir, preservar e democratizar o acesso público aos acervos documentais, que têm valor probatório e histórico reconhecidos, produzidos no âmbito da Prefeitura da cidade. Estas funções são também desempenhadas pelo AGCRJ, em relação às diversas coleções particulares que estão sob a sua custódia. Outra função do Arquivo Geral é registrar, de diversas formas, as manifestações culturais, políticas e sociais, oficiais e não-oficiais, realizadas na cidade, de reconhecida relevância para a sua memória e para a sua história, contribuindo para divulgá-las e preservá-las. Neste sentido, para cumprir as suas competências, o AGCRJ tem suas atividades organizadas em três unidades orgânicas: a Gerência de Documentação Escrita e Especial, a Gerência de Apoio Técnico e a Gerência de Pesquisa. A primeira se subdivide em duas Subgerências: a de Documentação Escrita e a de Documentação Especial. A segunda contém a Subgerência de Restauração e a terceira a Subgerência de Biblioteca¹².

Comprova-se, portanto, que os documentos que estão sob a proteção do APCRJ, traduzem o cumprimento da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, que dá direito ao cidadão de ter acesso à informação.

Abaixo segue um texto o qual relata, de forma sucinta, o Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro:

Uma “caixa cega”. É assim que o prédio que abriga o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é definido pelos guias de arquitetura moderna do Brasil. E tal descrição, não custa salientar, constitui um elogio. Até porque faz sentido, na medida em que a preservação do precioso acervo de fato exige um prédio nesses moldes, que facilita o controle da iluminação, umidade e calor, tão nocivos aos antigos documentos. Mas, muito mais do que uma “caixa cega”, o arquivo é uma caixa aberta para os segredos da cidade. Uma caixa de pinturas, ou, mais propriamente, de fotografias. Uma caixa de pandora, pois os conhecimentos que saem dali por vezes fazem o pesquisador estarrecer-se diante de alguns descaminhos que poderiam ser evitados, caso houvesse menos descaso com o patrimônio e um entendimento mais pleno dos caminhos percorridos pela história. História tão longa que a do Arquivo se inicia já em 1567, quando o governador Geral Mem de Sá estabeleceu no extinto morro do Castelo o Arquivo da Câmara Municipal, cuja finalidade era conservar os documentos da própria Câmara e cujo acervo segue de posse do ACCRJ. Em 1825, o Arquivo transferiu-se junto com a Câmara para o Paço Municipal, localizado em frente ao campo de Santana, prédio demolido em 1856, reconstruído no mesmo lugar em 1882 e outra vez derrubado- então para que o Presidente Vargas passasse por ali. Em março de 1979, como mais uma medida para revitalizar a então decrépita Cidade Nova, o Arquivo enfim ganhou seu edifício-sede, erguido ao lado do prédio dos Correios, de frente para a Presidente Vargas, e cujo projeto ficou a cargo dos consagrados arquitetos, Edison e Edmundo Musa. Foi como se mais uma vez, o destino conspirasse para deixar claro que aquela é mesmo a Avenida por onde desfila a história do Brasil, pois, desde que o Arquivo reabriu suas portas, toda a história de um Rio sempre em movimento pode ser pesquisada em mais de 3,5 milhões de documentos, nos

¹²<<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/estrutura-organizacional-e-funcoes>>.

quais, aliás, não é difícil encontrar explicações por que a antiga capital do Brasil vive em trânsito e eventualmente em transe¹³.

Com base na pesquisa realizada sobre os Arquivos Públicos da Cidade do Rio de Janeiro, evidenciou-se que este município preza por uma política guardiã do seu patrimônio histórico. A preservação do seu precioso acervo sinaliza, portanto, a preocupação do poder público para com a preservação da memória do município do Rio de Janeiro.

Merece destaque, também, o fato de que o Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, além de preservar um importante patrimônio público cultural, torna-o acessível, a qualquer cidadão que queira conhecer, pesquisar documentos sobre a história da cidade. A multiplicidade de tipos documentais que existe em seu acervo permite uma aproximação do pesquisador com o seu propósito de trabalho.

1.4 Arquivos e Fontes da Capital Mineira- Belo Horizonte

Como já mencionado, a segunda cidade escolhida para a realização de nossa pesquisa sobre os arquivos foi a Capital Mineira, Belo Horizonte¹⁴. Não poderíamos deixar de mencionar aqui alguns dados desta cidade, visto que esta guarda o Arquivo Público Mineiro, a instituição cultural mais antiga de Minas Gerais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, Belo Horizonte, conta com um número de 2.375.151 habitantes. Com uma área de aproximadamente 330 km², possui uma geografia diversificada, com morros e baixadas, distando 716 quilômetros da capital do Brasil, Brasília.

Constatamos também que o Arquivo Público Mineiro (APM) é uma instituição centenária, a qual foi criada pela Lei Mineira nº 126, de 11 de julho de 1895.

Os pesquisadores Andrade, Vieira, Araujo, Valle Jr. e Amorim fazem uma importante abordagem sobre o Arquivo Público Mineiro:

¹³ < <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/sobre-o-acrj>>.

¹⁴ [...] recebeu o nome de Cidade de Minas pela Lei adicional nº 3. Entretanto, em virtude da dualidade de nomes já que distrito e comarca se chamavam Belo Horizonte, logo foi o topônimo modificado para o atual. Ao ser inaugurada, Belo Horizonte contava com uma população de 10.000 habitantes. Do total de prédios existentes, era de apenas 500 o número de casas novas. Nos primeiros anos Belo Horizonte pouco evoluiu, isto em decorrência dos efeitos de duas crises econômico-financeiras em 1912, de âmbito nacional, e a seguir a situação calamitosa gerada pela Primeira Grande Guerra, em 1914. Aos poucos, porém, a normalidade foi sendo restabelecida, e a cidade partiu para uma fase de desenvolvimento crescente que haveria de culminar com a realidade magnífica da metrópole do presente. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/belohorizonte.pdf>>.

O APM funcionou até 1901 na cidade histórica de Ouro Preto quando foi transferido para Belo Horizonte, a recém construída capital do Estado de Minas Gerais, onde permanece. Atualmente, o Arquivo Público Mineiro está subordinado à Secretaria de Estado da Cultura e instalado em um prédio tombado pelo patrimônio histórico estadual, onde funcionam os setores administrativos, as salas de consulta e atendimento, a biblioteca, o auditório e os laboratórios de preservação e recuperação de documentos. Num prédio anexo funcionam os depósitos e as estruturas de microfilmagem, digitalização e informática. O acervo de documentos sob a custódia do Arquivo Público Mineiro remonta ao início do século XVIII e cobre os períodos colonial, imperial e, parte, republicano. Este acervo preserva a memória institucional de Minas Gerais e contém grande quantidade de informações que são freqüentemente utilizadas como uma preciosa fonte de pesquisa da história de Minas e do Brasil. Este acervo é composto por documentos textuais e especiais. Por especiais entende-se: atas, recortes, cartazes, filmes, fotografias, mapas, plantas, etc. Mais de dez milhões de páginas documentais estão arquivadas no APM! Inicialmente o Arquivo teve a finalidade de receber, classificar e conservar, todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do estado de Minas Gerais.

Segundo dados dos autores, observamos que, com a evolução da Arquivística no país, as funções da instituição foram se modernizando. Atualmente, o Arquivo Público Mineiro tem como objetivo básico a preservação sistemática dos documentos governamentais produzidos pelo Poder Executivo de Minas Gerais e dos documentos privados de interesse público e social. Na Figura 2, abaixo, apresentamos a foto da fachada do Arquivo Público de Belo Horizonte.



Figura 2- Fachada do Arquivo Público de Belo Horizonte

Fonte: Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/viewcat.php?cid=624&num=10&orderby=dateD&pos=620>.

É importante ressaltar que a casa onde se encontra o APM disponibiliza, a toda sociedade, uma biblioteca especializada em história de Minas Gerais e ainda uma

arquivologia que dispõe de aproximadamente de 12.000 títulos. A biblioteca conta, também, com uma coleção de 2.000 obras consideradas raras, publicadas entre os séculos XVI e XX, as quais apresentam valor histórico cultural, altamente relevante. Esta coleção apresenta inúmeros títulos e temas, clássicos da historiografia mineira e, ainda, obras essencialmente vinculadas à história de acumulação e organização do acervo do Arquivo Público Mineiro. Estas informações estão disponíveis no *site*¹⁵ de Cultura de Minas Gerais.

Com o avanço das tecnologias, é possível se fazer uma pesquisa ao acervo do Arquivo Público Mineiro sem se deslocar de casa; o usuário pode contar também com o Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SAI/APM), que é uma base informatizada onde se concentra os instrumentos de pesquisa de parte dos documentos. Por meio do SAI/APM, é possível fazer a busca por milhares de documentos, fotografias, filmes e a coleção centenária da Revista do Arquivo Público Mineiro.

No *site* do Arquivo Público Mineiro, encontramos informações referentes a uma Revista que está em circulação desde 1896. Esta Revista aborda a produção e divulgação da historiografia mineira, apresentando estudos, transcrições de documentos e várias ferramentas de auxílio à pesquisa e acesso ao acervo da instituição.

No que se refere à Estrutura Organizacional, esta se encontra assim dividida:

Diretoria de Gestão de Documentos: Tem por finalidade planejar e coordenar os programas de gestão de documentos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. **Diretoria de Conservação de Documentos:** Tem por finalidade planejar, gerenciar e executar as atividades de preservação, conservação, restauração, encadernação, microfilmagem e digitalização. **Diretoria de Arquivos Permanentes:** Tem por finalidade promover, planejar e supervisionar as atividades de arranjo e descrição do acervo arquivístico sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. **Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa:** Tem por finalidade planejar, promover e supervisionar as atividades de acesso às informações, bem como as atividades de pesquisa, editoração e divulgação¹⁶.

No desenvolvimento desta pesquisa, percebemos, mediante os dados obtidos, que os governantes de Minas Gerais apresentavam preocupação quanto à preservação da memória histórica que vem desde os períodos colonial, imperial e parte do republicano.

¹⁵ <<http://www.cultura.mg.gov.br/acervo/bibliotecas.>>

¹⁶ Idem.

1.5 O Cenário Coromandelense e a Criação do Grupo Escolar Osório de Morais

No Portal Coromandel *Online* (2008), observa-se que o município coromandelense¹⁷ pertencente à mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, teve sua origem no século XIX, em meados de 1824. Nesta época, o município era conhecido como o Arraial de Santa Ana Pouso Alegre, também chamada de Carabandela, o qual contava com aproximadamente 40 casas e uma capela dedicada à padroeira desta região, Nossa Senhora Santana.

Este arraial servia de parada para descanso aos viajantes que transitavam de Paracatu, Goiás e leste brasileiro. Pode-se ressaltar que, etimologicamente falando, o termo Coromandel possui uma relação com a Costa de Coromandel na Índia¹⁸, de onde partiam os navios negreiros. Em 1870, o Arraial de Santa Ana do Pouso Alegre passou a ser chamado de Distrito de Coromandel, vinculado à Vila de Paracatu. Já em 1882, foi elevado a município, contudo tal condição foi revogada posteriormente.

Devido à nova divisão administrativa do Brasil, em 1911, o Distrito de Coromandel passou a pertencer ao município de Patrocínio. Já em 1923, aconteceu a tão esperada emancipação política; sendo que em 1925, o Sr. Osório de Morais¹⁹ foi nomeado o primeiro prefeito da cidade.

¹⁷ <http://coromandelonline.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=54>.

¹⁸“Costa de Coromandel é o nome dado à faixa marítima de Tamil Nadu, no sudeste da Índia, banhada pelo oceano Índico. O nome vem de uma galicização de *Chola mandalam*, que quer dizer país dos Chola. Esta costa, apesar de frequentada pelos ocidentais desde a época do Império Romano, é de navegação perigosa, em particular no período das monções de leste, ou seja, de outubro a dezembro.” Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Costa_de_Coromandel>.

¹⁹Senhor, Osório de Moraes, nasceu em Bagagem, atual Estrela do Sul em 21 de dezembro de 1886, filho de Irineu Osório de Moraes e Dona Ana Virgínia de Moraes. Descendente de Cassemiro de Moraes, industrial que teve a felicidade de encontrar em suas lavras de garimpo o célebre diamante Estrela do Sul, cujo nome foi, mais tarde, usado para a cidade. Concluiu o curso primário na escola pública e posteriormente fez cursos particulares, principalmente de línguas e matemática. Aos 15 anos tornou-se professor, lecionando para filhos de fazendeiros da região. Em 1908, com 22 anos, graças ao grande prestígio que gozava e pelo esforço e retidão sempre presentes em suas ações e seu trabalho, foi eleito vereador em sua terra. Casou-se em 5 de junho de 1911 com Maria Luiza de Morais, mudando-se para Coromandel, onde, em sociedade com o sogro, transformou parte da casa comercial em farmácia, fundando a firma “Osório e Cia”, cuja expansão levou a serem criadas 5 filiais no município e cidades vizinhas. Em 1922, formou a firma “Cardoso & Morais”, de produtos farmacêuticos, que em 1929 passou inteiramente para suas mãos, já sob a denominação de “Laboratório Osório de Morais”. Dada a sua decidida vocação para os assuntos de interesse público, não tardou em ser eleito vereador, em Patrocínio, pelo distrito de Coromandel. Trabalhou sempre em prol do progresso de Coromandel, associou os seus esforços aos dos coromandelenses e tornou-se entre os pioneiros da elevação desta terra à categoria de Vila. Vencendo obstáculos de toda sorte, em 1923 Coromandel foi elevada à categoria de Vila e Osório de Moraes foi eleito o seu primeiro presidente da Câmara Municipal. Reeleito para o quadriênio seguinte sobreveio a revolução de 1930, tendo sido nomeado prefeito municipal, cargo que exerceu até 1932 quando pediu exoneração por haver transferido a sua residência para Belo Horizonte.[...] Foi membro da diretoria da União Espírita Mineira. Faleceu em Belo Horizonte, no dia 24 de fevereiro de 1980 (Arquivo da E. E. Osório de Morais).

Em meio a tantos acontecimentos, destaca-se também o quanto a extração de diamantes tem acompanhado permanentemente a história coromandelense. Em 1938, fora descoberto o diamante Getúlio Vargas com 726,6 (setecentos e vinte e seis quilates), e 15 entre os 20 maiores diamantes brasileiros foram encontrados neste município, o qual ficou popularmente conhecido como a “Terra Mineira do Diamante”.

Com relação à educação, segundo Valadares (2008), observamos que em meados de 1930, Coromandel já contava com uma educação que se processava informalmente, devido às condições colonizadoras da época. A história da educação coromandelense mostra claramente uma fase inicial em que os propósitos educacionais se adequavam aos princípios doutrinários e interesses econômicos, políticos e sociais da época.

Infelizmente, não se encontram registros que evidenciem a influência religiosa na educação na década de 30. Entretanto, Valadares (2000, p. 3), por meio de pesquisa de campo constatou que este fato era marcante e até esta década não havia escola formal.

A educação cumpria funções voltadas para os interesses da classe dominante. Enquanto os filhos de fazendeiros e donos de comércio podiam buscar o ensino formal em outras plagas, os filhos dos trabalhadores ficavam sem estudos para prestarem serviços aos mais abastados. Isto pudemos constatar em entrevista com o senhor Ramiro Silva (92 anos). Ele nos relatou e transcrevo suas palavras: Minha fia, num sei nada não. ”Nóis num podia istudá. Só sei fazê trabaio de roça, capiná, roçá, prantá roça, fazê adobro. Num tinha tempo de istudá. Tamem num tinha iscola pra nós. Minha assinatura é a marca do dedão sujo de tinta. Meu nome num iscrevo não”.

Segundo um morador de Coromandel, senhor Ramiro, *o estudo era coisa de rico. Só os que tinham dinheiro podiam estudar para saber fazer contas e mandar nos trabalhadores. Assim eles podiam ganhar mais dinheiro.*

Valadares (2000) relata que, nos anos 30, os valores eram diferentemente ensinados aos meninos e às meninas. Os meninos deveriam cultivar para a vida o respeito, a obediência, a honestidade e a disposição para o trabalho. As meninas, entretanto, além de seguir estes valores, teriam que se preparar para o casamento; precisariam ser delicadas, puras, saberem aceitar a submissão, primeiro aos pais, depois aos maridos e ainda executarem com habilidade, os trabalhos manuais e as prendas culinárias.

Diante deste contexto, verifica-se que a educação não era prioridade, principalmente para as mulheres.

Reportando-se ao ano de 1928, o senhor Osório de Moraes, homem político, com espírito empreendedor, à frente de seu tempo e com grande visão de futuro, não medindo

esforços, começou a idealizar o projeto de construção de um grupo escolar, no qual atenderia às necessidades de uma população simples que residia na pequena cidade de Coromandel.

Deu-se início à obra, entretanto, houve momentos de entraves; faltaram recursos financeiros e foi preciso que o senhor Osório se deslocasse à capital, Belo Horizonte, para angariar fundos para o término da obra.

Valadares (2008, p. 10), assim, descreve:

As lutas foram muitas, as dificuldades apareceram, mas não foram suficientes para arrefecer ânimo e a vontade de alcançar tal objetivo. Em 1928, surge a luz no fim do túnel e a obra de construção da primeira escola desta cidade foi contratada. Muitos trabalhadores foram mobilizados para que a obra se concretizasse. O material, segundo nos disse o Sr. Miguel Araújo, um dos trabalhadores da obra, o material usado para a construção era comprado em cidades maiores e os adobes eram fabricados pelos próprios serventes e pedreiros na chácara do Sr. Aristeu Silva. No decorrer do trabalho, a verba destinada que não era suficiente, acabou e mais uma vez o Sr. Osório de Moraes lançou-se á luta, nesta época, como Presidente da Câmara Municipal, indo para a Capital com a finalidade de angariar recursos e assim continuar a obra. Desta forma em 1932, concluída a construção, procedeu-se em 08 de agosto do mesmo ano a inauguração do Grupo Escolar “Osório de Moraes”. Com grandes solenidades a comunidade recebeu a sua primeira escola pública.

Finalmente, em 1932, o projeto do senhor Osório de Moraes foi consolidado e ergue-se o imponente prédio, o qual foi ocupado pelo Primeiro Grupo Escolar de Coromandel. Acerca da inauguração do Grupo Escolar Osório de Moraes, Machado (1982, p. 10) afirma que:

Foi um acontecimento festivo a inauguração daquele prédio majestoso que contrastava com as outras construções da vila, que eram de adobe e pau-a-pique... O regozijo foi imenso, pois causou-me estranheza o fato de chefes de família tradicionais, austeros e circunspectos, demonstrarem, na euforia de um alcoolismo moderado, a sua imensa satisfação de ver Coromandel dotada de um estabelecimento daquele porte. Só agora me foi dado a entender o motivo daquela manifestação. E que eles, na sua simplicidade, mas com apurado instinto divinatório, já previam a influência decisiva que aquele marco inicial iria exercer no aprimoramento do nível cultural de Coromandel.

Nos arquivos da referida escola, encontramos o Decreto de Criação do Grupo Escolar “Osório de Moraes”, sob o nº 10254 de 22/02/1932, publicado no, Minas Gerais, no dia 23-02-1932, instalado em 08-08-1932 e mais à frente, datado de 15 de junho de 1932, o primeiro livro com os termos de posse, com todas as suas páginas devidamente rubricadas pelo senhor Egídio Machado.

Um dos documentos mais importantes, referentes ao arquivo da escola, é a ata com o termo de instalação do Grupo Escolar Osório de Moraes, registrada na obra de Machado (1982), datada de 1932, a qual transcrevemos abaixo:

Aos oito dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e dois, nesta Villa de Coromandel, presentes numa das salas do Grupo Escolar, às 12 horas, os senhores José Ferreira de Resende, servindo de inspetor escolar, como juiz de paz em exercício, Arthur Ferreira Brandão, diretor do grupo e as senhoras professoras: Maria Mercedes Machado, Aracy de Paula Pontes, Maria Adalcy de Araujo, Maria Auxiliadora, Maria Amaral, Nair Rosa, o senhor inspetor declarou que se a proceder a chamada dos alunos matriculados. Feito isto, verificou-se a presença dos seguintes: Salvador Soares da Cunha, Pedro Soares da Cunha, Paulo Rosa, Domingos Rabello, Sebastião Resende, Antenor Carvalho, Abílio José de Moura, Omar Alves Soares, Ermiro dos Santos, Maria Rosa, Ubaldo Rosa, José Braz do Amaral, Ismauro Ferreira Soares, Walter Ferreira Soares, João Antonio Barbosa, Olympio Rabello, Salvador de Moura, Risolando Ferreira de Resende, Romeu Soares da Cunha, Luiz Machado, Osório Lemes, Antonio de Moura ,Omar Alves Ferreira, Leopoldo Gonçalves de Siqueira, João Rabello, Antenor Carneiro de Carvalho, Osiris Candido ,Laerte Gonçalves Resende, Aldemir Dayrell, Hair Dayrell, Manoel Mathildes, José Monteiro dos Santos , José Monteiro Conceição, Sebastião Resende, Jose Marciano Firmino, Ermiro Luiz dos Santos, José Botelho de Miranda, Altamirando José Donato, Santiago Ferreira de Resende, Antonio Lopes de Almeida ,Odilon Rosa de Resende , Abel Pereira Maciel ,João de Mattos David, José de Sousa David, Antonio David, Benedito Onisto, Alberto Coutinho ,Antonio Coutinho ,Sebastião Martins de Abreu, João de Sousa David,Geraldo Nogueira, Alaôr Dayrell, Manoel Martins de Abreu,José Resende Ferreira, Joaquim Ferreira Resende, Geraldo Ferreira Resende, Nivaldo Ferreira Resende, Ascanio Rabello, José Carneiro , José Martins da Silva, Manoel Lazaro de Oliveira, Pedro Lazaro de Oliveira ,Vicente de Freitas ,Getulio Nogueira da Silva, Célio Rosa, Dantes Pereira dos Santos, Paulo Amaral, Manoel Vilella da Costa, Dirceu Dayrell, Jerson Rodrigues, Antonio Aguiar Filho, Geraldo Aguiar, Salu Rabello, Benedito Ferreira de Resende ,Odair Brandão, Lazaro Ferreira de Resende, Elias da Silva Penna, Manoel Pereira do Prado Filho, Antonio Mathias Pereira ,Vicente Gonçalves Rabelo, Thomaz Rabello, Lineu Araújo, Joaquim Rabello Filho, Juvencio Machado, Conrado Rosa, Antonio Soares da Cunha, Sebastião Machado ,Maria Salles Brandão, Luzia dos Reis, Maria Ignacia, Maria Florinda, Maria Botelho de Miranda, Maria de Sousa David, Zélia Amaral, Maria Faria Marra, Maria Ferreira, Maria do Rosario, Maria Resende, Maria das Neves, Vicencia Nunes , Guiomar Eva de Jesus, Maria Antonia, Abadia Rosa, Maria Pereira do Amaral, Flora Calixto, Maria Machado, Maria Pereira Pedrosa, Amélia Pereira, Maria Pereira, Magnolia do Rosário, Ilma Peres, Maria Vilella da Costa, Maria Urnilina, Eleuza Aguiar, Eunice Augusta de Oliveira, Maria Aparecida Soares, Esmeralda Pereira do Prado,Conceição Pereira do Prado, Rilcena Rodrigues de Araujo, Maria Soares da Cunha, Olympia Lemes, Geralda Martins, Dolvina Ubalda de Sousa, Barbara Florinda de Jesus, Judith Mattos, Marieta Ignacia de Abreu, Elza Cruvinel Moreira, Alba Vitoria dos Santos, Olinda Onisto, Francisca Maria de Jesus, Matutina Mendes dos Santos, Antonia Maria Martins, Luzia Rosa, Maria Vitoria Resende, Maria da Paixão, Rita Antonia de Jesus, Teodora Coutinho da Silveira, Geralda Coutinho da Silveira, Geralda Rosa de Resende , Maria Osina, Mariana Vilella da Costa, Zita

Rosa, Irene Gonçalves de Siqueira, Tassila Zulmira, Cornélia Jacinta de Faria, Selva da Silva Penna, Maria da Silva Penna, Joana Julia de Jesus, Salomé Maria de Jesus, Maria Luiza Mariano, Adélia Alves Rosa, Luiza Rabello, em numero de 154. Terminada a chamada falaram diversos oradores entre estes o Dr. Ermiro Rodrigues Pereira, Joaquim Henriques Cardoso, Vicente Goulart e o padre Ansfredo Van de Ven, que produziram brilhantíssimos discursos alusivos ao ato. Com a presença do prefeito Municipal, autoridades locais e de toda a sociedade Coromandelense, o Sr. inspetor escolar determinou que se encerrasse este termo, após o agradecimento do diretor à população local e a banda de musica que maior brilho deu a essa solenidade. Para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado por todos.

Maria Mercedes Machado secretária escrevi e assino.

José Ferreira de Resende

Juiz de paz em exercício em falta do inspetor escolar

Arthur Ferreira Brandão, diretor do grupo

Maria Mercedes Machado

Maria Auxiliadora

Maria Adalcy Araujo

Maria Amaral

Nair Rosa

Aracy de Paula Pontes.

Assim, podemos afirmar que o documento acima traduz um valor científico e cultural, pois possibilita a busca de informações inerentes às diferentes fases da História da Educação do município local.

Faz-se necessário ressaltar o reconhecimento que o Grupo Escolar Osório de Moraes teve ao longo de seus oitenta anos, revelado nas constantes publicações dos acontecimentos escolares quanto as avaliações internas externas da escola. Assim, pode-se afirmar que este educandário significa um marco na história educacional, um patrimônio cultural da cidade de Coromandel.

CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO DE COROMANDEL HISTÓRIA E MEMÓRIA: limites e possibilidades

A memória é o antimuseu: não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se onde dormitam revoluções antigas... Os lugares vividos são como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais Os demonstrativos dizem do visível suas indivisíveis identidades (CERTEAU, 1994, p. 189).

2.1 Contexto Histórico do Município em Estudo

Em meados de 1824, o Brasil estava envolto em turbulentas reviravoltas políticas e sociais, isso porque outorgava-se a primeira Constituição Brasileira, embora com aspectos aparentemente liberais, tinha um cunho absolutista. Ao mesmo tempo, no interior de Minas Gerais, um povoado denominado “Campo Alegre” dava os primeiros sinais de emancipação territorial, passando a se chamar “Arraial de Sant’Ana de Pouso Alegre, ou por alguns supersticiosos como “Carabandela” que tinha um significado bastante peculiar que, segundo um fazendeiro local, era o nome de um espírito maligno da superstição popular.²⁰

Já em outra versão para o nome da cidade de Coromandel, um pouco mais realista, seria a fundação do arraial por aventureiros portugueses que teriam vindo atraídos pela fama das “Minas diamantíferas”, da Costa Oriental da Índia chamada “Costa de Coromandel”²¹. Porém, em uma escritura de doação do patrimônio teve a denominação de “Paróquia de Nossa Senhora Santana de Curimandela”, o que leva a crer que ocorreu um erro de ortografia.

Acredita-se que havia muitas pessoas interessadas no crescimento de Coromandel e de sua emancipação política, pois este município representava ser muito promissor, devido a suas terras férteis e suas riquezas em seu subsolo, conforme o documento encontrado nos registros do Cartório de Serviço de Registros de Imóveis, onde se lê na transcrição das transmissões do Livro nº 6.469: [...] uma gleba de terras divida, com a área de nove milhões de metros quadrados (9.000.000m quadrado), ou seja, meia légua em quadra, situada no Patrimônio de Coromandel, no perímetro urbano e suburbano e distrito de Coromandel na Sesmaria de Pouso Alegre, confrontando com Tomaz da Costa e Joaquim Martins de Arruda, sendo a área

²⁰ Machado, (1982, p. 7).

²¹Reportagem 'Coromandel e Trombetas', em Cosmovisão – Revista do Instituto de Cultura Brasil Centro-Oeste de Uberaba (MACHADO, 1982, p. 8).

de cultura e campo. Sendo agora de propriedade de Nossa Senhora Santana. A doação foi feita pelo fazendeiro Domingos Pereira Lacerda e pela sua esposa, dona Ana Josefina dos Santos. A escritura particular de doação foi lavrada em 18/12/1823.

Se por um lado os estrangeiros portugueses vinham em busca de diamantes, outro estrangeiro, francês, fez importantes relatos sobre o Arraial de Sant'Ana de Pouso Alegre, chamado Saint-Hilaire, uma vez denominado como naturalista e viajante francês, tinha sua formação como botânico, e conseguiu reunir um riquíssimo acervo referente História Natural, como também realizou inúmeras pesquisas de interesse para a geografia, etnografia e história.

Saint-Hilaire foi incumbido de viajar pelo Brasil em missão diplomática em nome do bem estar da humanidade e da glória nacional. Dotado de grande experiência empírica e prática profissional, este, ao mesmo tempo, foi útil na elaboração de registros documentais históricos por onde passava, narrando os costumes, paisagens, comportamentos, dos arraiais, povoados, cidades, etc. Proporcionou também conhecimentos empíricos de grande valia ao seu país sobre plantas medicinais.²²

Cidades florescentes tomarão o lugar de cabanas miseráveis, onde apenas eu encontrei abrigo, e nesse porvir os seus habitantes hão de ver nos escritos dos viajantes não só como as cidades principiaram, mas também como nasceram os menores lugarejos. Tomadas de espanto as gentes saberão que onde ressoa o ruído dos martelos e das mais complicadas máquinas, só se ouvia outrora o coaxar de batráquios e o canto dos pássaros; onde imensas plantações cobrirem a terra, dantes cresciam árvores, admiráveis muitas delas inúteis pela abundância. Olhando regiões percorridas por locomotivas, talvez por veículos ainda mais possantes, os homens vão sorrir, ao ler que noutros tempos se considerava feliz quem durante um dia inteiro lograva avançar quadro ou cinco léguas (BRASIL ESCOLA, *online*, 2012).

Em relação à formação do Arraial de Sant'Ana de Pouso Alegre, o então naturalista fez os primeiros registros da criação do município de Coromandel, em que descrevia o povoado com aproximadamente 40 casas, com uma capela dedicada à Sant'Ana e uma ponte de madeira sobre o córrego. A região atraía garimpeiros de diamante e, nessa época, a atividade econômica principal era a pecuária.

Segundo as próprias palavras de Saint Hilaire, em seu diário, em 1819:

Há três léguas e meia de Leandro, parei num povoado composto de algumas choupanas. Perto construiu-se uma capela. Quando passei por Campo Alegre, era este o nome do povoado, lá havia um sacerdote e esse acontecimento atraía grande número de agricultores. No dia seguinte a missa foi celebrada na capela ainda por terminar; um teto coberto de telhas erguia-se sobre alguns esteios, folhas de palmeiras substituíam as paredes e outras

²²Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: 2001.

faziam às vezes de assoalho. Pareceu-me estar nos tempos em que o Cristianismo lançou seus fundamentos na América. Eu estava alojado em Campo Alegre. Durante todo o dia, as mulheres enfiavam o nariz entre as estacas da choupana, para verificar o que fazíamos.²³

O povoado servia de retiro de descanso e pernoite aos viajantes, às tropas e boiadas que circulavam entre Paracatu, Goiás e o leste do país, e muitos foram fixando suas raízes e construindo famílias, o que contribuiu para o crescimento do povoado.

Os relatos e anotações de Saint-Hilare deram origem a livros ou revistas especializadas, sendo em particular a obra *Memmoires du Museum d'Histoire Naturelle*, na qual fazia um resumo de suas viagens pelo interior do Brasil, Província Cisplatina e Missões Paraguaias, foi traduzida e publicada no volume II da Biblioteca Histórica Brasileira, editada em 1940, com o título *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens do Brasil*.

Na Figura 3, a seguir, podemos ver o itinerário das viagens do biólogo francês, marcado por um círculo no mapa original. Acredita-se ser este o percurso realizado pelo francês no povoado.



Figura 3 - Mapa original do itinerário de Saint-Hilare
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.²⁴

²³SAINT-HILAIRE, A. F. C., *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

²⁴Disponível em:< <http://www.ihgrgs.org.br/artigos/saint-hilaire.htm>.>.

Na sequência, apresentamos, na Figura 4, o mapa do possível caminho percorrido por Saint-Hilaire pelo município de Coromandel-MG.

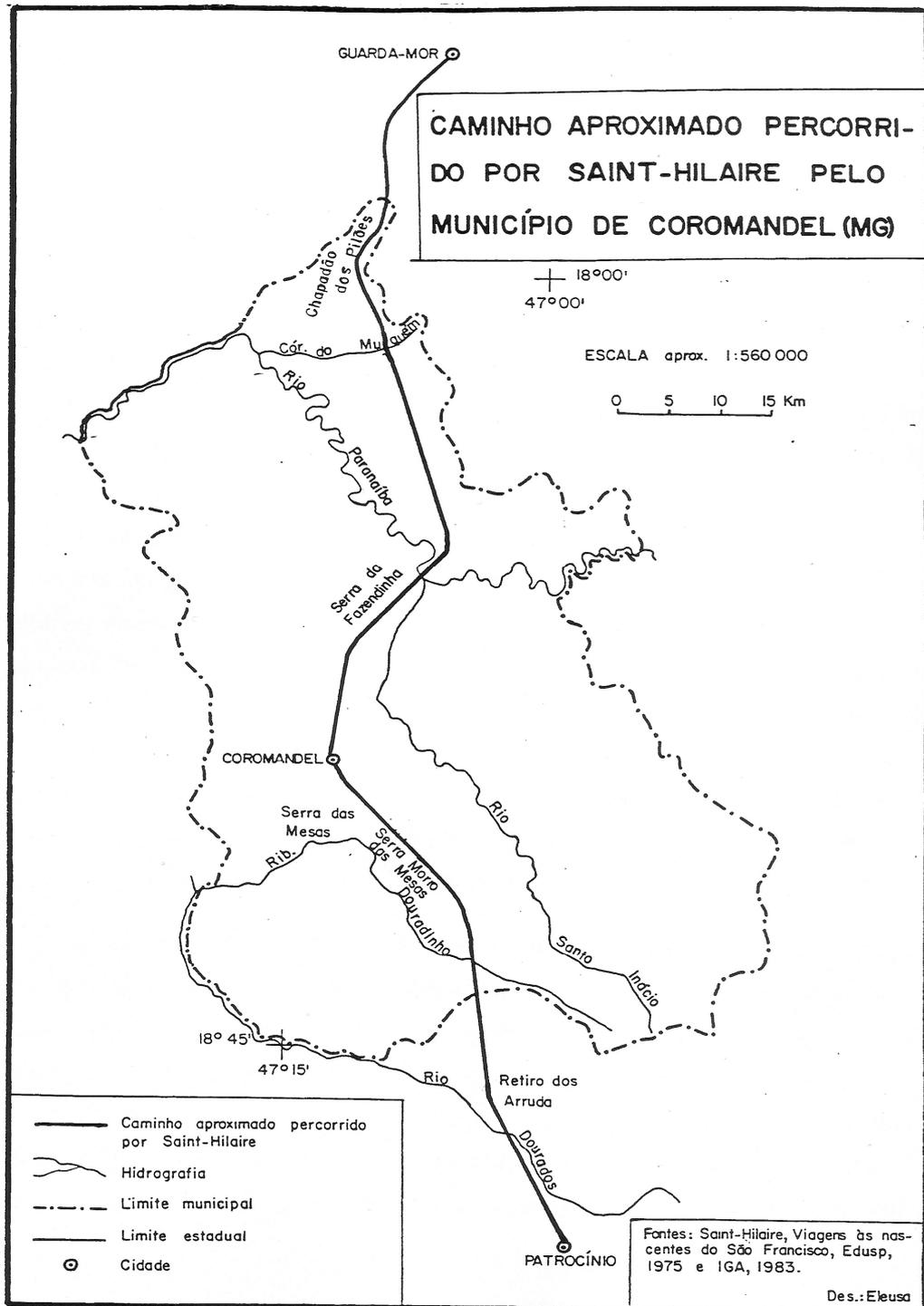


Figura 4 – Mapa do possível caminho percorrido por Saint-Hilaire pelo município de Coromandel-MG
Fonte: (MACHADO, 1998).

O Distrito de Coromandel foi criado em 1870, pela Lei Provincial nº 1670, de 17 de setembro, pertencendo primitivamente à Vila de Paracatu do Príncipe, julgado de São Domingos do Araxá. Sua criação foi concretizada pela Lei nº 2930, de 6 de outubro de 1822, sendo confirmada posteriormente a criação do Distrito – sede do município de Coromandel pela Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, que foi anulada posteriormente.

Então, na divisão administrativa do Brasil, de 1911, Coromandel figura como distrito do Município de Patrocínio, assim permanecendo até 1923, quando o Município é restaurado pela Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro.

2.2 Redescobrimo a Evolução do Município: Emancipação Política

Com a emancipação política do município da cidade de Patrocínio²⁵, em 1925, o Sr. Osório de Moraes foi nomeado o primeiro prefeito da cidade, e segundo descrição do próprio Sr. Osório, em 1911, a vila era bem pequena com casas singelas de adobe e pau-a-pique, ruas mal traçadas, poeirentas e cheias de buracos, não tinha nem água e nem energia elétrica, conforme informações retiradas do *site* da Câmara Municipal de Coromandel.

Com observamos na foto abaixo, Coromandel-MG não difere das outras cidades do interior em seu desenvolvimento. Ainda em 1933, carregava as marcas de crescimento lento, a igreja, por sua vez, centralizava as mediações desse desenvolvimento, cercada por casas singelas e, perto dali, o Grupo Osório de Moraes ostentava sua arquitetura bem característica do governo atual.



Figura 5 – Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana em 1933

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Coromandel.

²⁵ “Enquanto distrito de Patrocínio, Coromandel se fazia representar politicamente na Câmara Municipal daquela cidade, elegendo sempre um ou dois vereadores como representantes de seus interesses particulares. Nesta época, as disputas políticas em Patrocínio davam-se em torno de famílias importantes, a partir das quais foram criados dois partidos; o Muganga e o Catimbal” (MACHADO, 1998, p.111).

Vários outros nomes tiveram uma participação significativa na construção, formação e desenvolvimento da cidade de Coromandel, como os dois prefeitos nomeados posteriormente, Sr. Egídio Machado e Dr. Ermiro Rodrigues Pereira.

Em 1932, foi concluída a construção do Grupo Escolar de Coromandel, hoje, denominado Escola Estadual Osório de Moraes, em homenagem ao seu fundador.



Figura 6 – Grupo Escolar Osório de Moraes
Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Coromandel.

Valadares (2008) observa que neste mesmo ano foi construído o primeiro cine-teatro da cidade pelo Sr. Benedito Onisto, na praça da Igreja. Além da salinha de projeção de filmes, que funcionava por meio de uma manivela, o espaço do cinema servia para a realização de bailes e encenações de peças teatrais. Entre as décadas de 30 e 60, o lazer era marcado pelas imagens trazidas da Cidade de Monte Carmelo-MG, que tornavam a vidas dos coromandelenses mais animada. Quando se fazia tocar a campainha do prédio, logo, sabia-se que as apresentações começariam e se arrastariam por semanas, pois as projeções se faziam por capítulos.

No fim do século XVIII e início do século XIX, deu-se o descobrimento das primeiras ocorrências de diamantes empreendidas por aventureiros a procura de riquezas em Coromandel/MG.

O diamante é outra fonte de riqueza do município. Nos garimpos de Coromandel foram encontrados 15 entre os 20 maiores diamantes brasileiros, razão de a cidade ser

conhecida, mundialmente, como a "Terra do Diamante"²⁶. A exploração de diamante é a atividade mais antiga do município e atualmente emprega, informalmente, cerca de 3 mil garimpeiros.

No fim do século XVIII e início do século XIX:

Com a intenção de reanimar a mineração do ouro, a metrópole franqueou regiões diamantíferas que estavam em seu poder como reserva. A corrida desenfreada dos garimpeiros em busca dessas pedras, assim como o contrabando, se tornaram incontroláveis. Exploradores migrantes de velhas áreas exauridas e aventureiros portugueses utilizaram a região do Alto Paranaíba à procura de novos veios de ouro e diamantes, especialmente o município de Coromandel, ponto de passagem para Goiás e Paracatu. (MACHADO,1998, p. 32).

No ano de 1938, mais precisamente no dia 13 de agosto, marco referenciado até os dias atuais, foi encontrado o diamante "Getulio Vargas", com 726, 6 quilates, apresentado na figura abaixo.

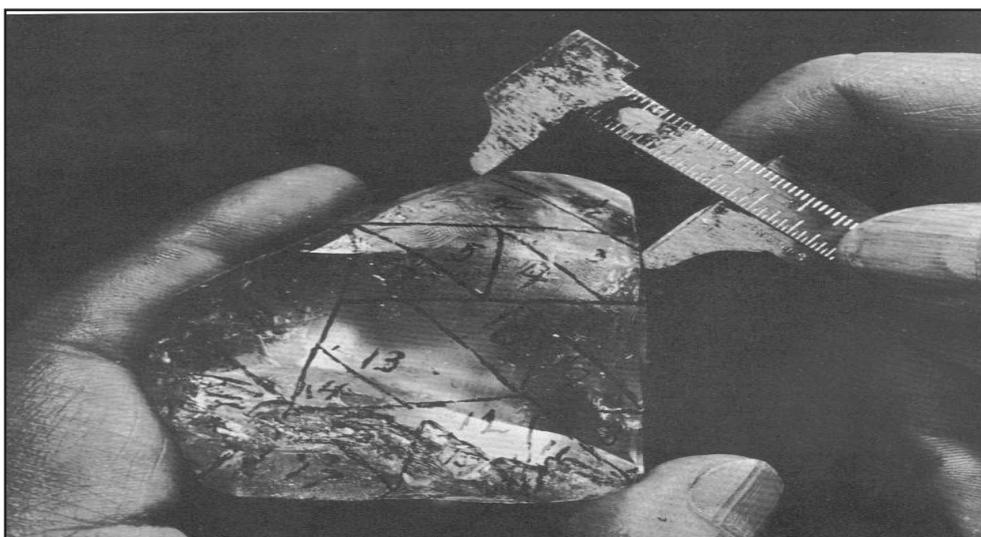


Figura 7 – Diamante Getúlio Vargas

Fonte: Acervo de fotos da Câmara Municipal de Coromandel.

²⁶Essa região foi afetada por significativas manifestações magmáticas, conforme testemunham os resquícios de condutos vulcânicos identificados em diferentes estudos. Junto à rodovia MG188, poucos quilômetros depois da saída de Coromandel, no sentido de Patrocínio, uma destacada elevação vem sendo lugar de pesquisas com vistas aos kimberlitos. Trata-se de uma rocha de origem vulcânica, que na África do Sul é tida como a rocha-mãe dos diamantes e que no Brasil tem sido correlacionada às ocorrências aluviais de diamantes. Cerca de dez quilômetros mais adiante, no mesmo sentido de Patrocínio, grandes e pequenos blocos de rochas de origem vulcânica, embora já muito alterados e meteorizados, castigados pelas intempéries, podem ser facilmente observados de um e do outro lado da MG188. Esses calhaus e matações apresentam uma coloração entre o vermelho e o marrom, bem como orifícios preenchidos de cristal, que são denominados amígdalas, e orifícios vazios, denominados vesículas, os quais decorrem do escapamento de gases durante o esfriamento e consolidação da rocha magmática na superfície, conforme explicam os estudos. <<http://www.wjmansodealmeida.com.br/p/19>>.

O viajante inglês, Richard Burton, citado por Chaves (2003), em seus relatos, faz a seguinte referência aos diamantes brasileiros:

As lavras brasileiras produziram alguns grandes e valiosos diamantes, todos os quais saíram do país. O diamante “Bragança” foi usado por D. João VI, que era um apaixonado por pedras preciosas e as possuía no valor de cerca de £3.000.000. O diamante “Estrela do Sul” foi encontrado em julho de 1853, por uma negra (CHAVES, 2003, p.206).

Chaves (2003) afirma também que não foi diferente com o diamante “Getúlio Vargas”. A pedra foi lapidada em 29 gemas, e uma delas, com 48,26 quilates, repatriada com o nome de “Presidente Vargas”. Segundo algumas conversas paralelas e de difícil comprovação, a gema teria sido um presente oferecido à Rainha Elizabeth II, da Inglaterra pelo então presidente Getúlio Vargas. Atualmente, o Presidente Vargas (a gema) permanece como o maior diamante brasileiro, ocupando a notável sétima posição entre os muitos bilhões de diamantes já encontrados em todo mundo.

Enquanto no Brasil afora, acontecimentos culturais, políticos, econômicos, esportistas aconteciam, como a vitória de Maria Ester Bueno, no torneio de Wimbledon; a vitória do Brasil, na copa de 58; o lançamento do livro “Gabriela Cravo e Canela” de Jorge Amado; a inauguração, em São Bernardo do Campo, da primeira fábrica de carro da Ford, etc., Coromandel já começava a dar os primeiros passos rumo à modernização²⁷.

Em 1958, a inauguração do Ginásio Municipal de Coromandel, além de representar importante passo na área da educação, foi um marco de transformações no universo cultural dos jovens da cidade, com a chegada de novos professores, formação de grupos teatrais, criação de grêmios estudantis, circulação do primeiro jornalzinho, festivais e horas dançantes realizadas no colégio (MACHADO,1982).

Foi inaugurado o cine União, no ano de 1959 (Figura 8), onde o movimento de vaivém e de encontro dos amigos, antes concentrado na praça da Igreja, transferiu-se para a porta do cinema e, mais tarde, as noites ficavam ainda mais sofisticadas com as horas dançantes do Jucas Bar.

²⁷Valadares (2008) observa que em 1958, foi calçada a primeira rua da cidade. Em 1959, foi criada a Companhia Telefônica de Coromandel, encampada posteriormente pela Telemig, em 1974.



Figura 8 – O “movimento de vaivém e de encontro dos amigos”

Fonte: Acervo de fotos da Câmara Municipal de Coromandel.

Até o início da década de 60, a luz elétrica era fornecida por um gerador que funcionava das 19 às 22 horas. Em 1964, foram concluídas as obras da Hidrelétrica Coromandel – Abadia dos Dourados, porém, sua capacidade tornou-se insuficiente e, em 1969, a energia passou a ser fornecida pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG²⁸.

Importantes e novas transformações foram acontecendo, na década de 60, quando em 1963, foi inaugurada a Escola de Comércio. Em 1964, a Escola Normal e em 1966, a primeira Escola Estadual de 5ª à 8ª série – Escola Estadual Joaquim Botelho. A ampliação da rede escolar enriqueceu mais ainda a vida cultural e social da cidade. Em 1962, foi inaugurada a agência do Banco do Brasil na cidade. A década de 60 foi marcada pelos bailes, brincadeiras dançantes, serenatas e as tradicionais festas religiosas com barraquinhas em torno da igreja. Machado (1982) aponta que, em 1967, foi construída a primeira torre de TV e os primeiros sinais de transmissão alcançaram a cidade.

A partir de 1970, o perfil de Coromandel foi profundamente alterado com a chegada de famílias sulistas, principalmente paranaenses, gaúchos e paulistas que vieram à procura de terras baratas e produtivas e com o incentivo dado pelo governo federal para a exploração do cerrado, com adoção de técnicas modernas e alteração das culturas dominantes. Aconteceu, paralelamente, uma expansão dos setores secundário e terciário na cidade. Ainda na década de 70, a cidade sofreu profundas transformações urbanas, com ampliação significativa de seus limites urbanizados, recapeamento das ruas com asfalto, iluminação pública a mercúrio, construção do terminal rodoviário, praças e escolas.

²⁸CEMIG - constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista.

Inaugurada em 1980, a primeira emissora de rádio da cidade, a Rádio Diamante de Coromandel e, posteriormente, em 1993, a Rede Gerais FM. Outra grande conquista na área de comunicação foi a criação da TV Coromandel. Em 1982, foi inaugurada a Agência da Caixa Econômica Federal. Em 1996, foi inaugurada a Casa da Cultura, considerada a melhor e mais bem equipada da região. Segundo seus representantes, sua criação tem o objetivo de resgatar, preservar e divulgar a cultura e a história do povo da cidade. Juntamente com o desenvolvimento econômico e social de Coromandel, fatos e nomes importantes serviram para projetar o nome da cidade no cenário nacional.

2.2.1 Cenário Demográfico

Geograficamente, o município de Coromandel-MG, além como municípios limítrofes, Guarda-Mor e Catalão, a norte; Vazante, Lagamar, Patos de Minas e Guimarães, a leste; e Abadia dos Dourados e Monte Carmelo, a oeste.

Além, além da sede, os distritos de Alegre, Santa Rosa dos Dourados, Pântano de Santa Cruz, Lagamar dos Coqueiros e Mateiro, estes três últimos recentemente criados. Fica a 477 km da capital mineira, Belo Horizonte.

Dentre suas características geográficas, destaca-se a área de 3.296,267km², com uma população de aproximadamente 27.551 habitantes, dos quais 14.097 do sexo masculino e 13.355 do sexo feminino, na zona urbana 20.261 habitantes e na rural 7.191 habitantes, e produto interno bruto (PIB) de R\$ 466.658,66.

A existência do belíssimo e misterioso Poço Verde atrai estudiosos, pesquisadores e apreciadores de várias regiões do país. Coromandel é uma cidade em desenvolvimento, mas mantém um forte caráter hospitaleiro, já mencionado no início do século pelos primeiros visitantes, motivo pelo qual é também chamada, além de a Terra do Diamante, de Cidade Simpatia (MACHADO, 1982).

2.2.2 Cenário Educacional

Segundo as análises de Nóvoa (1992), a compreensão histórica dos fenômenos educativos é condição essencial à definição de estratégias de inovação. Mas para que esta inovação seja possível é necessário renovar o campo da História da Educação.

Neste sentido, no período compreendido de 1920 a 1930, Coromandel/MG não contava com estabelecimentos escolares que possibilitassem o crescimento contínuo do conhecimento, obrigando os jovens desta terra a buscar este recurso em outras regiões.

Valadares (2008, p. 7) relata informações fornecidas pelo ilustre cidadão coromandelense, Dr. Sebastião Machado, quais sejam:

Meu pai resolveu e criou coragem de fazer um sacrifício e pagar um colégio para mim. Pensou no colégio Caraça, mas era muito caro. Fui então ingressando no ginásio Dom Lustosa, dos padres dos Sagrados Corações. Não havia ensino secundário público. Gymnásio era como se escrevia. Disse-me então: Não é definitivo é só por uns três anos, somente para quebrar as quinas da burrice.

Nesse sentido, observam-se as relevantes dificuldades encontradas pelos coromandelenses, e a grandeza da importância dada à educação, a qual atrelava-se às possibilidades financeiras das famílias, que viviam basicamente das atividades agrícolas, não lhes possibilitando a manutenção de seus filhos em escolas particulares.

Valadares (2008) afirma que no período de 1923 a 1927, com os movimentos da época, houve uma reestruturação social, mobilizando as classes, provocando uma reflexão e readequação do conceito e importância da educação. O problema do analfabetismo passou a ser analisado e trabalhado por profissionais respeitáveis, como Nagle (1974).

Valadares aponta que apenas, em 1927, deu-se a instalação da escola mista na Vila de Coromandel, o que gerou enorme polêmica, uma vez que a sociedade da época repudiava a idéia de meninos e meninas estudarem na mesma escola, agravando-se pelo fato de ter apenas uma professora. Ainda utilizando, como meio de coleta de dados, os relatos de moradores octogenários, verificamos que Coromandel, nesta época, era bem pacata, embora caminhasse rumo ao progresso. Foi assim que o Sr. Osório de Moraes, presidente da Câmara Municipal, detentor de idéias fecundas e grande visão de futuro, rumou além de ideais políticos, buscando difundir a consciência deste povo, embrenhou-se em uma luta ferrenha para construir em Coromandel, um grupo escolar que viesse a atender às necessidades de seu povo simples.

Em 1976, a escola recebeu uma nova denominação, Escola Estadual Osório de Moraes. Assim, atualmente, a escola permeia seus 80 anos, atendo um corpo de professores de nível superior, buscando renovar seus objetivos e a sua prática pedagógica coerentes com as propostas legais para o ensino a que ministra, recebendo, em 2006, o título de Escola Referência em educação no cenário educacional Mineiro e Nacional, conquistando o 12º lugar entre as melhores escolas.

Nesse sentido, mediante as considerações obtidas pelo estudo de Valadares (2008), observa-se que o marco cronológico da presente pesquisa 1932 a 1961, compreendeu, quase que em totalidade, a existência de apenas este grupo escolar na cidade de Coromandel, por isso nosso interesse em pesquisar essa temática.

Sobre a educação atual, verifica-se que o ensino de 1º Grau é ministrado em 22 estabelecimentos, dos quais 12 são mantidos pelo governo do estado, 07 pelo governo municipal e 03 de propriedade particular. Já o ensino de 2º Grau é ministrado em 04 estabelecimentos, sendo 02 mantidos pelo governo do Estado e 02 de propriedade particular.

O Ensino Superior dispõe de uma Faculdade Particular, a qual oferece cursos de graduação em Administração Geral, Educação Física, Letras, Pedagogia, Normal Superior e Enfermagem. Em 2011, esta faculdade passou a oferecer o curso de Análise de Sistema e, em 2012, Agronomia. Esta também oferece Especialização em diversas áreas, na modalidade *latu sensu* e técnicos. O Ensino Profissionalizante é ministrado em uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC -, onde são ministrados vários cursos de formação e aperfeiçoamento profissional.

O Ensino Especial é oferecido pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Tem-se também o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil - UAB que oferece os cursos de Pedagogia pelas Universidades Federal de Juiz de Fora - UFJF e de Ouro Preto - UFOP, Administração Pública pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, também o curso de Sistemas da Internet pelo Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, e ainda o curso de Educação Física pela Universidade Federal de Brasília -UNB, e Cursos de Pós-Graduação, *lato sensu*, pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. No ensino de Línguas, Coromandel conta com duas escolas, sendo a *Revolution Idiomas*, que está presente nesta cidade, há dez anos, e o Centro de Cultura Anglo-americano - CCAA, o qual completara em 2012, seus três anos de existência.

2.2.3 Cenário Cultural

Coromandel possui grandes personalidades, como o músico Abel Ferreira, o artista Plástico Darlan Rosa, o desembargador Jair Soares e Teófilo Neto, como também o compositor e cantor sertanejo Gerson Coutinho da Silva - o Goiás (Figura 9), que teve um papel importante no cenário musical não só do interior como também das grandes metrópoles, como São Paulo, onde alavancaria sua carreira artística.



Figura 9 – Gerson Coutinho da Silva (Goiá)

Fonte: Disponível em: <http://www.recantocaipira.com.br/goia_fotos.html>.

Na Paulicéia Desvairada, fez parte do elenco de diversas emissoras de rádio e suas composições foram gravadas por diversos intérpretes consagrados, entre eles, Pedro Bento e Zé da Estrada, Liu e Léu, Irmãs Galvão, Zilo e Zalo, Caçula e Marinheiro, Tibagi e Miltinho, Primas Miranda, Belmonte e Amaraí, Sergio Reis, Célia e Celma, e muitos outros. Também é de autoria de Goiá a trilha sonora composta para o filme *A Vingança de Chico Mineiro*.

Uma consideração interessante sobre seu grande sucesso *Saudade da Minha Terra*: corria o mês de novembro de 1955. Goiá escreveu a música logo que se transferiu de Goiânia para São Paulo. Com saudade de Coromandel-MG, sua terra natal, vagava pelas ruas dessa grande metrópole, recordando seus tempos de infância, as poéticas madrugadas, o cantar da passarada. Alguns anos mais tarde, quando foi gravada pela primeira vez (hoje existem cerca de quarenta regravações) ele ficou surpreso com o sucesso alcançado. Segundo Goiá, “quem “chorava com o rádio ligado ” era a sua mãe”!²⁹

Em homenagem ao seu eterno poeta, Coromandel realiza o festival de música regional “Canta Goiá”, como também outras festividades: a tradicional exposição agropecuária - Expo-Coró, festa do coromandelense ausente, além de folias de reis e festas de capela bastante cultivadas pela comunidade local.

Para fechar esse cenário, Coromandel conta com uma ampla Biblioteca Municipal, onde o acervo documental é resguardado com cuidados profissionais, aos quais foram de suma importância para a execução desta pesquisa.

²⁹Biografia de Goiá, disponível em: <<http://www.recantocaipira.com.br/goia.html>>.

2.2.4 Cenário Econômico e Político

Machado (1998) afirma que o velho “arraial” agora se fixa no cenário econômico como promissor e em desenvolvimento, ora iniciado com “labutas” pioneiristas, ora com perseverança de seus habitantes, a verdade é que Coromandel se sobressai atualmente na produção agropecuária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Em relação à economia, Coromandel estrutura-se em laticínios, postos de resfriamento e moinhos de calcário, além da agroindústria, uma vez que a produção agrícola é o grande potencial da economia. Beneficiado pela grande extensão da bacia leiteira, os laticínios têm uma produção, que, é inclusive, exportada para outros estados, principalmente o de São Paulo. Além do leite pasteurizado, há fabricação de requeijão, queijos, iogurte, que, em sua grande maioria, é comercializada em outros centros do país.

A indústria de calcário vem processando seus produtos por várias décadas e as jazidas encontram-se localizadas no município de onde poderá contar com reservas de matéria prima. Já na área de serviços, conta-se com hotéis, empresas de transporte rodoviário, oficinas, diversos restaurantes, dentre outros. O município é assistido pelos Bancos: Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Sicoob e Bradesco.

Quanto ao potencial turístico, este foi reconhecido pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR -, desde 1997, quando foi emitido o selo que oficializou esta potencialidade. É uma boa alternativa econômica para o município que tem belíssimas quedas d'água, ideais para a prática de esportes radicais, como canoagem, trilhas e enduros.

Machado (1982) observa que as principais rodovias que passam por Coromandel são a Batalhão Rodoviário -BR-352 e MG-188. A malha viária municipal é de 5.100 km de estradas municipais. A cidade conta com um aeroporto de 1.600 metros de pista asfaltada. O município conta com mais sete campos de pouso.

Em Coromandel, há três ginásios cobertos, dois campos de futebol, várias quadras esportivas, clubes, lagoas, cachoeiras e diversos ranchos de pesca à beira de seus rios. Há sedes recreativas na cidade - a Associação Atlética Banco do Brasil - AABB e o Clube Campestre Boa Vista.

No que refere-se à segurança, a polícia judiciária funciona com uma Delegacia da Polícia Civil, que está vinculada à 13ª Delegacia Seccional de Patrocínio e à 10ª Delegacia Regional de Patos de Minas. A polícia ostensiva está a cargo da 98ª Companhia Especial da Polícia Militar, vinculada ao 46º Batalhão da Polícia Militar de Patrocínio e à 10ª Região da Polícia Militar de Patos de Minas. Também atua no município um agrupamento de polícia

ambiental e outro de polícia de trânsito rodoviário, subordinados à 10ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito de Patos de Minas. A Polícia Ambiental atua no combate a degradação do meio ambiente em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente, Associação dos Amigos do Rio Paranaíba e seus Afluentes - AARPAA -, Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, Instituto Estadual de Florestas - IEF -, Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA -, Ministério Público - MP - e demais órgãos ambientais do município (MACHADO, 1982).

Não obstante, ainda existe, em funcionamento no município, um Conselho de Segurança Pública - CONSEP -, que promove reuniões mensais nas quais a comunidade tem a possibilidade de tratar das questões de segurança juntamente com representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Em relação ao cenário político, sua história inicia-se com a sua independência política da cidade de Patrocínio, quando esta ditava as regras da região com seus dois partidos: Muganga e Catimbal, estes faziam seus limites de domínio estabelecidos por “família”, assim, não se podia misturar, dando um “ar shakesperariano” ao domínio de poder. Mas Coromandel não foi diferente, com muita luta política, negociações e com influência da Igreja o distrito foi finalmente emancipado e, com isso, também vieram os grande problemas de administração de um município carente de infra-estrutura (MACHADO, 1998).

Apenas dois partidos faziam-se presentes na disputa do poder, o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Progressista (PP), ao qual se fazia representar pela figura do ‘Coronel’³⁰ Osório de Moraes.³¹, assim como seus sucessores, Egídio Machado e Ermiro Rodrigues Pereira. Mais tarde, com a criação do Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), os embates políticos da cidade foram construídos, em meio a disputa pelo poder patriarcal, em que “nomes e famílias” eram perpetuados, mas com viés de conchavos e consenso, quando as discussões “a mesa redonda” entre os dois partidos se destrinchavam.

Isso mostra que o domínio político e as disputas eleitorais faziam-se presentes no cotidiano local, nas quais ideologias não eram prioridade, mas sim, interesses eram conquistados pelo voto de cabresto.³²

³⁰ Não diferente do cenário político dos interiores do Brasil, a oposição não existia sendo os governantes postos sob a benção do Presidente sob a égide da ditadura (MACHADO, 1998).

³¹ No “Livro para Actas e Trabalhos da Junta Militar do Município da Villa de Coromandel” encontra-se registrado a posse dos primeiros agentes executivos (MACHADO, 1998).

³² Segundo Dr. Sebastião (Doutor e personalidade local de grande respeito pelos habitantes da cidade), as eleições eram disputadas em forma de quartéis, onde jagunços faziam a guarda de seus votos com armas de fogo e muitas discussões. Outro fato curioso da época e que ainda hoje se pode constatar na cidade são as apostas, antigamente

Atualmente, os partidos existentes no município são: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Socialista Cristão (PSC), Partido dos Trabalhadores (PT), Democratas (DEM), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Democrático (PSD), Partido Progressista (PP), Partido Verde (PV), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Social Liberal (PSL), ao longo das campanhas eleitorais, estes partidos formam ou não coligações para a disputa das cadeiras da prefeitura ou câmara municipal.

Portanto, assim discorrem-se os principais fatos históricos da cidade de Coromandel, uma vez que resgatar a memória, trazer para o cotidiano de seus habitantes e fazer com que sua preservação seja de interesse primordial e patrimonial se faz necessário, pois “O lugar é, em sua essência, produção humana [...] estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas e apropriação para vida” (CARLOS, 1996, p. 28).

em cifras, e cifras altas na qual o resultado das eleições em determinados locais ou até mesmo do município todo eram apostados por seus mais exaltados correligionários, na época do Dr. Sebastião, a aposta girou em torno de 500 contos (MACHADO, 1982 *apud* MACHADO, 1998), hoje, segundo relatos informais, apostam-se dinheiros, fazendas, carros etc.

CAPÍTULO 3 – O ACERVO DOCUMENTAL DO GRUPO ESCOLAR OSÓRIO DE MORAIS (1932 a 1961): substratos de memórias na pesquisa

“[...] tudo o que pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem, tudo isto, eis o documento para o historiador moderno” (Lucien Febvre apud LE GOFF, 1990).

A partir do desenvolvimento deste trabalho, podemos constatar que há algumas noções históricas e conceitos presentes na história da criação dos grupos escolares do Brasil e particularmente do estado de Minas Gerais. Tais conceitos são de suma importância para a construção do próprio acervo documental do Grupo Escolar Osório de Moraes, foco da presente pesquisa. Descobrimos o itinerário histórico de eventos acumulados pelo percurso da vida que vão sendo construídas as informações, os acontecimentos, os relatos, enfim, todos os dados que “nos tornam seres humanos reais” (SILVA, 2004), que vão sendo registrados na memória volátil ou na forma de documentos, constituidores dos arquivos escolares, nos quais estão ali depositadas as atividades tanto administrativas quanto pedagógicas.

A finalidade administrativa dos arquivos escolares representa a legalidade do direito (prova) da administração ou pessoas, a função informativa e o valor histórico-cultural (MEDEIROS, 2003)³³. Caracterizando o documento escolar como fonte e objeto de pesquisa, o autor não o delimita apenas como documentos escritos oficiais, mas também inclui o acervo de fontes como cadernos escolares, desenhos, antigos livros didáticos, fotos, fitas cassetes etc., fontes consideradas formais e informais com grande valia para a pesquisa.³⁴

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias: Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial (MEDEIROS, 2003, p.6).

³³ Medeiros (2003) explica, em “*Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento*”, a importância dos documentos como fontes para a história da educação, manifestação e ou representação da memória.

³⁴ Sólis (1992) classifica os documentos como: textuais (manuscritos, datilografados, impressos, microfilmados etc.), iconográficos (fotos, slides, desenhos, croquis, gravuras, pinturas etc.), cartográficos (mapas e plantas), gravações sonoras e audiovisuais, entre outros. A espécie documental, para ele, pode ser definida a partir das funções que desempenham e para as quais são produzidos os documentos: “documentação técnica, contábil, pessoal, previdenciária” ou apenas “resumos, relatórios, fichamentos, correspondência, memorandos, comunicados internos, registros médicos e escolares etc.

Assim, em relação à referência ao tempo da pesquisa, como já mencionado no capítulo anterior, foi delimitado entre 1932, ano em que foi criada a Escola Estadual Osório de Moraes e o ano de 1961, este por representar um marco educacional no país, o ano da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Antes de adentrar ao tema principal, faz-se necessário abordar a historicidade da criação dos grupos escolares e a sua importância no cenário educacional e histórico.

3.1 O Surgimento dos Grupos Escolares: Pesquisa Histórica

Para que tenhamos maior compreensão sobre o surgimento dos grupos escolares em Minas Gerais e a relevância de se pesquisar os arquivos escolares, faz-se necessário, em linhas gerais, traçar um sucinto panorama educacional do estado, no momento da instauração desta nova instituição de ensino conhecida como grupo escolar.

No Brasil, do final do século XIX, iniciava-se o governo republicano e com ele surgia a necessidade de um novo modelo de homem para atuar em uma sociedade fundamentada nos princípios capitalistas.

Os intelectuais e políticos que defendiam o modelo republicano de Governo e acreditavam ser este uma resposta moderna para o “atraso” acumulado pelo Brasil após longos períodos reinados pela Monarquia. A idéia de ordem e progresso que levaria à modernidade estava diretamente relacionada às idéias positivistas que marcaram esse período histórico (AGUIAR; DURÃES, [s.d], p.775).

Neste contexto, a República inaugura uma nova etapa na História da Educação Brasileira e, especificamente, em Minas Gerais, no ano de 1906, a reforma educacional chamada de Reforma João Pinheiro³⁵, destinada à educação pública endereçada principalmente às camadas pobres e aos trabalhadores, consagrando a existência dos grupos escolares e imprimindo, a partir de então, uma nova cultura ao ensino (YZECK; SILVA, 2008).

O modelo de grupo escolar³⁶ foi ganhando espaço em todo o Brasil e configurando-se como principal escola de ensino primário.

³⁵ Com os dizeres da mensagem do presidente João Pinheiro ao Congresso Legislativo, em 1907: “*Pela ordem da relevância, a Instrução Primária, assunto capitalíssimo que é para a sorte de um povo, foi a primeira reforma decretada pelo Governo, de acordo com a autorização legislativa no regulamento, que baixou com o Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906*”, criava-se a Lei nº439 autorizando ao governo a reformar o ensino e o decreto 1.960/1906 a instrução primária.

³⁶ No dia 04 de fevereiro de 1906, pelo Decreto nº1886, foi instalado o primeiro grupo escolar sob a direção de José Rangel cujo total de matriculados foram 470 alunos tudo registrado no Livro de Instalação dos Grupos

O processo de construção do grupo escolar como uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário concretizou-se em poucos anos. Uma escola urbana, e de melhor qualidade. A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a conseqüente constituição da escola como lugar o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998, p. 49-50).

Essa, tão aguardada, Reforma de Ensino, sob a ótica de educadores, políticos e intelectuais da época, sinalizava um novo tempo para a Educação Mineira. Esta elevaria a educação à condição de instrumento eficaz para a formação de um novo homem: o cidadão republicano, trabalhador inserido nos novos e modernos tempos que surgiam (SILVA, 2010).

Os defensores da escola pública e gratuita debruçaram-se sobre a tarefa de desenhar uma escola, a qual seria símbolo da modernidade e diferente daquela mantida pelo regime imperial. Ou seja, os reformadores acreditavam que, ao substituir as escolas isoladas, pelos grupos escolares, estariam rompendo com o passado, pois estas não foram significativas para a educação no país.

Acerca da legalidade da Reforma de Ensino, Silva (2010, p. 4), explica que:

Por meio da Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, houve a reforma do ensino primário, normal e superior em Minas. Para a sua regulamentação, contou-se com os Decretos nº 1.947, de 30 de setembro de 1906, que aprovou o Programa de Ensino; do Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, que aprovou o Regulamento da Instrução Primária; o Decreto de nº 1.969, de 03 de janeiro de 1907, que aprovou o Regulamento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado³⁷.

O surgimento dos grupos escolares representava um marco na modernização do Sistema Educacional Mineiro. Como podemos evidenciar abaixo, no ano em que a Reforma Educacional foi implantada, havia um número expressivo de alunos em idade escolar:

A mudança na organização da escola foi promovida com o propósito de criar condições para manter na escola as mesmas crianças que se matricularam durante todo o transcurso de quatro anos de duração do ensino. No ano em que a reforma foi implementada, estimava-se que no Estado, havia, aproximadamente, 800.000 crianças em idade escolar. As escolas primárias estaduais atendiam a 54.825 dessas crianças e as escolas particulares a 11.607 (GONÇALVES; FARIA, 2008, p.40).

Escolares 1907-1911 onde também constava a lista com as Presenças na Cerimônia de instalação (YAZBECK, 2008).

³⁷ SILVA, Vânia de Araujo. **O Grupo Escolar de Itaúna**: a constituição do primeiro grupo escolar da cidade de Itaúna e a trajetória dos alunos matriculados no primeiro ano em 1908. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Vania.pdf>>.

Em Minas Gerais, João Pinheiro é considerado como um político que soube apreender as forças republicanas neste estado. A história educacional mineira tem, em João Pinheiro, uma figura que soube manter a pulsação republicana, tecida, a partir da instância governamental estadual, porém com ressonâncias locais e regionais expressivas (ARAÚJO, 2006). Por meio das leituras, as quais contemplam a Reforma João Pinheiro, podemos perceber que os políticos e governantes da época, defendiam um ensino primário eficaz e profícuo e que a escola fosse um instituto de educação intelectual, moral e física, conforme discorre a pesquisadora Peixoto (2008, p.103-104):

A Reforma João Pinheiro, reflete o discurso em defesa da escola laica, do direito à educação e dos deveres do estado e da família em oferecê-la, discurso esse que tem suas raízes na Revolução Francesa. Reflete também, as idéias pedagógicas européias e norte-americanas acerca da educação escolar, como a ênfase no ensino pelo Método Intuitivo ou pelas “Lições de Coisas”. Traduz, finalmente, a crença dos republicanos históricos no poder da escola em possibilitar a modernização das estruturas sociais. Por isso, ela ampliava as finalidades do ensino primário ao estabelecer, no artigo primeiro da Lei 439 de 28 de Setembro de 1906, que fixa as bases para a reorganização do sistema escolar público mineiro, “[...] que a escola seja um instituto de educação intelectual, moral e física”. A mesma lei previa, em seu artigo 3º, que o ensino primário seria gratuito e obrigatório, em ministrado em escolas isoladas, grupos escolares e escolas modelo anexas às Escolas Normais.

Quanto à forma de organização do ensino³⁸, representada pelo grupo escolar, esta trazia “novos ares” à sociedade, alicerçada na ação educativa e, neste sentido, tinha-se a concepção de que pelo novo formato de instituição escolar, seria possível o atendimento a um maior de alunos ao mesmo tempo. A nova organização favorecia o trabalho do professor³⁹, influenciando positivamente o ensino, conforme mostra Mourão (1962, *apud* PEIXOTO, 2008, p.104). Assim, tal Reforma pode ser entendida como um esforço de modernização⁴⁰, a escola como lugar, um local privilegiado de integração do povo a uma nova ordem política e

³⁸ “A escola deveria impor novos hábitos culturais às crianças e também prepará-las para o mundo do trabalho. O ensino profissional era visto como complemento do ensino primário e deveria ser destinado a ambos os sexos. O artigo 28 da lei 439 previa aulas anexas aos Grupos Escolares, para o ensino prático, a serem ministradas por mestres de ofícios, de habilitações comprovadas, e o governo deveria oferecer materiais para o funcionamento dessas aulas. Essa preocupação com o mundo do trabalho, com a necessidade de oferecer uma profissão aos alunos nos apresenta elementos que revelam uma certa preocupação com a população pobre” (ROCHA,2008).

³⁹ “Até então, os professores, em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas, onde se reuniam crianças das quatro classes, com óbvios inconvenientes para a aprendizagem e para esses mestres que teriam de redobrar esforços para manter em atividade todos os alunos, sem poderem dispensar, ao mesmo tempo, a sua atenção para com todas essas divisões. Ainda que empregassem os próprios alunos mais adiantados para dirigirem os das primeiras classes, tal como se fazia no tempo de Império e mesmo na República, a eficiência a aula deixava muito a desejar” (MOURÃO, 1962, p.93, *apud* PEIXOTO, 2008, p. 104).

⁴⁰ Segundo Araújo (2006), era o modo contemplativo das ideias políticos da época em trazer o conceito para a estrutura arquitetônica dos prédios modernos dos grupos e sua educação propicia ao regime de governo atuante.

social e, por meio dela, Minas Gerais rompe com o passado educacional herdado do Império e ingressa na modernidade⁴¹, deixando para trás um modelo de escola a ser esquecido (PEIXOTO, 2008).

Portanto, não nos cabe adentrar em outras questões relacionadas à utopia ou mesmo às questões políticas inerentes ao Período Republicano, pois estas seriam foco para outras pesquisas, outras vertentes. A perspectiva histórica desta pesquisa parte de uma visão macro da criação dos grupos escolares redefinida na memória educacional do estado para uma visão micro representada pelo Grupo Escolar Osório de Moraes e seu acervo documental, sendo este detentor de documentos extremamente importantes em relação à história deste educandário coromandelense.

3.2 O Arquivo Histórico do Grupo Escolar Osório de Moraes: uma experiência de pesquisa

Historiar os arquivos de uma instituição de ensino não é uma tarefa das mais elementares, haja vista que exige do pesquisador critério, ao selecionar o material de pesquisa, comedido disciplina, paciência e, sobretudo, de uma considerável carga de leituras a respeito das questões teórico-metodológicas referentes ao tema em estudo. Diante desta proposta de trabalho, buscamos desenvolver a pesquisa no acervo da escola, constituído, sobretudo, por material documental e bibliográfico.

[...] o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma instituição educativa é materialidade que representa uma variedade de práticas ensejadas pelos agentes escolares, sujeitos não somente a um conjunto de normas estabelecidas para o funcionamento da instituição, para além dos objetos materiais destacados por Viña Frago (2008), a exemplo do mobiliário, as ações administrativas se apresentam como uma possibilidade de estudo do passado das instituições escolares (SANTANA, 2012, p.8).

A proposta essencial é fazer, pela análise apresentada e ao final da pesquisa, emergir os resultados para, com seriedade, autenticidade e compromisso, contribuir não só com o entendimento do processo histórico do Grupo Escolar Osório de Moraes, mas também com a instituição e comunidade, bem como outros pesquisadores que, a partir do levantamento de dados, possam usufruir das fontes consultadas em outros *insights*, tentando provocar inquietações para trabalharem mais profundamente a análise temática investigada, contribuindo assim para novas pesquisas.

⁴¹ “Encontrar no espírito publico o principal collaborador na obra grandiosa que se propõe a fazer de cada criança em idade escolar um cidadão digno de uma Patria livre” (MINAS GERAIS, *Regulamento da Instrução Primaria e Normal do Estado de Minas*, 1906, p. 8).

Nas Figuras 10 e 11, abaixo, a título de ilustração, apresentamos as foto das fachadas – antiga e atual - do Grupo Escolar Osório de Morais.



Figura 10 - Grupo Escolar Osório de Morais – Registros da fachada antiga.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=58&with_photo_id=39775390&order=date_desc&user=4759004.>.



Figura 11 – Grupo Escolar Osório de Morais – Registros da fachada atual

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=58&with_photo_id=39775390&order=date_desc&user=4759004.>

Primeiramente, foi preciso fazer um trabalho de seleção e uma revisão cuidadosa das fontes, dentro do marco situacional definido nesta pesquisa, sobre as quais, Castanha (2007, p. 5) ressalta a importância de se fazer uma discussão, levando em consideração o contexto em que foi produzida a pesquisa. Há de se fazer também uma crítica dos documentos encontrados que, segundo o pesquisador, são requisitos fundamentais para que se avance com segurança no campo da investigação histórica.

Segundo Magalhães (1999, p. 72):

[...] a história de uma instituição escolar se constrói a partir de uma investigação triangular entre os historiadores anteriores, a memória institucional e o arquivo, só assim, segundo a autora, teremos uma representação orgânica e funcional da instituição, o que nos levará a entender sua identidade cultural e educacional. Neste contexto, os documentos são as fontes que atestam os relatos da memória sendo imprescindíveis à pesquisa histórica.

Quando se trata de pesquisa documental, no caso de arquivos escolares, a situação é complexa: “arquivos centrais ou regionais geralmente são depósitos de documentos que existem apenas graças ao cuidado de alguns funcionários que pressentem a importância dos documentos” (MEDEIROS, 2003, p.11), ou, em uma visão mais realista para a época, visaram atender apenas as exigências ou necessidades específicas de um determinado momento histórico. Segundo Castanha, a preocupação com preservação dos documentos para historiadores futuro não era talvez a realidade naquele momento histórico pesquisado, mas sim um fundo de atividade intencional⁴² administrativa pertinente para a época. Na verdade, as escolas, em sua maioria, lamentavelmente não possuem conhecimento arquivista e nem contam com profissionais que conhecem as técnicas de preservação dos documentos, capazes de resguardar seu acervo documental, apenas disponibilizam seus materiais para consulta, sem terem o conhecimento de que, de acordo com as orientações do CONARQ, os arquivos escolares também podem ser considerados como “arquivos públicos”.⁴³

3.2.1 A Diagnose: Problemática da Pesquisa

No primeiro contato com os arquivos do Grupo Escolar Osório de Morais, evidenciamos que, na referida escola, os arquivos não estavam em conformidade com as condições apontadas por Medeiros (2003). Vale observar que também não estavam em

⁴² A palavra ‘intencional’, neste contexto, está de acordo com Ragazzin (2001, p. 14), que estabelece os três níveis de relação entre as fontes, sendo: a relação nas quais nasce e se produz o documento; a relação que, no âmbito dos acontecimentos, selecionam, conservam, inventariam e catalogam o documento, sendo causais ou intencionais; e finalmente a relação do leitor intérprete, ou seja, as perguntas/questões que ele faz aos documentos.

⁴³ “Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias” - Lei nº 8.159, art.7, 1991. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>.

condições positivas de organização⁴⁴ e arquivamento, ora por falta de noções básicas de arquivologia funcional, ora por questões de infraestrutura/financeira.

Apresentamos, na Figura 12, abaixo, uma ilustração do arquivo referente ao tempo passado e presente do Grupo Escolar Osório de Morais.



Figura 12 – Grupo Escolar Osório de Morais – Registros referentes ao tempo passado e presente.
Fonte: Acervo da E. E. Osório de Morais.

À primeira vista, os documentos estavam organizados em armários de aço e sujeitos à manipulação por qualquer pessoa que fosse buscar ali elementos contextuais para alguma pesquisa. A primeira impressão que se tem, pelo quantitativo do acervo, é que muito se perdeu com o decorrer do tempo.

Não desconhecemos que para organizar e manter um arquivo público, faz-se necessário possuir recursos disponíveis para que haja uma iniciativa, por exemplo, por parte da escola e do mantenedor, no caso específico, o Ministério da Educação. Esses órgão são responsáveis pelo tratamento desses documentos, uma vez que salvaguardar o patrimônio

⁴⁴ Aqui se deve ressaltar que a palavra ‘organização’ não está atrelada ao significado de ‘bagunça’, mas sim falta de estrutura (dicionário online), o que, segundo o Manual de Procedimentos para o Tratamento arquivístico nas Escolas (BRASIL, 2003, online), essa uma das deficiências da escola no que diz respeito a política arquivística.

arquivístico da escola é de suma importância para o resgate da memória histórico/cultural/educacional, isto é, “A memória é um elemento essencial para o que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”, e onde há memória, há história, e sua compreensão depende da sua vitalização, a partir da preservação dos documentos (LE GOFF, 1990 *apud* WADI, 2005, p. 3).

Na Figura 13, a seguir, podemos visualizar parte da instalação física do arquivo do Grupo Escolar Osório de Morais.



Figura 13 – Instalação física do arquivo do Grupo Escolar Osório de Morais.
Fonte: Acervo da E. E. Osório de Morais.

A sala que abriga os arquivos é relativamente arejada e comporta cinco armários, dois jogos de mesa com cadeiras, duas mesas pequenas de apoio e um escaninho, utilizados para acondicionamento de material de apoio pedagógico. Vale lembrar que esta sala também é utilizada pela vice-diretora, na execução de seus trabalhos funcionais; comporta ainda outros artefatos da escola, o que comprova que o acervo documental do grupo não possui um espaço

próprio. Isto compromete aspectos importantes na adequação e acomodação do acervo, como a ventilação, o acondicionamento inadequado, causando danos às peças por causa de empilhamento e excesso de lotação (NASCIMENTO; SANTOS, 2010).

Na Figura 14, apresentamos algumas fotos que mostram o estado em que capas dos livros de fontes documentais foram encontradas.



Figura 14 – Estado em que capas dos livros de fontes documentais foram encontradas.

Fonte: Acervo da E. E. Osório de Moraes.

3.2.2 A Importância do Conhecimento Histórico: Resgate da História

Neste acervo escolar, encontramos um material significativo, relativo ao período de 1932 a 1961 e de grande valor para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Observamos que há lacunas na cronologia desses documentos, no entanto, não se pode ignorar o fato de que um dos Livros do Acervo, datado no ano de 1926, encontra-se com a encadernação frágil, algumas folhas amareladas com acentuada oxidação e outras com marcas de grampos e cliques enferrujados, já em processo de decomposição, porém, os seus textos preservam a tinta de caneta, com informações relativas ao início do processo educacional da então ‘Vila de Coromandel’.⁴⁵

Apresentamos, nas Figuras 15 e 16, abaixo, a abertura do livro de Termo de visita e o termo de visita Antonio, Bispo de Uberaba, respectivamente.

⁴⁵ O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ - propõe prazos de guarda e destinação de documentos, de acordo com a Tabela Básica de Temporalidade para órgãos públicos (BRASIL, 2001), que pode servir como base para a comissão de avaliação de documentos criar a tabela de temporalidade que será aplicada aos documentos da escola.

Servirá este livro, cujas folhas vão por mim numeradas e rubricadas com a rubrica - *Ulypes* - de meu uso para o registro do inventario do material escolar; os termos de visitas; de notas de exames e de termos de promoções. Contendo este livro cinquenta (50) folhas. Vila Coromandel, 26 de março de 1926. Na falta do Inspector escolar: Ulypes Santos - Juiz de Paz em exercício.

Figura 15– Abertura do livro de Termo de visita⁴⁶

Fonte: Acervo documental Acervo da E. E. Osório de Morais.

Com muito prazer verificarei nesta Escola Mista o aproveitamento dos alumnos sob a intelligente direcção proporeta do Sr. Sr. Almeida dos Santos. Despirito de que amira a distincta direcção e' fa' um fulto bom andamento desta Escola, pois os sacrificios e demanda a educação da infancia encontram satisfação e constancia unicamente nessa orientação religiosa. Deixo aqui consignados os meus felizes lous a Escola Directora que no seu digno Esposo encontra excellentes auxilios na obra educativa que vem exercendo com tanto exito. Coromandel, 13 de Setembro de 1926. Antonio, Bispo de Uberaba

Figura 16– Termo de visita do Sr. Antonio - Bispo de Uberaba⁴⁷

Fonte: Acervo documental da E. E. Osório de Morais.

Diante as múltiplas possibilidades encontradas em um arquivo escolar, o pesquisador deve ter um cuidado especial em relação ao foco de sua pesquisa, porém não se deve desprezar nenhum tipo de informação paralela que possa vir acrescentar a sua pesquisa, possibilitando o levantamento de questões pertinentes de conhecimento histórico, ao longo do tempo.

Apesar do marco cronológico definido, não poderíamos deixar de registrar o achado de um importante documento, datado de 1927, o qual se refere à Ata de Termo de Instalação

⁴⁶ “Servirá este livro, cujas folhas são por mim numeradas e rubricadas com a rubrica [...] de meu uso para o registro do inventario do material escolar; os termos de visitas; de notas de exames e de termos ou promoção; contendo este livro cinquenta (50) folhas. Vila Coromandel, 26 de março de 1926. Na falta do Inspector escolar. Ulypes Santos – Juiz de Paz em exercício.” (Transcrição)

⁴⁷ Devido ao não entendimento da letra e para que não comprometa a fiel transcrição do Termo de Visita do Sr. Antonio, Bispo de Uberaba, achou se por bem não fazê-la.

da Escola Mista da cidade de Coromandel⁴⁸, o que comprova a existência da implantação de uma escola anterior ao primeiro grupo escolar da cidade, assinada pelo Juiz de Paz, o Sr. Inspector José Ferreira de Resende, conforme transcrição abaixo, apontada por Valadares (2000, p.7).

Termo de instalação da escola mista

Aos quinze dias do mez de Janeiro de mil novecentos e vinte e sete (1927) presente o Snr. Inspector Escolar José Ferreira de Rezende foi installada a escola mista na Villa de Coromandel, regida pela normalista Anna Almeida dos Santos. Verificou-se a presença dos alumnos matriculados: Maria José Rabello, Mario Moraes, Maria de Lourdes Saraiva dos Santos, Ana Ferreira de Rezende, Valdomiro Coutinho, Maria Amaral, Saul Amaral, Dimas Leopoldo de Moura, Maria Augusta Rabello, Sebastião Machado, Elmiro Castro de Figueiredo, Conceição de Carvalho, Rubens de Castro, Leopoldo Luiz Mariano, Luiza Nogueira, Abel Ferreira, Paulo de Oliveira Castro, Antonio Soares, Jose Carneiro de Mendonça, Eurico Rabello, Joaquim Rabello Junior, Maria Conceição, Antonia Rabello, Antonio Goulart, João Luiz Mariano, Maristella Dayrell, Carlos Rabello, Olga de Moura, Sebastiana Nunes de Souza, Sebastiao Rosa de Rezende, Angelica Rodrigues da Costa, Pedro Sarava dos Santos, Oliveiros Souza, Geraldo Rodrigues da Costa, João Rabello, Thomas Rabello, Lazaro Ferreira de Rezende, Maria Rita de Jesus, Geraldo Nogueira, Geraldo Rabello, Jonas Coutinho, Maria Pereira, Marcia Aparecida de Castro, Joaquim de Almeida, Mario de Castro, Luiza Diolinda da Costa, Maria de Jesus, Maria Luiza Mariano, Maria Joaquina Ferreira, Jovina Ferreira de Jesus, Geralda de Moura Ramos, Maria das Dores, Salvador Soares.

Para constar lavrou-se o presente termo. Eu, Anna Almeida dos Santos, professora da cadeira o escrevi e o assigno com o Snr Inspector José Ferreira de Resende Juiz de Paz em exercício.

Nesse mesmo livro, o qual, infelizmente, já se encontra em processo de deterioração, há também registros de atas de exame de aprovação de alunos, Termos de visita⁴⁹ e termos de promoção de alunos. Não encontramos nenhum documento oficial que comprove a data correta do início das atividades da escola mista da Vila de Coromandel. Isto pode ser comprovado pelo Termo de Instalação da Escola Mista, no qual a data não corresponde às declarações dos termos de visitas, segundo as quais, já no ano de 1926, algumas pessoas já visitavam a escola por algum motivo aparente, sejam por serem personalidades respeitadas para a época, como religiosos, ou por fazerem parte da administração pública, como o

⁴⁸ A Escola Mista funcionava onde é atualmente o Fórum local, considerada 'oficial' funcionava em 02 turnos e com 03 salas de aula de 1ª a 3ª séries contando com três professoras e a inspeção do Sr. Levy Mattos. A matrícula era limitada e muitas crianças ficavam sem poder estudar. (Transcrição de parte do texto do acervo do grupo Osório de Moraes).

⁴⁹ Em um dos termos de visita datado no dia 09 de fevereiro de 1930 da Sr.ª Maria Stella Moraes, percebemos que a mesma tece elogios à escola e principalmente a Professora Anna Almeida dos Santos como sendo a 3ª escola mista da Vila de Coromandel.

inspetor escolar que acumulava as funções de Juiz de Paz e inspetor escolar, conforme comprovam os documentos.

Outro fato importante que colocaria em questão a data da criação da escola mista é o termo de visita, assinado e datado pelo então Sr. Egidio Machado, inspetor escolar, em 03 de julho de 1928, mas que, por motivo desconhecido, repete a data da visita, no final, com o ano de 1924. Como não há correção por parte do Sr. Egidio Machado, acreditamos que isso tenha sido apenas fruto de uma repentina confusão, mesmo porque, no termo anterior, consta a data da sua visita em 1928.

Abaixo, na Figura 17, apresentamos uma ilustração referente ao Livro de Visitas do Grupo Escolar Osório de Moraes.

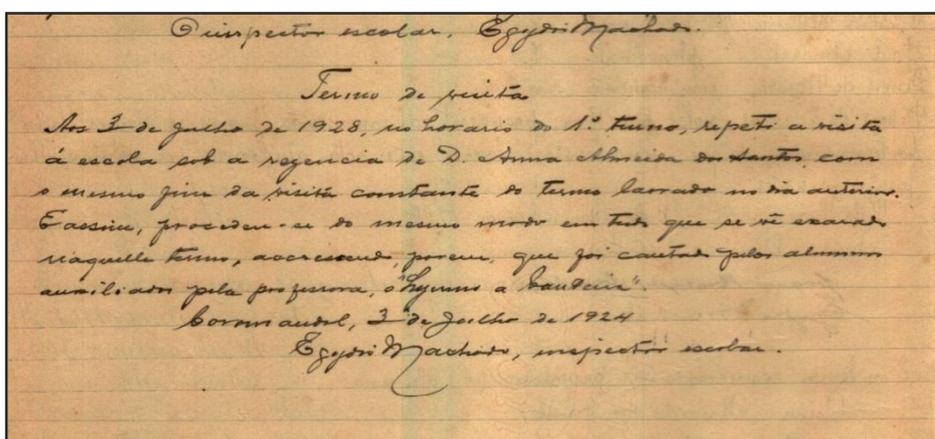


Figura 17 – Livro de Visitas da Escola.

Fonte: Acervo documental da E. E. Osório de Moraes.

Chama-nos atenção, também, o fato da importância da leitura nas entrelinhas do documento, palavra por palavra vão desenhando um contorno de um tempo histórico, que às vezes é ignorado, tido como ‘sem valor’, mas que registra ali, informações importantes como é o caso do já mencionado Termo de Visita da Sr.^a Maria Stella Moraes, que em seu texto relata sobre o método intuitivo utilizado neste período.

Esse método, preconizado na Europa, objetivou a racionalização do ensino na tentativa de reverter a ineficiência do ensino escolar, substituindo o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução por uma nova proposta pedagógica, em consonância com as inovações educacionais do mundo. Sendo assim, o ensino primário brasileiro é marcado por alguns novos métodos como: o método intuitivo e suas “lições de coisas”, segundo o qual “[...] o professor deveria criar as condições para que os alunos possam ver, sentir e observar o que está estudando” para facilitar a apreensão do conhecimento, por meio utilização dos sentidos e da experiência. (FARIA FILHO, 2000, p.143).

Para o autor:

Por variadas vias, a discussão sobre os métodos, que enfocava a questão da organização da classe, e o papel do professor como organizador e agente da instrução vão dando lugar às reflexões que acentuam a importância de prestar atenção aos processos de aprendizagem dos alunos, afirmando que “o professor somente poderia ensinar bem se o processo de ensino levasse em conta os processos de aprendizagem do aluno”. Essa inflexão no rumo dos debates se articulará em torno do chamado “método intuitivo” e lançará luzes sobre a importância da escola observar os ritmos de aprendizagem dos alunos (FARIA FILHO, 2000, p.143).

Essa prática pedagógica promovia a aprendizagem do aluno, a partir do uso de objetos didáticos conhecidos ou familiares, o concreto se propagaria como “lições de coisas”⁵⁰.

Conforme o Termo de visita, abaixo, pode-se observar que o método era bem aceito tanto pelos professores quanto pela população coromandelense.

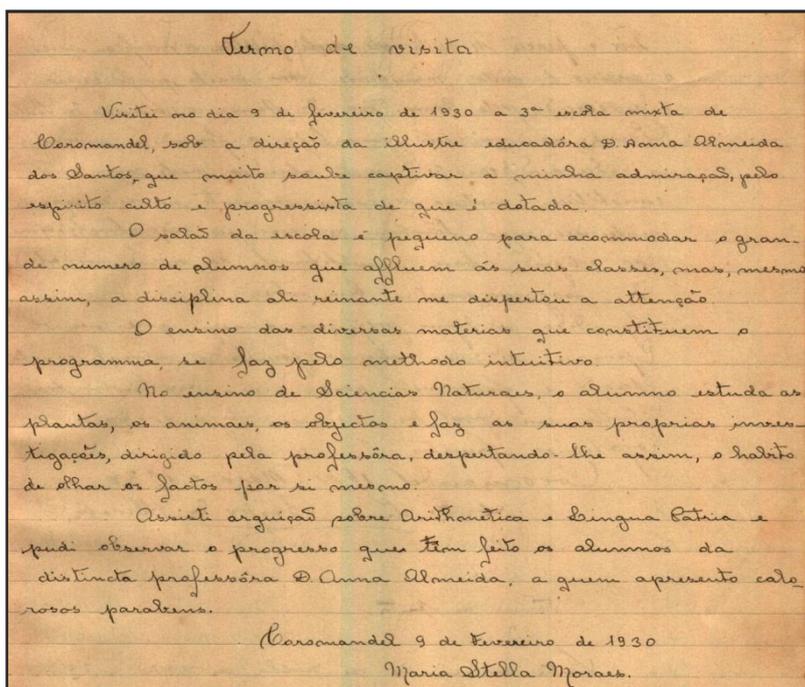


Figura 18– “Livro de Visitas da Escola”

Fonte: Acervo documental da E.E. Osório de Moraes.

De acordo com o Manual de Instrução, com a prática das excursões, instituída no ano de 1927, pretendia-se propiciar o encontro entre aluno e conhecimento dos conteúdos

⁵⁰ Por meio do Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879, Leôncio de Carvalho recomendou, pela primeira vez na legislação educacional brasileira, a lições de coisas. [...] o Decreto que constitui a Reforma de Leôncio de Carvalho, prescreve as Noções de Coisas, como disciplina de ensino nas escolas primárias do 1º Grau e Prática do ensino intuitivo ou lições de coisas, como disciplina do programa das Escolas Normais do Estado (SCHELBAUER, 2006, p.137).

ministrados em sala de aula, uma vez que a própria legislação atribuía às excursões o sentido de importante instrumento educativo cuja prática na escola deveria ser permanente e metódica. (MINAS GERAIS, 1927).

Na Figura 19, abaixo, podemos observar como o grupo escolar planejava e organizava excursões fora dos limites da escola, por meio do registro, no Caderno de acontecimentos da escola, feito pela aluna Margarida de Freitas da 2ª série.

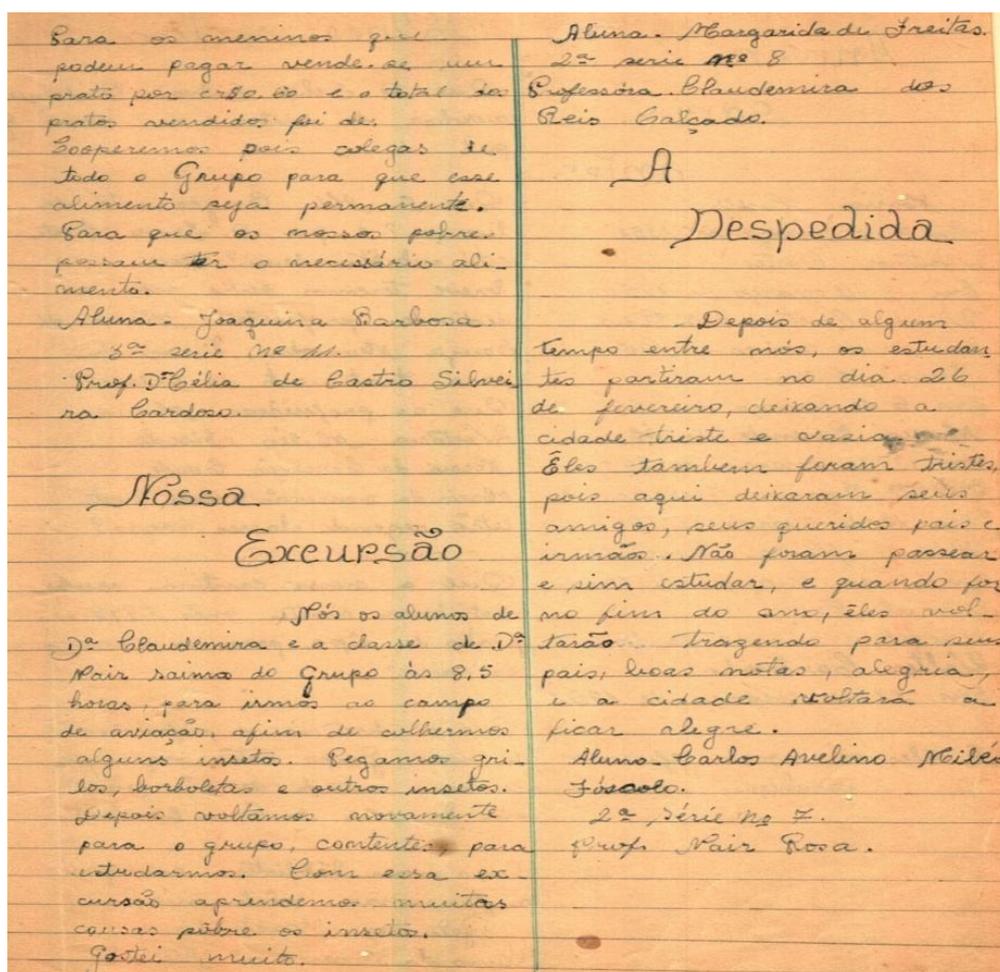


Figura 19 – Livro de Acontecimentos da Escola.
Fonte: Acervo documental da E. E. Osório de Morais.

Outro fato importante diz respeito às pesquisas informais que possibilitaram o conhecimento do Decreto nº 6591, de 30 de abril de 1924⁵¹, que converte em feminina a escola mista de Coromandel. Porém, cabe destacar que não foi encontrado nenhum registro oficial nos Acervos da Escola acerca dessa questão. Disto decorre a preocupação assinalada por pesquisadores quanto ao descarte de documentos importantes para a construção da

⁵¹ Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

identidade da escola ao longo de sua história. Esse descarte é consequência do desconhecimento, por parte de algumas pessoas, de seu inestimável valor cultural/histórico.

A eliminação não pode ser feita indiscriminadamente, nem deve basear-se simplesmente em datas ou períodos rígidos, ao fim dos quais se possa destruir tudo. Há que se proceder criteriosamente, estabelecendo prazos sim, mas baseados nos valores atribuídos aos diversos documentos, de acordo com o seu conteúdo, com as informações neles contidas e jamais em razão da espécie documental ou apresentação física (PAES, 2002, p. 105).

Uma hipótese a ser levantada a esse respeito poderia ser a existência de documentos que comprovam tais fatos encaminhados para a Secretaria do Interior⁵², conforme o quadro de arranjo “Documentação não encadernada – SÉRIE 9: Assuntos municipais (1928-1937) ou “SÉRIE 4: Instrução Públicas – subséries: 1-Grupos escolares, escolas, material didático e mobiliário”, localizado no Inventário do Fundo Secretaria do Interior, o que requererá uma pesquisa para um próximo trabalho.

3.3 O Grupo Escolar Osório de Moraes: um novo modelo escolar para o ensino Coromandelense

De acordo com o Decreto nº 10.254, de 22 de fevereiro de 1932⁵³, foi criado o Grupo Escolar Osório de Moraes, nome este colocado em homenagem ao seu maior incentivador, que, segundo registros no Livro de Escola Estadual “Osório de Moraes”⁵⁴, no ano de 1928, como então presidente da Câmara Municipal de Coromandel, não mediu esforços para que fosse construído o grupo escolar, inclusive, emprestando dinheiro para que as obras não fossem interrompidas. Este fato foi registrado em documento.⁵⁵

⁵² A Secretaria do Interior foi criada pela Lei nº 6, de 16 de outubro de 1891. Tinha como principais atribuições os negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis. O arquivo é composto de documentos referentes à coordenação e inspeção do ensino público na Província de Minas Gerais; atas de concurso de professores, de sessões do Conselho Diretor, de exames de alunos, de instalação de escolas e de visitas; atestados, certificados, diplomas, matrícula e frequência de alunos, juramento e posse de profissionais da instrução pública, livros de ponto de professores, provas e pareceres, correspondência entre o Presidente da Província, diretores, delegados de círculos literários, escolas, órgãos fazendários e outros. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35>.

⁵³ O Presidente do Estado de Minas Gerais resolve criar Grupos Escolares em Coromandel, Ibiá, Ibirací, Itajubá (2º grupo) e Tiros, atendendo ao fato de terem sido construídos prédios especialmente destinados ao seu funcionamento e tendo em vista o índice de estatística da população escolar das localidades acima. Palácio da Presidência, em Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 1932 (MINAS GERAIS, 1932 *apud* SOUSA, 2012).

⁵⁴ No final da década de 60, o Grupo Escolar passou por uma grande reforma ampliando sua infraestrutura a qual modificou sua denominação para “Escola Estadual Osório de Moraes (MACHADO, 1982).

⁵⁵ Segundo o Livro de Escola Estadual “Osório de Moraes”, o Senhor Osório de Moraes era presidente da Câmara Municipal de Coromandel; buscou em Belo Horizonte recursos do Estado para o andamento da obra, mas em sua fase de conclusão, e sem recursos para terminar, o próprio Senhor Osório emprestou o dinheiro mediante

Assim sendo, o Grupo Escolar Osório de Moraes foi instalado em 08 de agosto de 1932, sob grande entusiasmo por parte da comunidade local e políticos da época. Machado (1982) relata, em seu trabalho monográfico, que na solenidade da instalação do Grupo, foi executado o seguinte programa: 1 - Missa solene em uma das salas do prédio escolar, celebrada às 08 horas, pelo padre Ansfredo; 2 - Hasteamento da Bandeira Nacional, com a execução do hino, pelos alunos do Grupo; 3 - Saudação à Bandeira, pela aluna Selva da Silva Penna; 4 - Hino Nacional- executado pela banda de música local.

Na sequência, apresentamos a imagem da página do Livro de Atas da Escola em se registra a data da publicação do Decreto nº 10.254, de 22 de fevereiro de 1932.

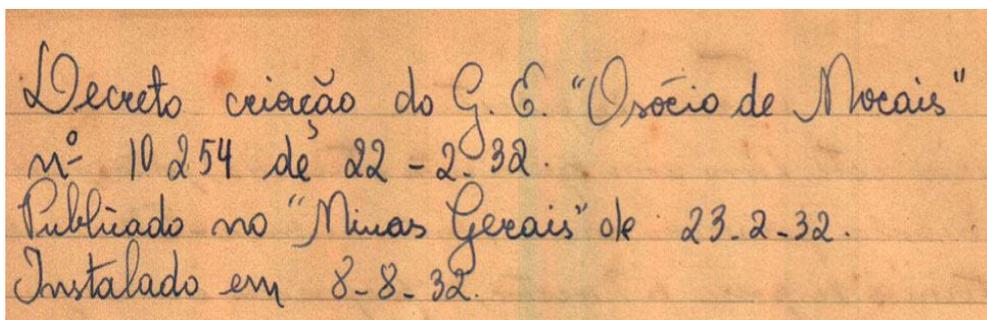


Figura 20 – Livro de Atas da Escola.

Fonte: Acervo documental da E. E. Osório de Moraes.

Foram matriculados, no primeiro ano de funcionamento do Grupo Escolar, 154 alunos. A direção da escola estava sob a responsabilidade do senhor Arthur Ferreira Brandão, e as primeiras professoras, as senhoras Maria Auxiliadora, Aracy de Paula Pontes, Nair Rosa, Maria Mercedes Machado, Maria Amaral e Maria Adalcy Araújo, as quais foram contratadas sob o efeito “[...] do anseio da população e das dificuldades de comunicação causadas pelo movimento revolucionário”⁵⁶, segundo dizeres do então diretor do grupo.

O Senhor, Artur Ferreira, em declaração feita no Livro de Atas, datado do dia 25 de junho de 1935, declara o recebimento de carteiras novas e usadas e um maço de impressos pelo então Juiz de Paz da Vila, Sr. José Ferreira de Rezende. Por falta de documentação que comprove a extinção da escola mista, acreditamos que a mesma tenha sido incorporada ao

documento. (Transcrição do Livro da Escola em ocasião do Cinquentenário da Escola, em 08 de agosto de 1988).

⁵⁶ A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um combate contra o governo provisório brasileiro exercido por Getúlio Vargas desde que tomou o poder em 1930. O movimento de insatisfação foi liderado pelo estado de São Paulo, que sofria com sansões do governo e tinha perdido espaço político com a presença do gaúcho Getúlio Vargas no poder. Assim, os desentendimentos se tornaram um conflito armado de grandes proporções exigindo a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil. Disponível em: < <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/os-combates-da-revolucao-constitucionalista-de-1932/> >.

Grupo Escolar Osório de Morais, pois esta instituição já se encontrava legalmente estabelecida, atendendo à nova política educacional de grupos primários.

Abaixo, na Figura 21, podemos observar as doações feitas pelo estado, em novembro de 1932.

Relação da mobília recebida pelo Grupo Escolar desta
vila, em 42 volumes, conforme ofícios n.ºs 1.283 e 1.300,
de 25 e 30 de Novembro p. passado.

21 cadeiras de madeira
3 poltronas
1 " giratoria para a directoria
1 sofá
6 armarios com portas de vidro para as salas de aula.
2 " " " " para o gabinete
1 toldador com espelho
1 porta-chapeus com espelho
6 quadros-negros, com suportes
10 cabides para os alunos
7 porta-talhas
1 mesa com três gavetas para o gabinete (secretaria)
6 mesas para as salas de aula.

Nota: Sobre os armarios, chegaram com vidros
quebrados, achando-se os de mais em perfeito estado.
Coromandel, 2 de fevereiro de 1933
Arthur Ferreira Brandão.

Figura 21 – Livro de Atas da Escola

Fonte: Acervo documental da E.E. Osório de Morais.

Um dos materiais imprescindíveis para o desenvolvimento da prática pedagógica era o quadro-negro, conforme Regulamento do Ensino em 1927, apesar de os registros não constarem o uso de cadernos individuais ou de nenhum outro artefato para as transcrições das lições.

[...] o quadro-negro será fixo, medindo, no mínimo 2 metros por 1, sendo preferível o de vidro despolido em uma das faces e a outra pintada em negro. Poderá, entretanto, ser de ardósia, de madeira ou de tela americana. § 1º – A superfície do quadro negro, seja qual for a matéria escolhida, deverá ser despolida, de maneira a evitar que funcione como espelho; § 2º – Para limpar o quadro-negro serão proscritos os processos atuais, adotando-se uma esponja umedecida. § 3º – São proibidas as ardósias individuais (MINAS GERAIS, 1927).

Dos arquivos constam que, no período de março a julho de 1933, a senhora Nair Rosa, foi nomeada diretora substituta do Grupo Escolar Osório de Morais. Já, em primeiro de julho

do mesmo ano, toma posse no cargo de Diretor Efetivo, o Senhor Gilto Xavier de Alcântara, o qual fora removido do Grupo Escolar do Rio Paranaíba. O referido diretor não permaneceu no cargo por muito tempo, já que, em fevereiro de 1934, dona Nair Rosa, volta a assumir a direção daquela escola. Em novembro, desse mesmo ano, diplomava a primeira turma do ensino primário, em número de onze alunos.

No ano de 1936 e início de 1937, a direção da escola estava nas mãos do senhor Francisco Coura e, neste mesmo período, foi empossado o novo porteiro, senhor Alonso Amaral, em substituição ao Senhor Sebastião Carneiro, por ato do Senhor Governador do estado de Minas Gerais. Nessa época, o senhor João Amaral Machado era o Inspetor Escolar.

Em 06 de setembro de 1937, entrou em exercício para dirigir a escola, o senhor Luiz Gonçalves de Senna e Silva e, nesse mesmo ano, tomavam posse, novas professoras: Alda Borges, Geralda de Araujo, Olga Santos, Sebastiana Nunes de Souza, Dirce Mundim, Selva Silva, Maria Monteiro Lisboa, Maria de Souza Mundim, Mariinha de Lourdes Faria Silva, Maria Aparecida Amaral, Cecília Xavier de Oliveira.

A partir da década de 40, nos registros de recortes colados em cadernos, guardados por esta instituição, identifica-se a existência, na escola, do “Mensário educacional e literário dos alunos do grupo escolar”, denominado ‘*O COROMANDELENSE*’, o primeiro jornal do grupo local sob a supervisão das professoras e da diretora, o qual trazia textos colaborativos dos alunos onde explanavam sob algum tema. Pode-se notar que os dois primeiros números foram elaborados, por volta do mês de agosto de 1943, com o uso da máquina de datilografar em papel simples, mas a partir de outubro de 1943 já utilizavam as técnicas de tipografia gráfica, confeccionando seus exemplares de um modo mais profissional.

Nas Figuras 22 e 23, podemos ver imagens de páginas do Jornal “O Coromandelense”- 1943.

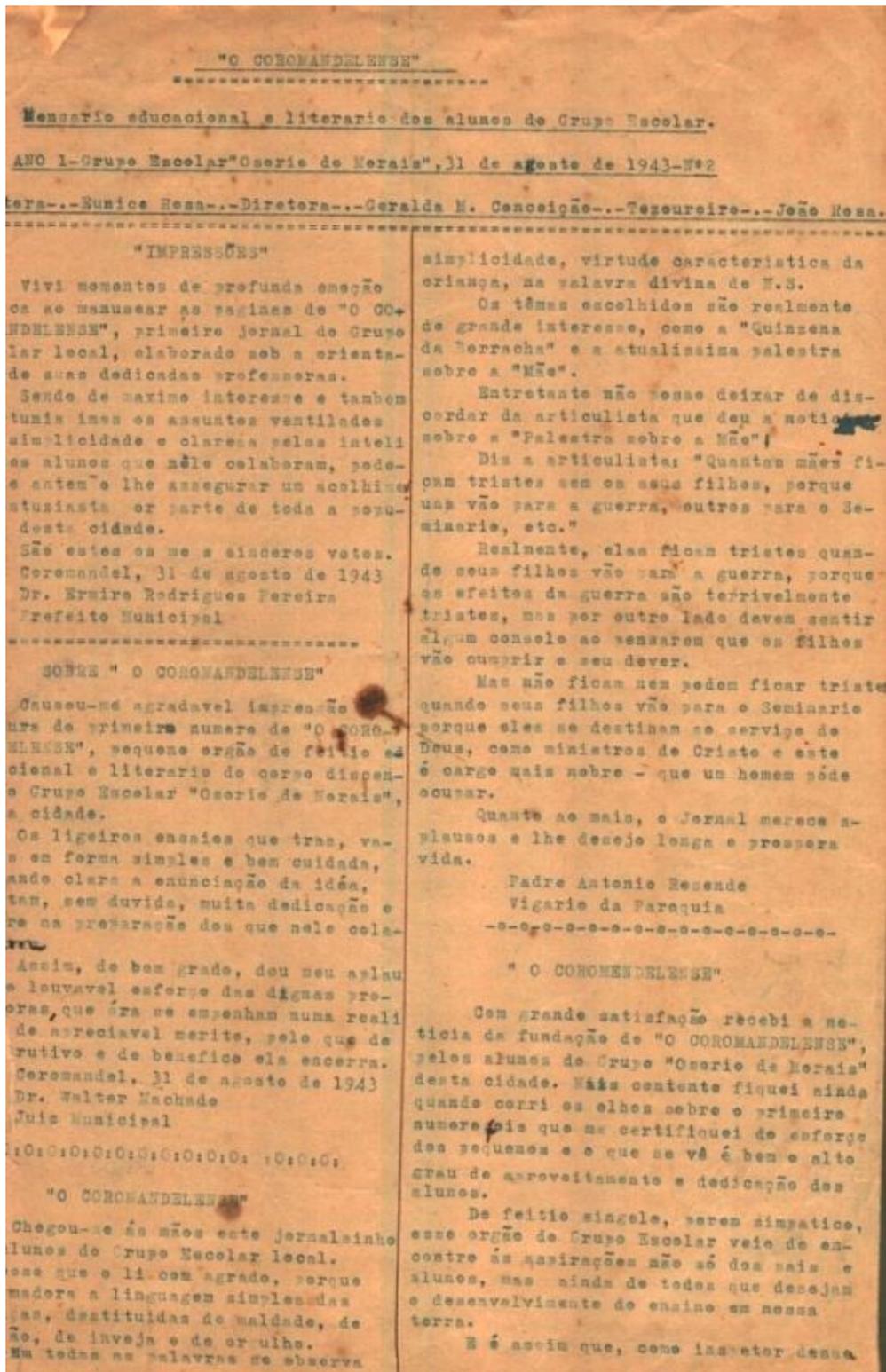


Figura 22- Edições do Jornal "O Coromandelense" - 1943

Fonte: Acervo documental da E. E. Osório de Morais.



Figura 23-Edições do Jornal "O Coromandelense"- 1943

Fonte: Acervo documental da E. E. Osório de Moraes.

Segundo o arquivo documental da escola pesquisada, em 1945, toma posse, como diretora, a senhora Geralda de Araújo, em substituição ao diretor anterior. Encontramos também registrados, nos arquivos da escola, nomes de outras dirigentes que contribuíram com o seu trabalho frente a esse grupo, mas nenhuma com tanta popularidade quanto a Sr.^a Ligia Rabelo, empossada em fevereiro, de 1951. Com a necessidade de se ausentar para fazer um curso de administração escolar no Instituto de Educação, em 1952, esta foi substituída, voltando a exercer o cargo em 1955, conforme a Ata registrada neste mesmo ano, transcrita abaixo:

Aos nove (09) dias do mês de fevereiro de 1955, perante mim, Padre Lázaro Menezes, Inspetor Escolar Municipal, depois de exibir um telegrama do Sr. chefe do Departamento do Ensino Primário, tomou posse e entrou em

exercício do cargo de diretora técnica do G. E. “Osório de Moraes”, desta cidade, a professora padrão M-A, Lígia Rabelo, que prestou o compromisso de bem servir a causa do ensino.

Coromandel, 9 de fevereiro de 1955.

(ass) Pe: Lázaro Menezes Inspetor Escolar

Lígia Rabelo, Diretora Técnica.

A popularidade de Dona Lígia Rabelo, frente aos trabalhos do grupo escolar, tornou-a admirada pelos alunos, pais e comunidade local, pois, até os dias de hoje, algumas pessoas ainda se referem ao grupo como sendo *O grupo da Dona Lígia*. Como diretora, de 1955 a 1998, ela administrou a escola por 39 anos, sem contar os primeiros seis anos (1949 a 1954) que atuou como professora do Grupo Escolar.

Prosseguindo com o levantamento dos documentos escolares, encontramos livros que eram destinados ao registro de posse dos funcionários do Grupo Escolar, datados de 1932 a 1957, e um outro livro que serviria para registros de comemorações, datado no ano de 1933. Constatamos, ainda, que havia um outro livro, destinado ao registro de fatos importantes, dentre os quais, estão: a data de fundação da Caixa Escolar - 03/08/1933, que de acordo com a resolução 2289/77 de 09 de março de 1977, passou a ter a denominação de Caixa Escolar Osório de Moraes; o registro da fundação da cantina escolar, em 01 de agosto de 1945. Em outro arquivo, encontramos mais três livros, um datado no ano de 1948, o qual serviria para registros de ofícios e avisos, expedidos pela diretoria da escola, em cujo final evidenciamos colagem de jornais advindos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Seu último registro está datado em 30/03/1949. Em relação ao ano de 1961, resta, apenas, um livro de registro do controle de entrada e saída dos professores.

No acervo encontrado, identificamos a instalação da biblioteca do grupo escolar. No entanto, apesar do Regulamento de 1921 da Secretaria de Estado decretar a implementação da biblioteca nos grupos escolares, a pesquisa indicou uma divergência no que se refere a sua fundação e instalação. Em um dos documentos, consta o ano de 1943, em outro, o ano de 1946, porém, a certeza é de que seu funcionamento se deu a partir de 1951. Pelo fato de não constar no acervo outros documentos que possam identificar e constatar a data precisa, essa constatação ficará em suspenso.

Assim, o processo de resgate do acervo documental do Grupo Escolar Osório de Moraes no marco 1932-1961, ora pesquisado, traz-nos múltiplas informações pertinentes ao contexto histórico educacional. Porém, notamos uma carência no acervo documental da escola no que diz respeito aos registros de matrículas, boletins individuais, fichas dos alunos com

descrições mais específicas, livro de chamadas dos alunos, registros dos termos de visita dos inspetores, fotos, jornais, material impresso ou videográfico, etc.

A princípio, tentamos verificar se existia algum documento de interesse da pesquisa nos arquivos junto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e ao Arquivo Público Mineiro (APM), mas, até a presente data, não recebemos resposta. Fato este que nos leva a deduzir que muito se perdeu ao longo do tempo, devido ao descarte impróprio, ou mesmo por fatores ambientais de conservação e, provavelmente, por ter sido transformado em arquivo morto, deixando apenas certa “nostalgia” a quem se propõe a adentrar neste campo de pesquisa.

Constatamos, com este estudo, a realidade em que se encontra o acervo documental do Grupo Escolar Osório de Moraes, isto é, a falta de uma política na gestão de documentos em relação à organização e preservação dos arquivos existentes na escola, o que interfere na sistematização do conhecimento histórico escolar. Identificamos, também, que não existe no município a definição de uma proposta voltada para a preservação do patrimônio histórico escolar, o que, por sua vez, dificulta a realização do trabalho do pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez. Assim não era possível atingir toda a verdade porque a meia pessoa que entrava só conseguia o perfil de meia verdade. E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil. E os meios perfis não coincidiam. Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta. Chegaram ao lugar luminoso onde a verdade esplendia os seus fogos. Era dividida em duas metades diferentes uma da outra. Chegou-se a discutir qual a metade mais bela. E era preciso optar. Cada um optou. Conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.

Com o presente estudo, objetivamos, por meio do acervo documental da Escola Estadual Osório de Moraes, traçar a sua trajetória histórico-educacional, procurando levantar informações pertinentes, a respeito da importância de se “resguardar” seus documentos para que se construa a história da escola de maneira contínua, sem a interferência de “buracos negros”. Esta pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental. Para tanto, a Pesquisa Bibliográfica foi realizada, a partir de um levantamento de referenciais teóricos; e a Pesquisa Documental foi realizada no arquivo da própria escola.

O objeto de nossa pesquisa foi sendo problematizado e se configurou com o desenvolvimento de nosso trabalho, sem esgotarmos as possibilidades de futuras análises e pesquisas. É válido destacar que todas as indagações, apresentadas na introdução deste trabalho, foram respondidas no decorrer da pesquisa.

A escola é o lugar ideal para a materialização de concepções, procedimentos e práticas representativamente cotidianas, quando se faz o uso da elaboração e construção do seu acervo documental. É nesse lugar que acontece o processo de rotina, por meio do registro material e sua preservação, gerando o ‘ciclo vital escolar’ dos que nela participaram direta e indiretamente ou que, de alguma forma, contribuíram para construção da história escolar.

Isso ocorre, devido à rotatividade burocrática do dia a dia nas escolas, por meio de ações legais, em relação as suas atividades, apenas com um objetivo imediato, não tendo em vista uma utilização ulterior, sem a consciência da historicidade ou caráter de fonte que poderia vir a assumir mais tarde (ROUSSO, 1996), e de outros tipos de documentação, como

cadernos dos alunos, jornais, fotografias, etc., que não menos importantes, também são parte coadjuvante no enredo da trama escolar.

A reconstrução perfeita, praticamente, não existe, uma vez que todo trabalho de pesquisa tem um viés crítico e problemático, podendo ser em relação ao que se procura ou ao que se encontra, ficando sempre uma lacuna aberta, no que diz respeito à ausência de informação. Assim, após os estudos realizados, ao longo deste trabalho, no que se refere à organização do acervo na Escola Estadual Osório de Moraes, podemos dizer que este atende ao que lhe é imposto, mas apenas em sua superficialidade. Por não existir uma pessoa responsável, propriamente dita, para a função de arquivista, esta acaba sendo uma tarefa de todos os integrantes da administração da escola, o que nos leva a inferir que essas práticas apenas foram sendo repassadas ao longo do tempo, valendo-se de técnicas apenas para a organização do ambiente.

O conjunto de documentos, por nós, levantados, em relação ao Arquivo do Grupo Escolar Osório de Moraes, permitiu-nos trazer, à tona, fatos importantes sobre a referida escola. Evidenciamos, com esta pesquisa, que alguns documentos existentes encontram-se em fase eminente de deterioração. Entretanto, é possível recuperar estes documentos, considerados mais antigos e com maior valor histórico, por meio do processo de digitalização. Dessa forma, essa ação possibilitará a preservação dos arquivos, para que futuras gerações possam ter conhecimento do patrimônio histórico escolar e cultural do município.

O ideal, também, seria a criação de um banco de dados, por meio de uma análise criteriosa das principais características dos documentos de arquivo, racionalizando o volume de documentos, caso a eliminação fosse necessária, assim, resguardando a acessibilidade aos documentos e preservando o seu ‘valor’, o acervo da escola cumpriria o seu papel social. Esta preservação digitalizada garantiria as informações, a autenticidade dos documentos, antes que o que é considerado pouco em questão de ‘massa documental’ da escola se perca pela ação humana ou pelas intempéries do tempo.

É fato que há uma expressiva lacuna em relação a alguns períodos, entretanto é preciso valorizar e salvaguardar o patrimônio histórico escolar existente. Acreditamos que há, também, situações de descarte de arquivos, principalmente daqueles que já passaram de uma década de existência e permanecem em algum ambiente da escola. Por falta de conhecimento de seu valor histórico, muitas instituições eliminam indiscriminadamente seus documentos, guardando apenas aqueles que dizem respeito aos registros administrativos, por exemplo, transferências, históricos escolares, diários. Neste contexto, faz-se necessário que a escola

procure, por meio de sua secretaria, recursos financeiros e humanos para traçar políticas específicas para a preservação, tratamento, organização e recuperação de seu acervo escolar.

Ressaltamos que a preservação do acervo documental da Escola Osório de Moraes é de grande importância para o contexto histórico cultural da cidade, pois ela faz parte da história de Coromandel. É importante destacar que os arquivos escolares em geral, representam uma contribuição de alto valor científico e cultural para a história e historiografia da educação brasileira.

Com uma arquitetura moderna, a referida escola representava o que era de mais avançado no campo educacional, expandindo o ensino obrigatório, atendendo a um maior número de crianças, como pode ser visto nos Livros de Atas do acervo da escola. Evidenciamos, ainda, que os grupos escolares não se destacaram apenas pelos seus prédios suntuosos, mas também pelo método de ensino adotado nestes novos moldes de escolas, ou seja, o Método Intuitivo ou lição de coisas. Com este novo modo de educar, acreditava-se que se rompia com o modelo antigo e ultrapassado.

O que foi extraído da massa documental disponível permite-nos reconstruir uma escola com limitações de infraestrutura, entretanto estas foram sanadas com a construção da nova instalação, em prédio próprio, a partir de 1932, em meio ao entusiasmo da comunidade e com o viés político da época. Notamos que os relatos encontrados nos livros mostram uma tipologia documental que apresenta dados voltados para o funcionamento da instituição, mas que trazem também algumas inserções de relatos sobre o contexto histórico da cidade e algum de seus personagens principais.

A partir do recorte cronológico da pesquisa, observamos que, além dos assuntos sobre matrícula, rotina de secretaria, termos de visita, dentre outros, algumas ações dos sujeitos escolares, relativas à administração do ensino primário, podem ser observadas por meio dos dados de frequência dos alunos inseridos no livro de registro para tal. Observamos que a evasão escolar foi bastante acentuada, no período em questão, quando comparado ao número de matriculados, com o número de alunos frequentes. Os reais motivos da evasão só serão descobertos mediante uma pesquisa mais aprofundada, utilizando-se de documentos da época.

À luz dessa investigação, em relação ao no arquivo escolar, foi possível confirmar a necessidade de um olhar crítico-reflexivo sobre os dados obtidos, pois as lacunas existentes demonstram que muito ainda poderá ser pesquisado no sentido de se compreender como a história da educação e as políticas públicas educacionais efetivam-se, ao longo da trajetória das instituições de ensino, retratando, simultaneamente, o processo social e cultural da sociedade local e regional.

Com esta pesquisa, pretendemos contribuir com a preservação da história e memória do Grupo Escolar Osório de Moraes, uma vez a memória é o mecanismo principal para a construção da identidade social e local. Evidentemente, temos consciência de que não conseguimos explorar todos os dados pesquisados, entretanto, temos a certeza de que a discussão, ora levantada, poderá despertar em outros pesquisadores o interesse de se pesquisar a respeito desta instituição de ensino, a qual é caracterizada como escola excelência em educação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - AGCJ. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/o-arquivo-historico-secXXI.html>>. Acesso em: 1 set. 2012.

_____. **Estrutura Organizacional e Funções**. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/o-arquivo-estrutura.html>>. Acesso: 10 out.2012.

_____. **Histórico - Século XXI**. Disponível em:<<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/o-arquivo-historico-secXXI.html>>. Acesso em: 8 out. 2012.

AGUIAR, F. R. S.; DURÃES, S. J. A. **Grupo Escolar Gonçalves Chaves**: um novo projeto escolar na cidade de Montes Claros/MG (1906-1927). Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo8/completos/grupo-escolar.pdf>>. Acesso em 2 jan. 2013.

AGUIAR, J. M. de. **Coletânea MAI da legislação federal do ensino**: da reforma Benjamin Constant à reforma Darcy Ribeiro. Belo Horizonte: Lâncer, 1997.v.3..

ALMEIDA, J. R. P. de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**: história e legislação. São Paulo: EDUC, 2000.

AMORIM, E. D. *et al.* **Gestão Documental nas Organizações Arquivísticas**: a Preservação da Memória. Disponível em:<<http://laplace.dcc.ufmg.br/npdi/uploads/c0a80a68-13b3-fe78.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2012.

ANDRADE, M. G. de. **A Educação Exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANDRADE, Nelson S. de.; VIEIRA, F. M.; ARAUJO, A. de A.; JUNIOR, E. A. do V.; AMORIM, E. D. **Gestão Documental nas Organizações**. Disponível em: <<http://laplace.dcc.ufmg.br/npdi/uploads/c0a80a68-13b3-fe78.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2012.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: *um guia para produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAUJO, J. C. S. **Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública**: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____; GONÇALVES NETO, W.; INÁCIO FILHO, G.; GATTI JUNIOR, D. História e Memória Educacional: Gênese e Consolidação do Ensino Escolar no Triângulo Mineiro. **História da Educação**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 5-28, set. 1997.

_____; GATTI JUNIOR, D. (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1934. v. 3. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001 de Minas Gerais, 1959.

_____. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Lex**: dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lex**: fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. Lei n. 12.572, de 18 de novembro de 2011. **Lex**: regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 19 nov. 2013..

_____. Ministério da Justiça. **Arquivo Nacional**. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. 2013. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. Secretaria – Geral do Ministério da Educação. **Divisão de Arquivo. Manual de procedimentos para o tratamento arquivístico nas escolas**. 2003. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/3414229/Manual-de-Procedimentos-Arquivos-Escolares>. Acesso em 8 jan. 2013.

BRASIL ESCOLA. August de Saint Hilare. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/biografia/august-de-saint-hilaire.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

BRASILIANA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Saint-Hilaire. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **Schola Mater**: A Antiga Escola Normal - 1911-1933. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

BURKE, P.. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARLOS, A. F. A. O Turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. Da. (Orgs.). **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, C. H. **República e Imprensa**: As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães. Uberlândia: EDUFU, 2004.

CARVALHO, L. B. de O. B. de. **A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha-MG 1911-1929)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTANHA, A. P. As fontes e a problemática em história da educação. IN: Anais da JORNADA DO HISTEDBR: a organização do trabalho didático na história da educação, VII., Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UDINERP, 2007.

CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. de. (Orgs.). **Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)**. São Paulo: Plêiade, 1999.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, R. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAVES, M. L. de S. C.; CARDOSO, L. M. C. F. R. **Diamante: a pedra, a gema, a lenda**. São Paulo: Oficina de textos, 2003. 231 p. il.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CORTEZ, M. C.; SOUZA, C. de. **Escola e Memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

COSTA, M. **A educação nas Constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional. 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FARIA FILHO, L. M. de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. Instrução Elementar no Século XIX. IN: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M.. **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: MEC/INEP, 1999.

FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2 ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Releitura da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11>. Acesso em: 20 out. 2012.

FURTADO, A. C. **Os Arquivos escolares e sua Documentação**: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. Ribeirão Preto: [s.n.], 2011.

GASPARETTO, JR. A. **Os Combates da Revolução Constitucionalista de 1932**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/os-combates-da-revolucao-constitucionalista-de-1932/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

GONÇALVES NETO, W. A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, v. 1, n. 1. jan./dez. 2002.

GONÇALVES NETO, W.; ARAUJO, J. C. S.; INÁCIO FILHO, G.; GATTI JUNIOR, D. Educação e Imprensa: Análise de Jornais de Uberlândia, MG, nas Primeiras Décadas do Século XX. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 6, n.10, p. 123-162, jul./dez. 1997.

GONÇALVES, A. I.; FILHO, L. M. de F. Acesso, permanência e avaliação escolar na constituição da escola primária em Minas Gerais. In.: YAZBECK, D. C. de M. e S. (Org.). **Centenário de formação dos grupos escolares em Juiz de Fora 1907/2007**. Educação em foco: revista de educação. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. (Edição Especial)

GONÇALVES, N. G.; RANZI, S. M. F. As fontes da escola e a pesquisa em História da Educação: contribuições do acervo do Colégio Estadual do Paraná para o campo das disciplinas escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 29-44, mar. 2010 - Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37/art03_37.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

GONDRA, J. G.; CARVALHO, M. M. C. de. (Org.). **Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, [s.d.].

_____. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E. M.T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Dos arquivos à escrita da História**: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 out. 2012.

JUNIOR, D. Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias para o Estudo da História da Educação Brasileira e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.76, p. 351-54, jan./ago. 1995.

KIRCHNER, C. A. S. M. **Lembranças dos tempos de escola guardadas em um baú: a constituição da escola em Ibiaí, Minas Gerais (décadas de 1910 a 1940)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2010.

LAGE, A. C. P. **Grupo Escolar**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm#_ftn1>. Acesso em: 15 jan. 2013.

LE GOFF, J. História e memória. In.: WADI, Y.M. *et al.* **Arranjo, Descrição e Catalogação dos Documentos do Fundo Rede Mulher de Educação - NDP/ Unioeste**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/ndp/REDE%20MULHER.PDF>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, T. R. P. **Escola Estadual Osório de Moraes e a sua História**. Belo Horizonte: UCMG/FUMARC, 1982.

MACHADO. M. C. T. **Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais: Caminhos cruzados de um mesmo tempo. 1950-1985**. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MAGALHÃES J. P. de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova - (verbete). In: MENEZES, E. T. de.; SANTOS, T. H. dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em:<<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=279>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

MEDEIROS, R. H. A. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3, 2003, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

MELO, J. J. P. Fontes e Métodos: Sua Importância na descoberta das heranças educacionais. In: FONTES E MÉTODOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Dourados: Ed. UFGD, 2010.

MENEZES, M. C. *et al.* **O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história**. Horizontes: EDUSF, 2005. v. 23, p. 67-76.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Disponível em:<<http://www.cultura.mg.gov.br/acervo/bibliotecas>>. Acesso em 15 jan. 2013.

_____. Arquivo Público Mineiro. **Atendimento ao Público**. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/normas-para-utilizacao-do-acervo/atendimento-ao-publico>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Arquivo Público Mineiro. **Fotografias**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/viewcat.php?cid=624&num=10&orderby=dateD&pos=620. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. Decreto n. 6591, de 30 de abril de 1924. **Lex**: converte em feminina a escola mista de Coromandel. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas:gerais:estadual:decreto:1924-04-30;6591>. Acesso em: 15 fev. 2013.

_____. Decreto n. 10.254, de 22 de fevereiro de 1932. **Lex**: cria Grupos Escolares em Coromandel, Ibiá, Ibiraci e Itajubá (2.º grupo) e Tiros. Disponível em: http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=decreto+10254+1932.norm.#h2. Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. **Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas**. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

_____. **Regulamento do Ensino Primário, 1927**. Decreto-lei nº 7.970, de 15 de outubro de 1927. ESTADO DE MINAS GERAES. Coleção das leis e decretos (1927). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1928. v. II, p. 1124-1125.

_____. Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro. **Inventário do Fundo Secretaria do Interior (1891-1957)**. Diretoria de Arquivos Permanentes, 2010. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35/. Acesso em: 23 jan. 2013.

MONARCHA, C. (Org.). **História da Educação Brasileira: Formação do campo**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

MOURÃO, P. K. C. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

_____. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NASCIMENTO, F. B. do.; SANTOS, T. H do N. A preservação de arquivos escolares diante da ausência de políticas públicas arquivísticas. In: NORONHA, O. M. **História da Educação: Sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro**. Campinas: Editora Alínea, 1998.

NEVES, G. R. *et al.* **Mapa dos itinerários de Saint-Hilaire Viagem ao Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/artigos/saint-hilaire.htm>. Acesso em: 8 nov. 2012.

O CASO do Colégio Liceu Paraibano. Disponível em: <<http://www.aarques.org.br/cna2010/anais/trabalhos-completos.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

OHIRA, M. L. B.. **Arquivos Públicos do Brasil: da realidade à virtualidade.**

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PAULA, J. A. de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEIXOTO, A. M. Barão do Rio Branco: de 1º grupo escolar a Escola Estadual- Marcos de um educandário de Belo Horizonte In.: YAZBECK, D. C. de M. e S. (Org.). **Centenário de formação dos grupos escolares em Juiz de Fora 1907/2007.** Educação em foco: revista de educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. (Edição Especial)

_____. **Educação no Brasil – Anos Vinte.** São Paulo: Loyola, 1983.

PORTAL COROMANDEL - *Online.* **História de Coromandel.** Disponível em: http://coromandelonline.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=54>. Acesso em: 8 out. 2012.

PORTELLA, C. M.. **Releitura da Biblioteca Nacional.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a16.pdf>>. Acesso em: 1 de out. 2012.

PRADO, E. M. **A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação.**

RIO DE JANEIRO (Estado). Projeto de Lei nº 334/2001. **Lex:** dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados, o acesso aos documentos públicos municipais e dá outras providências. Disponível em: <http://spl.camara.rj.gov.br/spldocs/pl/2001/pl0334_2001_000400.pdf>. Acesso em: 9 de out. 2012.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? In: EDUCAR EM REVISTA. n. 18. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

RECANTO Caipira. Goiás. **Biografia.** Disponível em:<<http://www.recantocaipira.com.br/goia.html>>. Acesso em: 6 nov. 2012.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira.** São Paulo: Cortez, 1987.

ROCHA, F. C. C. da. **A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará (1907-1916).** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, J. C. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: EDUSP, 1986.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p.85-91, 1996.

SAINT-HILARE, A. **Viagens às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.. (Orgs.). **História da Educação: Perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 1999.

SANTANA, S. R. do N. **Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926)**. São Cristóvão: [s.n], 2012.

SANTOS, L. J. dos. **História de Minas Gerais: resumo didático**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÁ-SILVA, J. R. ALMEIDA, C. D. GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S.l], n. 1, jul. 2009.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **História e História da Educação: O Debate teórico-Metodológico Atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHELBAUER, A. R.. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

_____. Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **História e Memórias da Educação no Brasil**. 2. Ed. v. 2. Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 132-149.

SCHUMACHER, M. da G. S. B.; ZOTTI, S. Levantamento e Catalogação de fontes primárias e secundárias da história da educação no município de concórdia. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 27, p.243 –255, set. 2007 .Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/27/art20_27.pdf>. Acesso em: 4 set. 2012.

SILVA, E. C. L. O arquivo escolar: fontes para o estudo da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - SBHE, 3., 2004; CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2., 2004. **Anais...** Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2004. v. 1. p. 47-48.

SILVA, E. L. da.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, J. C. da. **Educação e Positivismo no Brasil: Arquivos e Fontes para a pesquisa.**

SILVA, V. de A.. **O Grupo Escolar de Itaúna: a constituição do primeiro grupo escolar da cidade de Itaúna e a trajetória dos alunos matriculados no primeiro ano em 1908.** 2010. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Vania.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2013.

SILVA, V. de M.. **O ideário educacional republicano e a implantação dos grupos escolares no Brasil: uma leitura.** Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Vivia%20de%20Melo%20Silva%20TC.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SÓLIS, S. S. F. Documentos, fontes e arquivos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Memória e educação. Rio de Janeiro: IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. p. 53-63.

SOUSA, C. P. de. (Org.). **História da Educação: Processos, Práticas e Saberes.** São Paulo: Escrituras, 1998.

SOUSA, S. T.; ARAUJO, J. C. de S.; RIBEIRO, B. de O. L. (Orgs.). **Grupos Escolares na Modernidade Mineira: Triângulo e Alto Paranaíba.** Campinas: Alínea, 2012.

SOUZA, M. C. C. C. de. **Escola e Memória.** Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910).** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TEIXEIRA, T. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central.** Uberlândia: Uberlândia Gráfica Editora, 1970.

TORRES, J. C. de O.. **História de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. v. 1, 2, 3.

VALADARES, N. M.B. V.. **O governo Vargas e a história da Educação de Coromandel: Um estudo sobre o Grupo Escolar Osório de Moraes (1932 a 1945).** 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) em Metodologia do Ensino Superior, Faculdade Cidade de Coromandel, Coromandel, 2008.

VASCONCELLOS, F. **Lições de pedagogia experimental.** Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1999.

VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação.** São Paulo: EDUSP, 2001.

VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. C. de. (Orgs.). **A memória e a sombra: A escola brasileira entre o Império e a República.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WADI, Y. M. *et al.* Arranjo, Descrição e Catalogação dos Documentos do Fundo Rede Mulher de Educação - NDP/ Unioeste. In: JORNADA CIENTÍFICA DA UNIOESTE -

Unioeste - PRPPG – 3, Campus de Marechal Cândido Rondon - PR. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/ndp/REDE%20MULHER.PDF>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

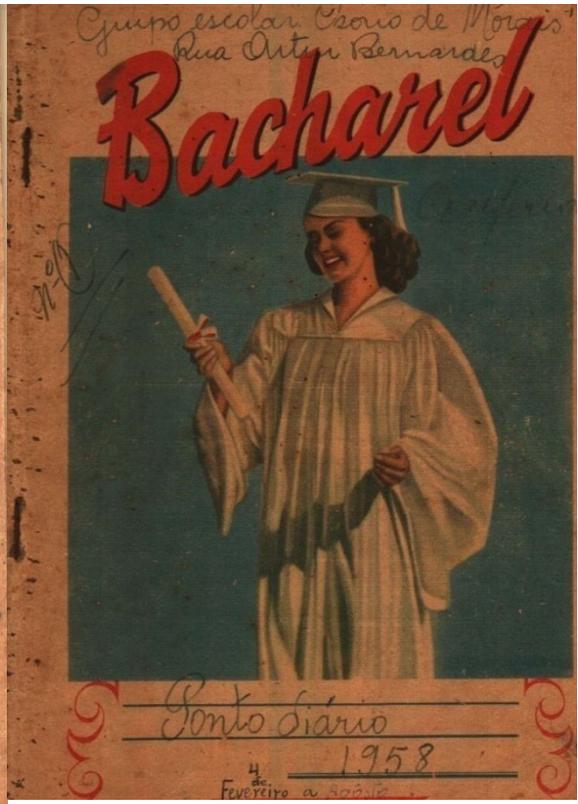
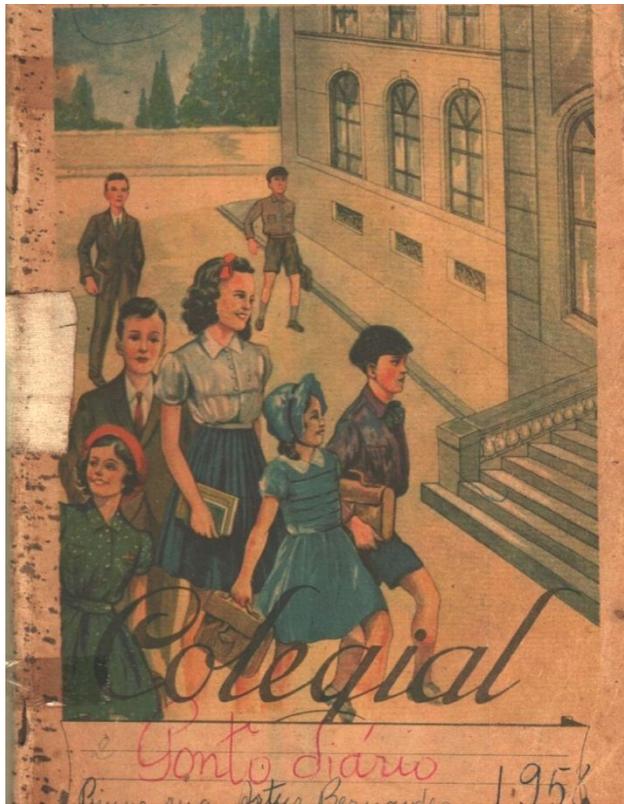
XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). São Paulo: Papyrus, 1990.

YAZBECK, D. C. de M. e S.. (Org.). Centenário de formação dos grupos escolares em Juiz de Fora 1907/2007. In: YAZBECK, D. C. de M.; SILVA, D. C. de M. da. **Grupo escolar**: o símbolo da república, através das páginas da imprensa local de Juiz de Fora. Educação em foco: revista de educação. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. (Edição Especial)

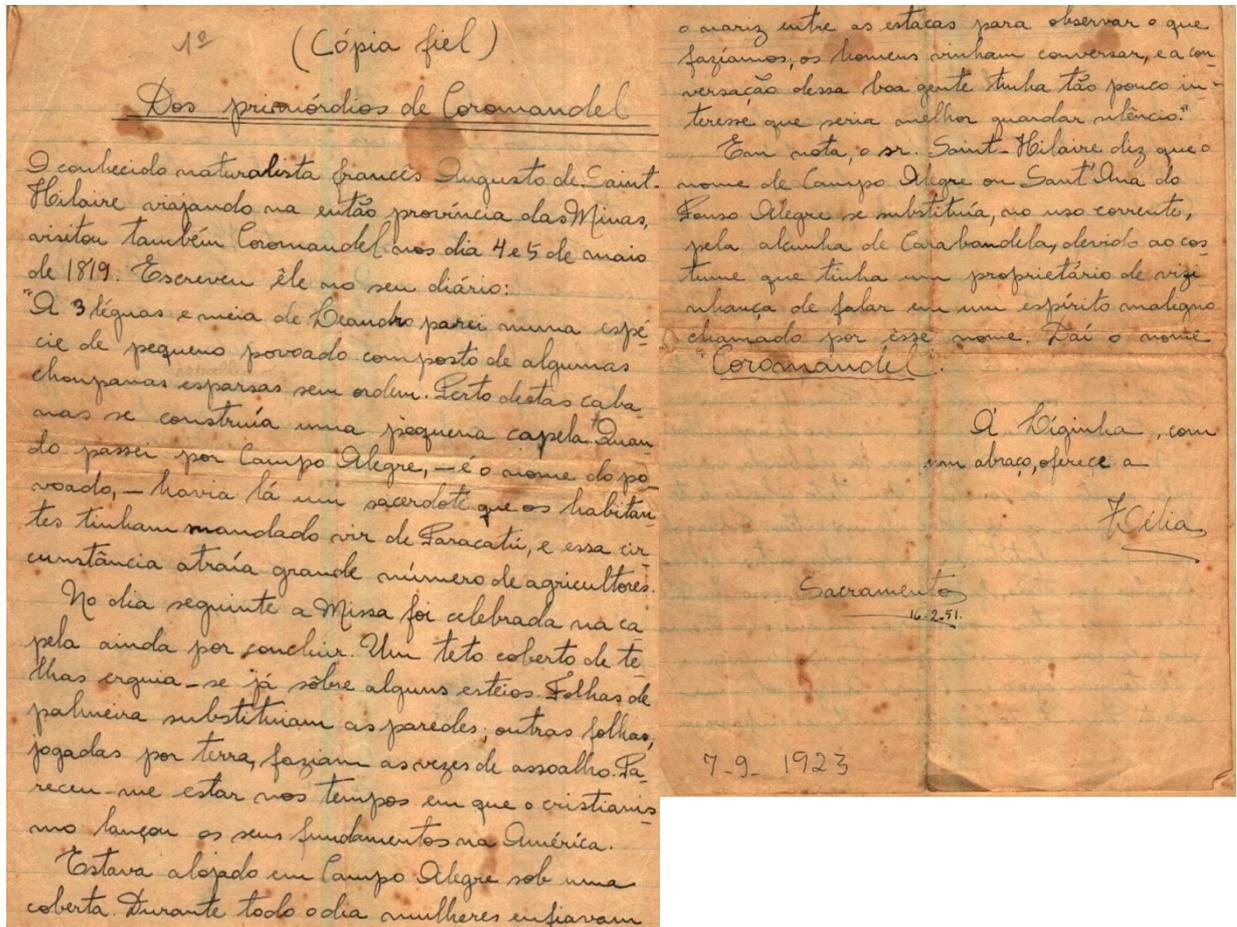
_____. Centenário de formação dos grupos escolares em Juiz de Fora 1907/2007. In: YAZBECK, D. C. de M.. **O Estado e a organização da educação republicana em Minas Gerais**. Educação em foco: revista de educação. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. (Edição Especial).

ANEXOS

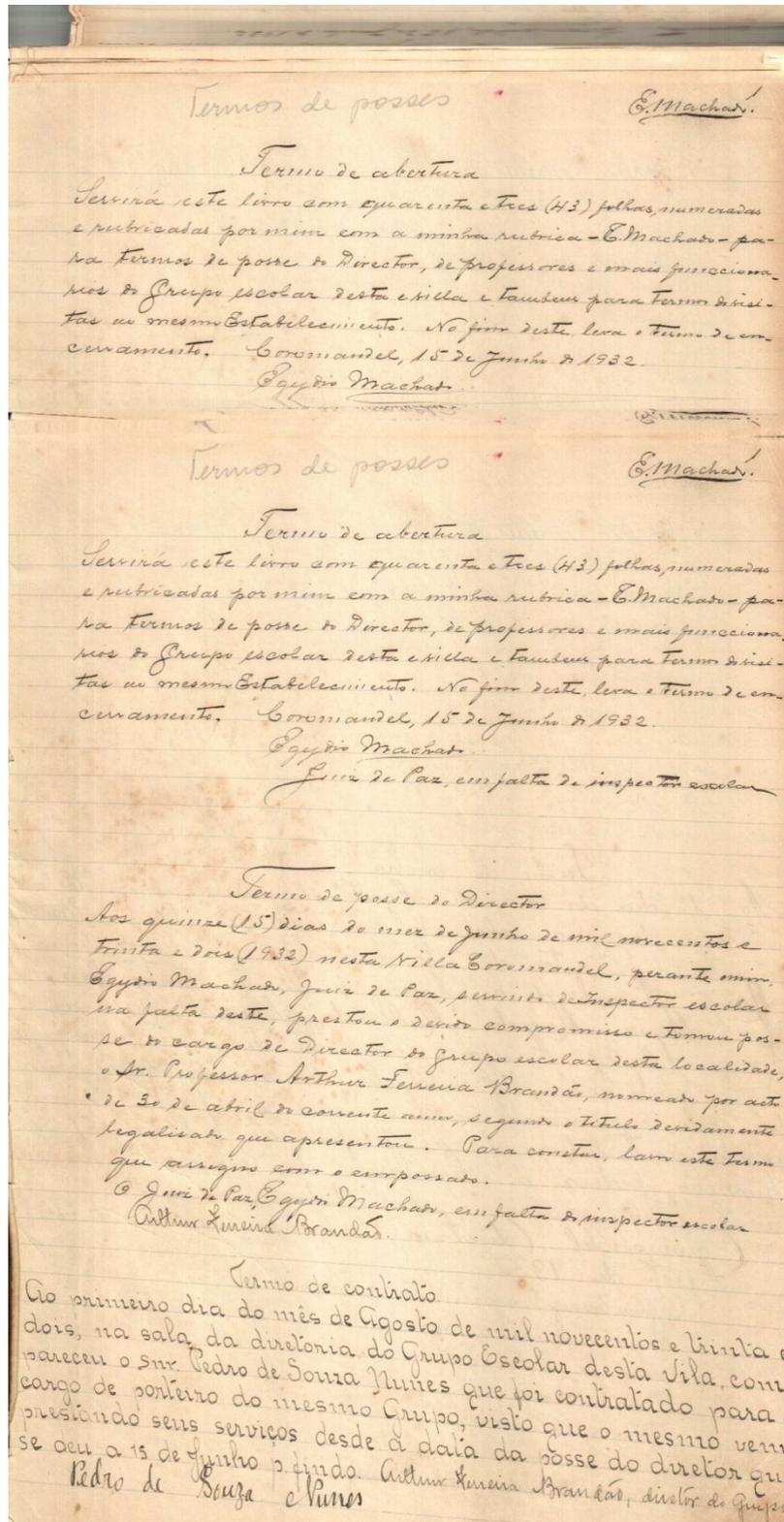
ANEXO A - Capas dos cadernos de ponto diário – 1954/1958



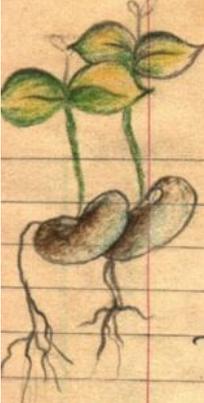
ANEXO B - Cópia transcrita do Livro de Saint-Hilaire - 1951



ANEXO C - Página do Termo de abertura para posse de diretor, professor, e demais funcionários e visita – 1932



ANEXO D - Registro do Jornal "Sementinha" datado no ano 1963



Sementinha

Orgão mensal do Grupo escolar "Osório de Moraes"
 Ano XVIII Nº de edições 144
 Coromandel Minas Gerais Brasil
 Diretores 3. e 4.º séries
 Abril de 1963

Salve América

Nós todos gostamos desta querida e bela América.

A América não é ninguém: são todos. E cada qual tem no seio dela o mesmo direito a ideias, a palavra à associação.

A América não é um sistema, nem uma forma de governo; é o céu, o solo a tradição, o lar o berço os filhos e o túmulo dos antepassados a comunidade da lei da língua e da liberdade.

Os que servem são os que não mudam; mas resistem, mas praticam a justiça

a admiração.
 Salve nossa querida América.

Helena Maria Resende
 4ª série Primária.
 110º 11.

Homenagem



Dentre muitos brasileiros
 Que a história sabe exaltar
 Falamos de Tiradentes
 Herói de nome sem par

Louçou com a liberdade
 Da sua terra querida
 Revoltado sábio
 Por ver a Pátria oprimida

ANEXO E - Termo de posse - 1936

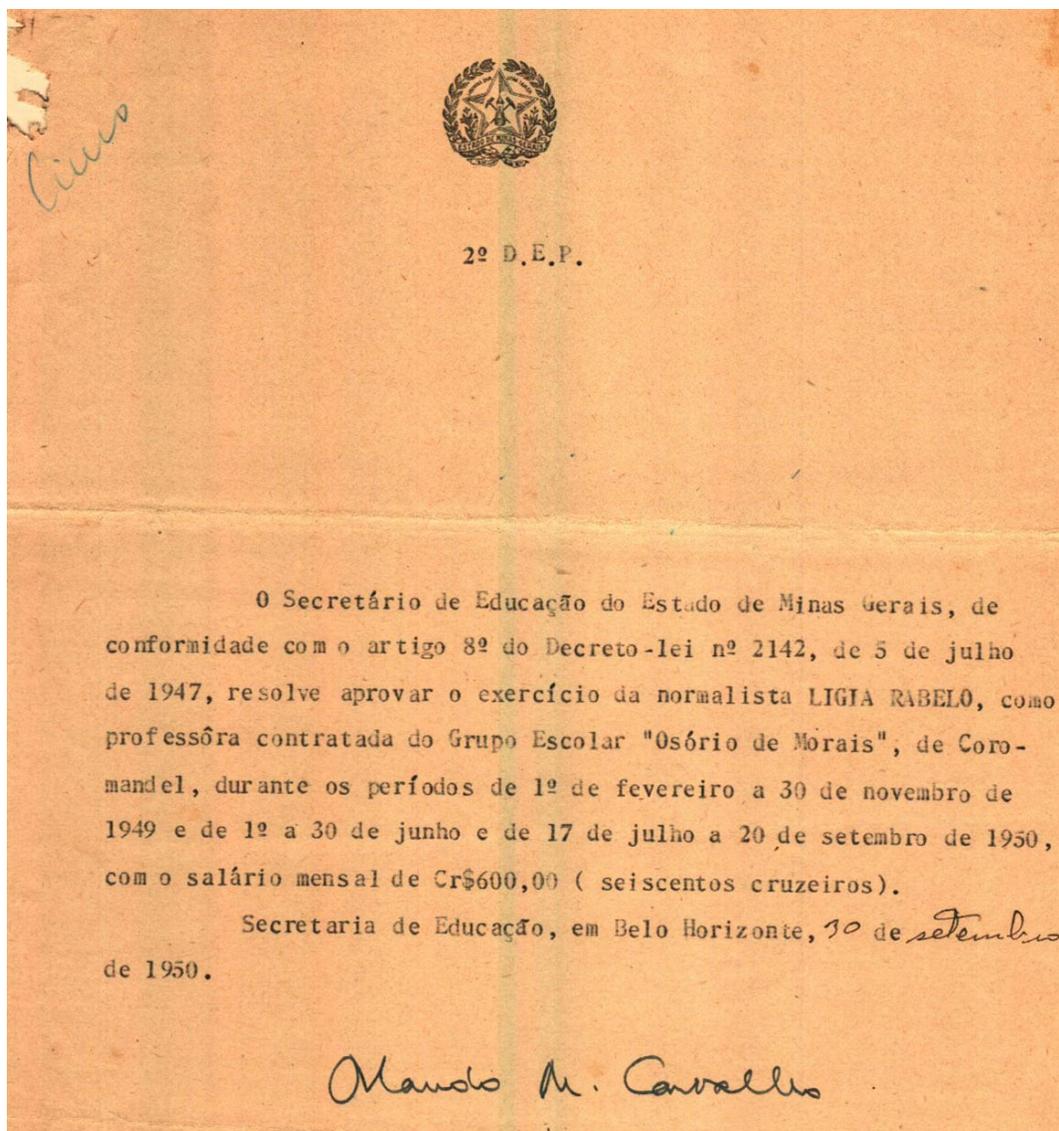
Termo de posse
 Et 1º de abril de mil novecentos e trinta e seis, presente,
 nesta Diretoria do Grupo Escolar de Caromandel a Profª interina
 Maria da Conceição Amaral, contratada por acto

Termo de posse
 Et 1º de abril de mil novecentos e trinta e seis, perante mim
 Francisco Loure, Director do Grupo Escolar tomou posse e
 entrou em exercício do cargo de professora interina Maria
 da Conceição Amaral, que apresentou o respectivo título de
 nomeação devidamente legalizado.

Caromandel, 1º de Abril de 1936
 Francisco Loure Director do Grupo
 Maria da Conceição Amaral, professora interina



ANEXO F - Termo de contrato da professora Lígia Rabelo – 1950



ANEXO G - Registro da Biblioteca - 1946

Ministério da Educação e Cultura
Instituto Nacional do Livro

Registro de Biblioteca.

Nome completo da Biblioteca: Marta Nair Monteiro
Rua: Luizolente Vargas N.º 90
Localidade: Coromandel Município: Coromandel Estado: Minas Gerais

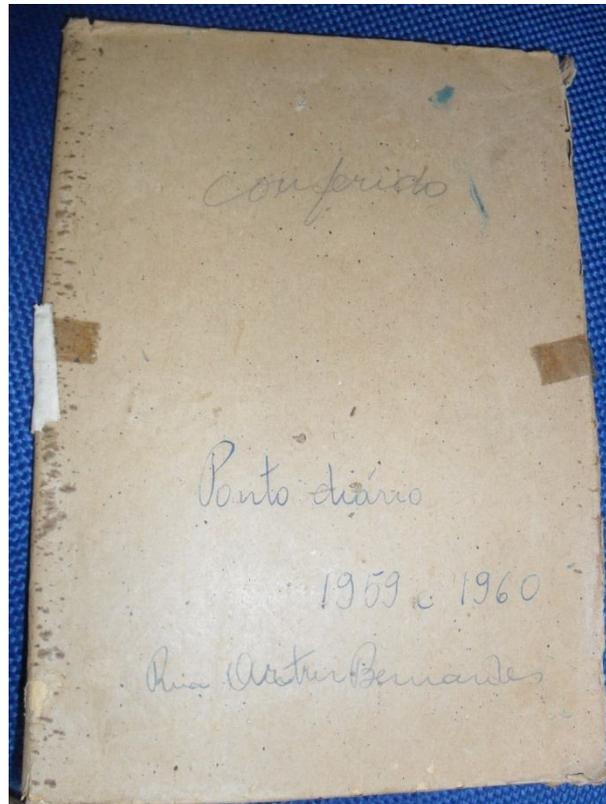
Data da fundação 8-4-1946 da instalação 17-10-1946 e em atual 28
É oficial? não Federal Estadual ou municipal? —
Subordinada a que instituição? —
Não sendo oficial qual a instituição que a mantém? Grupo Escolar "Osorio de Moraes"

É pública? não Privativa? sim Geral ou especializada? especializada
Qual a especialização? Pedagogia
Em que dias funciona? diariamente
Qual o horário? das 7 horas às 17,30 horas
Qual a média de consultantes? 732
Quais os assuntos mais lidos? Pedagógicas

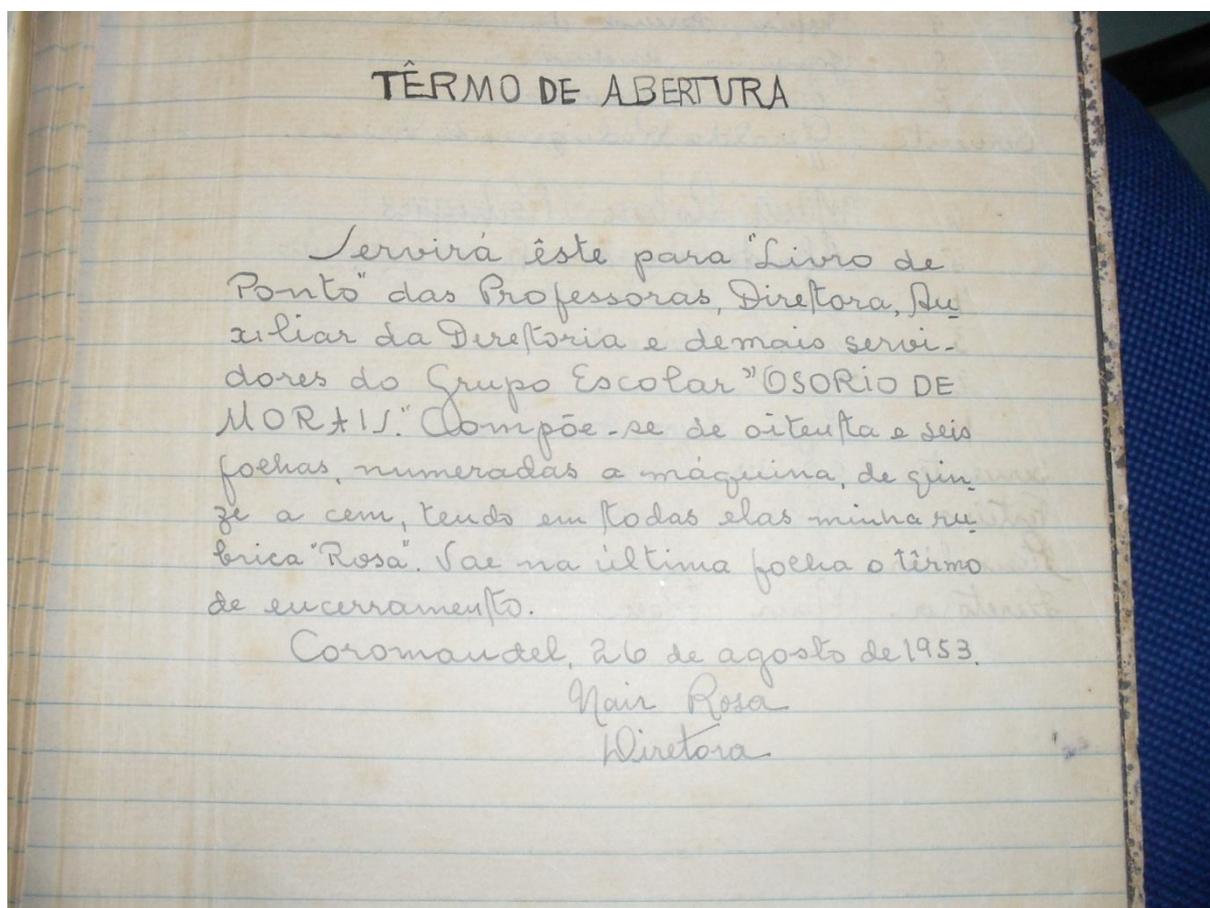
N.º de funcionários. — De técnicos. — são remunerados? —

Tem verba própria? não Quanto? —
Ha livro de inventário? sim Na classificação, adota o sistema decimal? sim
Ha catalogos? não Quais? —
O leitor tem livre acesso às estantes? sim Ha empréstimo domiciliar? sim
- Quais as iniciativas culturais? (exposições conferências etc)? —
- Que espécies de obras interessa receber? pedagógicas
Data - 17 de Setembro de 1946
Firma - (assinatura)

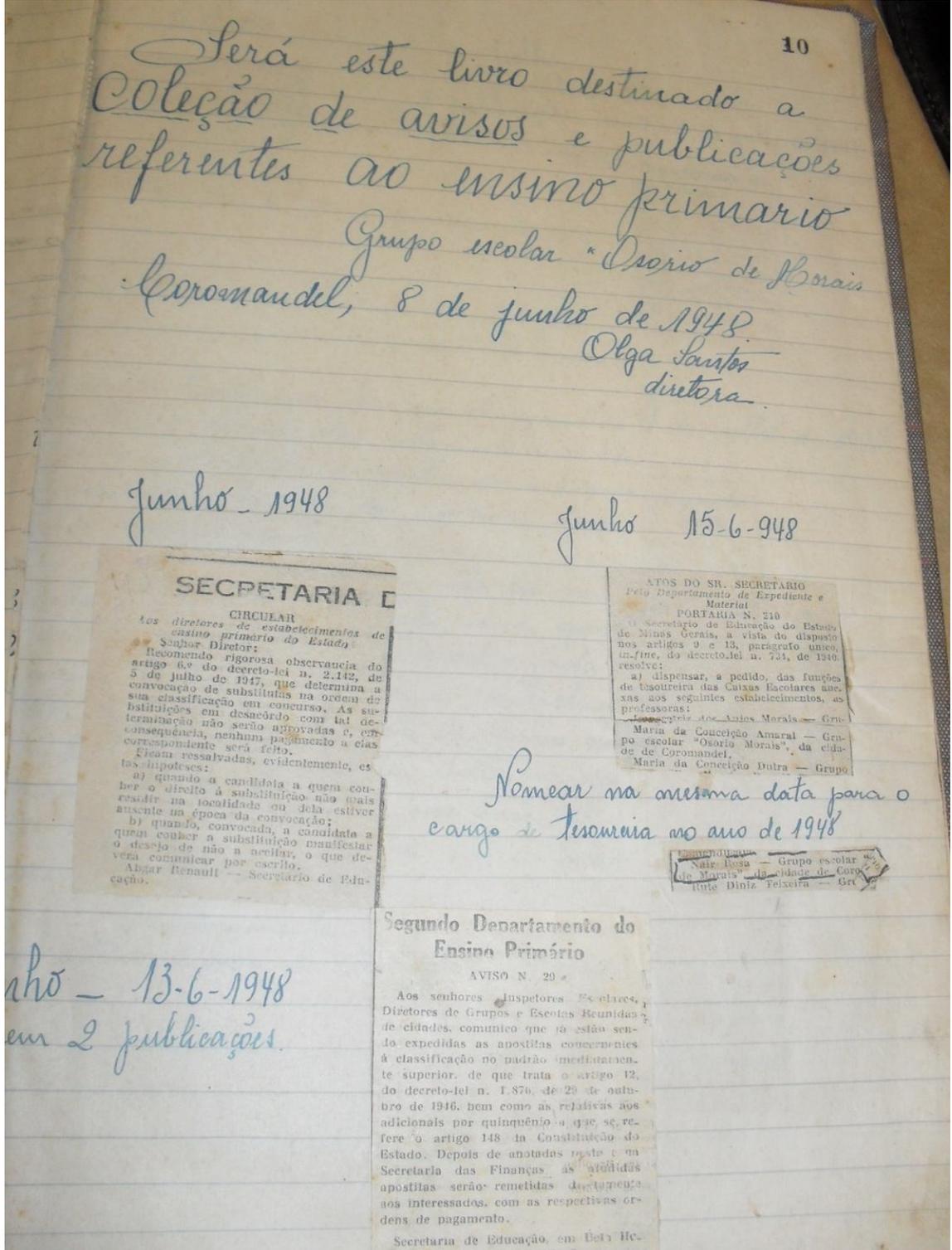
ANEXO H - Livro de ponto diário dos professores - 1960



Classes	Diã 2 de maio 1960 1º turno	Horas
Entrada		
13	Água Santa de Jesus	6,55
14	Erani Rodrigues	6,50
15	Maria das Dores Araújo Matias	
16	Maria de Lourdes Rabelo	6,50
17	Amélia Maria Resende	6,45
18	Maria Gerarda de S. Santos Linda	6,50
13	Água Santa de Jesus	
14	Erani Rodrigues	
15	Maria das Dores Araújo Matias	
16	Maria de Lourdes Rabelo	
17	Amélia Maria Resende	
18	Maria Gerarda de S. Santos	
Professora Gerolinda Rodrigues de Lima Gomide		
Auxiliar		
Diretora Lígia Rabelo		

ANEXO I - Termo de posse – 1953

ANEXO J – Livro para Coleção de avisos e publicações – 1948



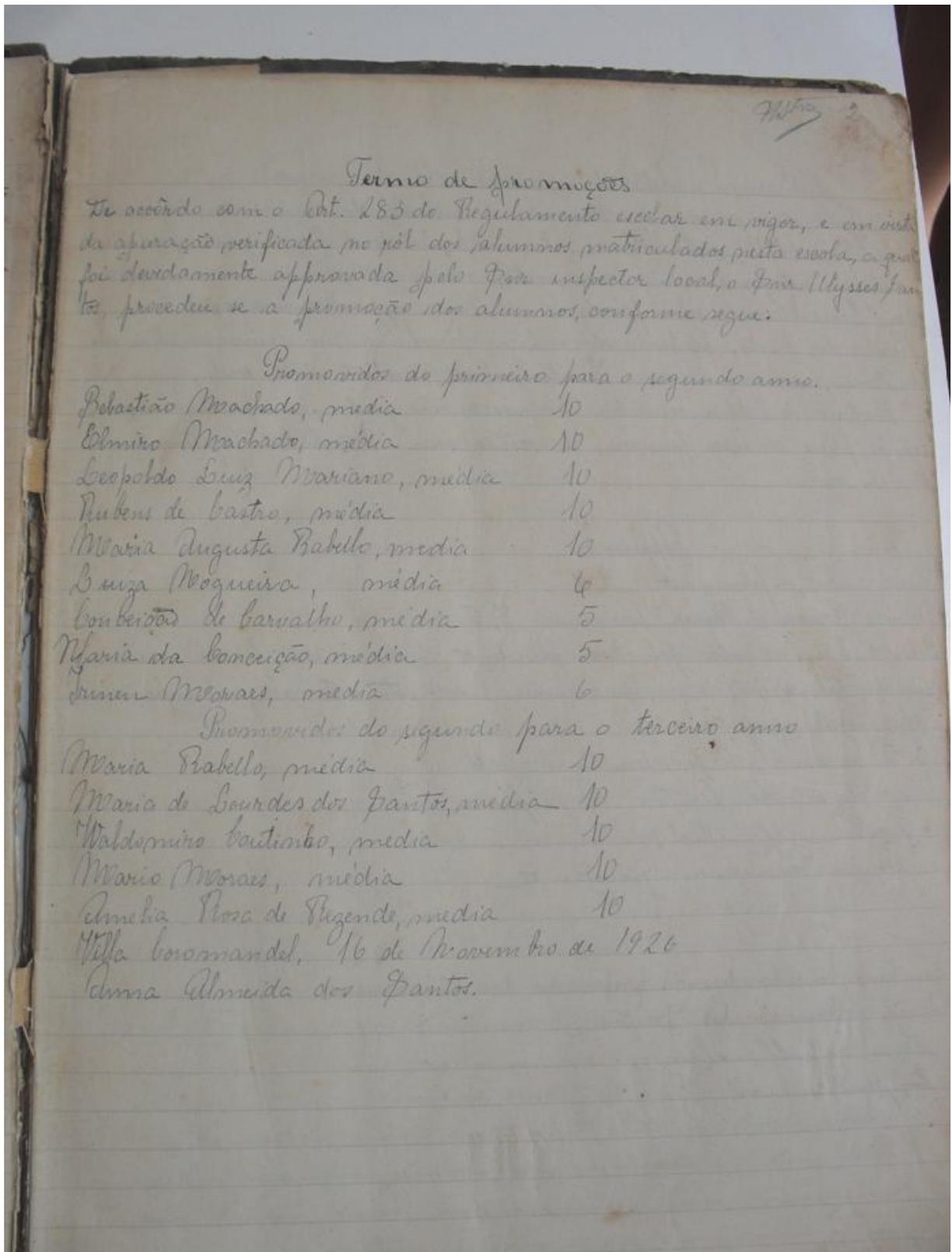
ANEXO K- Boletim Diário – 1934

Boletim diário 12 de Setembro de 1934									
Prof ^{as}	Alunos do matriculados			Alunos frequentes			Observações	Prof ^{as}	
	curso	mas	fem	total	mas	fem			total
Cyrene Vieira	4 ^o	10	2	12	10	2	12		
Maria Adalcy de Araujo	3 ^o	12	9	21	9	8	17	Cyrene	
Maria Amaral	2 ^o	31	27	58	20	21	41	Maria	
Maria Mercedes Machado	2 ^o	28	29	57	20	18	38	Maria	
Esmeralda Marra	1 ^o	34	33	67	22	17	39	Cyrene	
Mair Rosa	1 ^o	35	32	67	23	25	48	Mair	
				Total			104	91	195

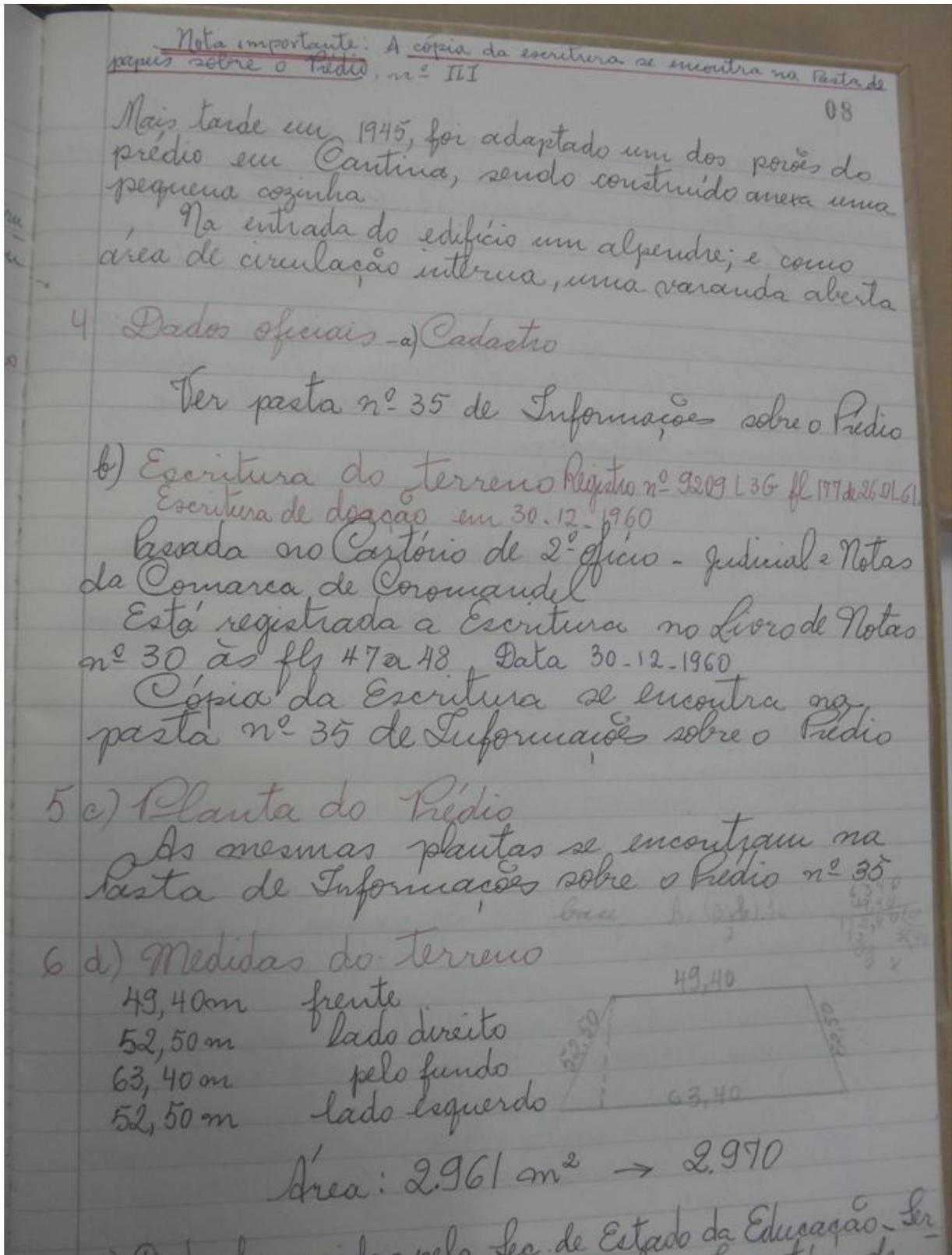
Dia 14 de Setembro de 1934									
Prof ^{as}	Alunos do matriculados			Alunos frequentes			Observações	Prof ^{as}	
	curso	mas	fem	total	mas	fem			total
Cyrene Vieira	4 ^o	10	2	12	6	2	8		
Maria Adalcy de Araujo	3 ^o	12	9	21	8	8	16	Cyrene	
Maria Amaral	2 ^o	31	27	58	18	22	40	Maria	
Maria Mercedes Machado	2 ^o	28	29	57	19	23	42	Maria	
Esmeralda Marra	1 ^o	34	33	67	19	21	40	Cyrene	
Mair Rosa	1 ^o	35	32	67	29	29	58	Mair	
				Total	99	105	204		

Dia 15 de Setembro de 1934									
Prof ^{as}	Alunos do matriculados			Alunos frequentes			Observações	Prof ^{as}	
	curso	mas	fem	total	mas	fem			total
Cyrene Vieira	4 ^o	10	2	12	6	2	8		
Maria Adalcy de Araujo	3 ^o	12	9	21	8	7	15	Cyrene	
Maria Amaral	2 ^o	31	27	58	21	23	44	Maria	
Maria Mercedes Machado	2 ^o	28	29	57	20	19	39	Maria	
Esmeralda Marra	1 ^o	34	33	67	21	17	38	Cyrene	
Mair Rosa	1 ^o	35	32	67	29	29	58	Mair	
				Total	114	97	211		

ANEXO L – Termo de promoções da escola mista- 1926



ANEXO M – Transcrição feita pela Diretora Ligia Rabelo para conservação das informações referentes a escola



N – Livro para registro de Termo de visita – 1933

N – Livro para registro de Termo de visita – 1933

